



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGE
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO

ELIZÂNGELA FERNANDES PEREIRA EVANGELISTA

PRÁTICAS EDUCATIVAS: ESTUDO DE CASO COM VELHOS DE PALMAS/TO
2020-2022

Palmas -TO
2023

ELIZÂNGELA FERNANDES PEREIRA EVANGELISTA

**PRÁTICAS EDUCATIVAS: ESTUDO DE CASO COM VELHOS DE PALMAS DE
2020-2022**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Educação da Universidade Federal do Tocantins, na linha de Estado, Sociedade e Práticas Educativas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Dra. Neila Barbosa Osório

Coorientador: Dr. Luiz Sinésio Silva Neto

**Palmas-TO
2023**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- E92p Evangelista, Elizangela Fernandes Pereira..
Praticas Educativas: estudo de caso com velhos de Palmas 2020-2022.. /
Elizangela Fernandes Pereira. Evangelista. – Palmas, TO, 2023.
155 f.
- Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins –
Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em
Educação, 2023.
- Orientadora : Profa. Dra. Neila Barbosa Osorio
Coorientador: Pro. Dr. Luiz Sinesio Silva Neto
1. Práticas Educativas. 2. EJA. 3. Velho. 4. Universidade da Maturidade. I.
Título

CDD 370

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

FOLHA DE APROVAÇÃO

ELIZÂNGELA FERNANDES PEREIRA EVANGELISTA

**PRÁTICAS EDUCATIVAS: ESTUDO DE CASO COM VELHOS DE PALMAS/TO
2020-2022**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação foi avaliada para a obtenção do título de Mestre (a) em Educação e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 09/06/2023

Banca Examinadora:



Profa. Dra. Neila Barbosa Osório (PPGE/UFT)-Orientadora e Presidente da Banca



Prof. Dr. Luiz Sinésio Silva Neto (PPGECS/UFT)



Profa. Dra. Jocyleia Santana dos Santos (PPGE/UFT)



Profa. Dra. Daniela Patrícia Maldonado (PPGE/UFT)

Dedico este trabalho a todos aqueles que torceram e acreditaram em meu potencial, especialmente, ao meu filho John Adler. Aos velhos, fontes de inspirações de um futuro próximo.

AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus que me segurou em Seus braços e nunca me deixou, sequer por um momento, que eu me desviasse do meu propósito.

Aos meus familiares e amigos, que assistiram minha constante busca e compreenderam minhas ausências.

Ao meu filho Jonh Adler, minha constante inspiração em continuar a crescer. Meu incentivador pessoal.

A minha mãe Iracema, que mesmo sem entender sobre todo o processo, foi meu apoio, e aquela que constantemente pedia para atualizá-la em que parte do processo eu estava durante a construção, a fim de não perder os prazos.

À Maria de Lourdes Leôncio Macedo (Malu), grande incentivadora, minha eterna admiração, seus apontamentos foram muito relevantes em todo o processo.

À Dorize e sua família que, desde que cheguei a essa cidade, viram minha essência e me acolheu, gratidão.

À professora Dra. Neila Osório, minha orientadora, por acreditar no meu potencial, pelo incentivo a participar no ensino e pesquisa, bem como oportunizar as vivências das práticas desenvolvidas na UMA. Gratidão por ensinar tanto e deixar marcas memoráveis.

Aos velhos da Universidade da Maturidade, fonte de entusiasmos sobre a vida, que nos incentivam a mudanças de atitude, e ao Colégio Estadual Criança Esperança, que através de seus funcionários e alunos pesquisados contribuíram muito com essa pesquisa.

Ao Dr. Luiz Sinésio Silva Neto coorientador deste trabalho, por contribuir com seu grandioso conhecimento na área da gerontologia.

À Lizete, amiga que o Mestrado me proporcionou, pelas trocas de informações e constantes interações.

Ao amigo Marlon que, com sua grandeza e humildade, sempre colaborou com minha aprendizagem, quando precisei.

À Coordenadora do Programa de Pós Graduação em Educação a Professora Dr Jocyliéia Santana dos Santos, que esteve sempre a dispor quando solicitada.

Aos professores Dr. Idemar Vizolli e Dr^a Rosilene Lagares, por todo conhecimento compartilhado e orientações que foram além das disciplinas ofertadas.

Aos professores Dr. José Carlos Freire, Dr. Adriano Castorino, e Dra. Juciley S. Evangelista Freire que promoveram a discussão Paulo Freire, fonte essencial para esta pesquisa.

A todos, gratidão!

RESUMO

Este estudo de dissertação em Educação cujo objetivo é conhecer as práticas educativas com velhos de Palmas no período de 2020 a 2022. A metodologia da pesquisa propõe um estudo de caso, com abordagem qualitativa, de caráter exploratório, que consiste em ser desenvolvida nas dimensões bibliográfica e documental e de campo, nas quais os dados e informações coletados serão realizados por meio de entrevistas semiestruturadas. O referencial teórico do estudo busca delinear as práticas educativas de atendimento às pessoas velhas em dois ambientes distintos, localizados na cidade de Palmas, Tocantins, sendo: a Universidade da Maturidade e o Colégio Estadual Criança Esperança. Foram propostos três objetivos específicos: o primeiro consiste em apresentar o trabalho educativo com velhos da UMA do Polo de Palmas; o segundo, relatar práticas educativas com velhos da EJA do Colégio Estadual Criança Esperança e o terceiro, analisar as percepções de práticas educativas com velhos de Palmas das duas Instituições pesquisadas. Visando atender os objetivos do estudo, tomamos como referência a utilização de documentos normatizadores como: a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB); A lei nº 10.741, de 2003, conhecida como lei do Estatuto do Idoso e a lei nº. 8.842, de 1994, que implementou a Política Nacional do Idoso (PNI). Além de outros documentos norteadores das Instituições pesquisadas, como, também, as obras de Freire (1996); Aranha (1996), Arroyo (2006), Lyra (1996) Osório (2012) e Beauvoir (1990), que são concomitantes com autores que tratam sobre Práticas educativas ao longo da vida e com as discussões ocorridas no período da pandemia da Covid- 19.

Palavras-chave: Práticas Educativas. EJA. Velho. Universidade da Maturidade.

ABSTRACT

This dissertation study in Education whose purpose is to get to know the educational practices with elderly people from Palmas in the period from 2020 to 2022. The research methodology proposes a case study, with a qualitative approach, of exploratory nature, which consists of being developed in the bibliographical, documental and field dimensions, in which the data and information collected will be carried out through semistructured interviews. The theoretical referential of the study seeks to outline the educational practices of attending to the elderly in two distinct environments, located in the city of Palmas, Tocantins, which are the University of Maturity and State High School Criança Esperança. Three specific objectives were proposed: the first consists in presenting the educational work with elders from the UMA from Palmas Branch; the second, to report on educational practices with elders from the EJA at the State High School Criança Esperança; and the third, to analyze the perceptions of educational practices with elders from Palmas from the two institutions researched. In order to achieve the study's goals, we used normative documents as a reference, such as: the 1988 Constitution of the Federative Republic of Brazil (CRFB); law no. 10.741, of 2003, known as the Elderly Statute law, and law no. 8.842, of 1994, which implemented the National Elderly Policy (PNI). In addition to other guiding documents of the researched Instructions, such as the works of Freire (1996); Aranha (1996), Arroyo (2006), Lyra (1996) Osório (2012) and Beauvoir (1990), which are concomitant with authors who deal with educational practices throughout life and with the discussions that occurred in the period of the Covid- 19 pandemic.

Keywords: Educational Practices. EJA. Elderly. University of Maturity.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALV -	Aprendizagem ao Longo da Vida
DCT -	Documento Curricular do Território do Tocantins
EJA -	Educação de Jovens e Adultos
EJA -	Educação de Jovens e Adultos
EJA/CECE -	Educação de Jovens e Adultos/ Colégio Estadual Criança Esperança
EJA -	Educação de Jovens e Adultos
IBGE -	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
NETI -	Núcleo de Estatuto da Terceira Idade
PPP -	Projeto Político Pedagógico
SAEMEC -	Sistema de Administração Escolar do MEC
UFT -	Universidade Federal do Tocantins
UMA -	Universidade da Maturidade
UMA/UFT -	Universidade da Maturidade, da Universidade Federal do Tocantins

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 Memorial	16
2. ENVELHECIMENTO E EDUCAÇÃO	22
2.1 Envelhecimento	22
2.1.1 Envelhecimento ativo e vida saudável	26
2.1.2 Atividade física, sinônimo de bem-estar	32
2.2 Educação ao longo da vida	33
2.3 Educação para os velhos	35
3 CAMINHOS DA PESQUISA	37
4. PRÁTICAS EDUCATIVAS PARA VELHOS	43
4.1 Trajetória Histórica da Universidade Aberta da Terceira Idade	45
4.2 Práticas Educativas e a Universidade da Maturidade – UFT	46
4.3 Práticas Educativas e a Educação de Jovens e Adultos	48
4.4 A EJA com Paulo Freire	53
5. UNIVERSIDADE DA MATURIDADE E A EDUCAÇÃO OFERTADA AOS VELHOS	58
5.1 Breve Histórico de Criação da UMA	58
5.2 Projeto Político Pedagógico PPP- 2020/2021	61
5.3 A UMA como metodologia de atendimento educacional.	64
5.4 Antologia da Pesquisa /Levante de Produções Científicas stricto sensu com base na UMA no período de 2006 a 2020	65
5.5 Transcrição e Análise das Percepções das Práticas Educativas para velhos no contexto da Universidade da Maturidade UMA/UFT- Polo de Palmas	76
5.5.1 Percepção dos Professores da UMA.	76
<i>5.5.1.2 Percepção dos Acadêmicos da UMA</i>	<i>84</i>
5.5.2 Práticas desenvolvidas no período pandêmico 2020 e 2021- Universidade da Maturidade	90
<i>5.5.2.1 Relatos dos Professores da UMA - Polo de Palmas</i>	<i>91</i>
<i>5.5.2.2 Relatos dos Acadêmicos da UMA -Polo de Palmas.</i>	<i>92</i>
6. ATENDIMENTO EDUCACIONAL NA MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO COLÉGIO ESTADUAL CRIANÇA ESPERANÇA	95
6.1 Breve Histórico de criação Colégio Estadual Criança Esperança	95

6.2 Documentos norteadores das práticas educativas nas turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Colégio Criança Esperança	98
6.2.1 Projeto Político Pedagógico - PPP - 2020/ 2021	98
6.2.2 Reordenamento Curricular da Educação de Jovens e Adultos -EJA- 2021, 3º Segmento	101
6.3 Transcrição e análise das Percepções das Práticas Educativas para velhos no contexto da Educação de Jovens e Adultos da Rede Estadual de Ensino- Colégio Estadual Criança Esperança./Palmas-TO	103
6.3.1 Percepção dos professores da EJA	103
6.3.2 Percepção dos estudantes da EJA	113
6.4 Práticas desenvolvidas no Período Pandêmico 2020 e 2021/ Colégio Estadual Criança Esperança	121
6.4.1 Relatos dos Professores da EJA	122
6.4.2 Relatos dos Estudantes da EJA	125
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	129
REFERÊNCIAS	132
APÊNDICES	146
APÊNDICE A - Modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	147
APÊNDICE B - Modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido -TCLE	150
APÊNDICE C - Roteiro da entrevista semiestruturada	152

1 INTRODUÇÃO

Compreende-se que o poder público, por meio das políticas públicas de saúde, educação e lazer, é incumbido de criar oportunidades de acesso e permanência dos velhos na educação, adequar currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais para estes e alcançar as pessoas mais velhas que não tiveram escolaridade na idade prevista, conforme consta na Lei de Diretrizes e Bases – LDB (1996). Essas políticas devem alcançar e amparar as pessoas que envelhecem, com intuito de integrá-las à sociedade como consta no Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003) e em outros documentos constitucionais.

Diante dessa supremacia referendada na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, assim como em leis e decretos que a complementam, surgem questionamentos de como os brasileiros que envelhecem são alcançados desde o processo de redemocratização, iniciado com o encerramento da ditadura militar no Brasil, como relata Oliveira (1999).

Ainda nas reflexões abordadas pelo referido autor, um dos direitos preconizados na norma é o da Educação, garantida como prática social que visa ao desenvolvimento do ser humano, em todas as idades. Dentre elas, a última fase da vida, a velhice, com promoção de suas potencialidades, habilidades e competências, como enfatiza Freire (1997). Com um olhar investigativo e reflexivo, questiona-se: quais práticas educativas existem na cidade de Palmas que alcançam pessoas velhas?

Sabe-se que para atender cidadãos mais velhos, que não conseguiram estudar na faixa etária prevista na Educação, foi criada a modalidade de Educação para Jovens e Adultos (EJA), além da previsão de autonomia às escolas e outras instituições que desejassem, em âmbitos federal, estadual e municipal, para cumprirem cláusulas mensuradas na referida legislação. Desse modo, este estudo apresenta uma reflexão sobre a participação dos velhos em práticas educativas que envolvem duas instituições: uma federal e outra estadual, da cidade de Palmas, capital do Estado do Tocantins.

O espaço educativo federal é a Universidade da Maturidade, da Universidade Federal do Tocantins (UMA/UFT) com práticas educativas para velhos. O outro local selecionado por esta pesquisa, no âmbito estadual, é o Colégio Estadual Criança Esperança (EJA/CECE), que oferta a Educação de Jovens e Adultos. Ambos apresentam contextos específicos que envolvem a realidade em que os velhos estão inseridos, com práticas educativas que garantem o acesso e a permanência, assim como está previsto na legislação que regulamenta processos educativos formais e não formais no âmbito da República Federativa do Brasil e do Estado do

Tocantins.

Vale ressaltar, portanto, que há um limite no alcance das práticas educativas com velhos, na cidade de Palmas. Essa pesquisa consegue alcançar dois espaços distintos em um universo que reconhecidamente é maior e mais complexo. Afinal, assim, como escreve Freire (1997), “a educação tem um caráter permanente, é uma prática política e persiste em todos os lugares nos quais o homem vive, não sendo responsabilidade apenas de instituições e escolas”.

Desse modo, o objetivo geral desta produção é conhecer as práticas educativas com velhos que acontecem na cidade de Palmas. Ressaltamos que essas práticas existem em escolas de EJA, em universidades, em associações, em clubes, em igrejas, em espaços de organizações não governamentais, em movimentos sociais e em outros espaços sociais que garantem as inter-relações que acontecem entre os indivíduos (FRANÇA, 1994).

Além disso, o homem torna-se humano no cotidiano, nas relações que ele estabelece, na família e na sociedade, em sentido micro e macro. Entende-se que é um processo que acontece ao longo da vida, de maneira permanente, e que não se orienta por um único modelo ou metodologia (OSÓRIO, SILVA NETO e SOUSA, 2018). Ou seja, existem vários caminhos que podem ser percorridos por aqueles que desejam compreender o ensino e a aprendizagem humana e pode-se sistematizar a educação em modalidades: informal, formal e não formal (OLIVEIRA, SCORTEGAGNA e OLIVEIRA, 2015).

Um dos objetivos específicos é apresentar o trabalho promovido pela UMA/UFT, uma Tecnologia Social, ligada a uma universidade federal, na visão de que, conforme descrevem Oliveira, Scortegagna e Oliveira (2015), “transforma-se em um local de educação não formal”. Tendo em vista que, ao pensar em educação, é preciso refletir em quais estratégias, organizações, espaços e estruturas físicas serão utilizadas, ou seja, “é necessário proporcionar ambientes e condições apropriadas para essa população” (FREIRE, 1997).

Outro objetivo específico é relatar práticas educativas com velhos que estudam educação formal na EJA, no Colégio Estadual Criança Esperança, uma das unidades escolares mantidas pela Secretaria Estadual de Educação do Governo do Tocantins. Afinal, “a relação escola/educação/EJA/velho possui carências e lacunas entre os anseios de valorização do ensino de cidadãos que, por diversas razões, não conseguiram concluir a etapa de Educação Básica na idade certa” (BRASIL, 2000).

Ademais, outro objetivo específico constitui em analisar percepções de práticas educativas com velhos de Palmas das duas Instituições pesquisadas, tendo em vista que estes

são cidadãos aptos para realizarem uma função social, encontram-se em pleno vigor de suas funções cognitivas, intelectuais e físicas e merecem atenção especial para que programas e projetos possam incluí-los de forma que continuem desenvolvendo suas potencialidades e habilidades (BOSI, 1979).

Além disso, o trabalho segue a visão de Paulo Freire e busca compreender vidas palmenses que buscam a liberdade promovida pela educação. Compreensões sobre as mudanças no jeito de ver a vida, na qual cada um possa ser sujeito ativo e, posteriormente, tornar-se “produto de suas melhores escolhas e ser protagonista de sua história” (FREIRE, 1997).

Sabemos que discutir sobre as práticas educativas independem do tempo cronológico das pessoas, elas alcançam velhos em espaços de educação formal e em outros que podem e devem educar, ensinar, orientar e despertar consciências, pois “educação é o viver dos cidadãos no mundo” (ARROYO, 2006). Nesse sentido, descrevem-se práticas educativas com foco, tanto na educação formal da EJA/CECE, no âmbito do Sistema Estadual de Educação do Tocantins, como em percepções do atendimento aos velhos na UMA/UFT.

A abordagem da temática possibilita o conhecimento fundamentado e reflexões relacionadas às práticas educacionais de dois ambientes distintos, mas pautados no alcance de objetivos comuns. De modo que o estudo ajuda na construção de indicadores educacionais tocantinenses, no que diz respeito às diretrizes para a EJA que alcançam velhos (PPP/CECE, 2022). Afinal, eles se encontram inseridos nessa modalidade de ensino, e colaboram com a diversificação dos sujeitos que compartilham suas diferentes experiências de aprendizagem em espaços como o EJA/CECE.

Junto dessa modalidade de ensino formal, compartilha-se, nesta pesquisa, percepções de um espaço não formal de educação de velhos (PPP/UMA/UFT, 2021). Tendo em vista que “a UMA/UFT assume um papel relevante diante do envelhecimento humano e da educação ao longo da vida, em espaços educativos de Palmas, assim como em outros municípios do Estado do Tocantins” (UMA/UFT, 2006).

Além dos projetos políticos pedagógicos e outros documentos institucionais dos dois espaços alcançados, trabalhos de outros pesquisadores são referenciados nesta abordagem, como, por exemplo, somados a contribuições de autores como: Freire (1987), Aranha (1996), Arroyo (2006) e Lyra (1996), Osório (2012), Beauvoir (1990) dentre outros.

Vale destacar que esta pesquisa aconteceu face ao cenário de isolamento, vacinação e outras ações de enfrentamento da pandemia da Covid-19 no ano de 2020. Segundo a

Organização Mundial da Saúde - OMS, esse período foi considerado um momento histórico que proporcionou aos velhos estarem no centro das atenções nacional e internacional, uma vez que “esse grupo, em razão de fatores biológicos, são os mais vulneráveis em diversos aspectos, seja referente ao isolamento social, cuidados, e políticas públicas em geral voltadas a esse grupo” (DOURADO, 2020).

Diante dessa realidade, os apontamentos deste estudo envolvem as práticas educativas desenvolvidas que aconteceram no contexto da pandemia de Covid-19, com descrições úteis aos que buscam compreender como os velhos tocantinenses são atendidos em atividades de educação, no âmbito de uma escola regular e de uma universidade. Oportunidade para os que querem compreender vivências e relações em períodos diferentes que permeiam o pensamento de Freire (1987), na defesa de um cidadão consciente, que toma posse de seus direitos.

Ainda sob a perspectiva de Freire (1987), estão alguns dos princípios que contribuem para o sucesso na relação entre teorias e práticas educacionais com velhos. Tendo em vista que, com o conhecimento, os velhos ganham poder, se desprendem de amarras sociais e tornam-se livres, pensantes e críticos. No âmbito da UMA/UFT, essa luta acontece há mais de quinze anos, em consonância com reflexões de Osório e Neto (2013), ao afirmarem que “os velhos da UMA/UFT saem preparados e aptos a atuarem de forma participativa na sociedade e com senso crítico” (p. 21).

A descrição de espaços educativos que atendem velhos visa contribuir com aqueles que buscam compreender como ocorre tal atendimento. Tendo em vista que os espaços educacionais cumprem o papel de receber e garantir a permanência e o êxito dos velhos, ora pelos caminhos da EJA/CECE, em práticas formais de ensino e aprendizagem, ora em caminhos não formais da UMA/UFT. Descrições que são acompanhadas de reflexões que auxiliam em análises, questionamentos e compreensão de como acontecem práticas educativas com velhos no âmbito de uma cidade da Região Norte do Brasil.

Estruturou-se a presente dissertação em seções que discorrem o memorial da pesquisadora, o processo e trajetória metodológica da pesquisa, os caminhos percorridos, a metodologia, os sujeitos da pesquisa, as questões das entrevistas e procedimentos de descrição dos dados, bem como a transcrição e exploração. Ademais, outras seções apresentam referenciais teóricos relacionadas às práticas educativas ao longo da vida, especialmente, no atendimento às pessoas velhas e trabalhos que envolvem a EJA/CECE e a UMA/UFT.

Nas últimas seções, continuamos com a descrição de elementos teóricos e documentais a respeito da pesquisa realizada nas duas instituições mencionadas, com foco nas práticas

metodológicas educacionais, bem como a contextualização do período pandêmico, que dividimos em um breve histórico com documentos norteadores da EJA/CECE, assim como as descrições com escritos que envolvem a UMA/UFT em seu atendimento aos velhos, histórico, metodologia de atendimento, relação de produções científicas e apontamentos sobre o período pandêmico.

Ao realizar este estudo, utilizou-se o termo velho, por entender que, para o Programa de extensão da Universidade da Maturidade/UFT, esse é o que melhor se adequa a essa fase da vida e, por compreender que a pessoa envelhece e fica velho, enquanto o termo idoso é concebido na legislação.

Vale ressaltar que foi sancionado o Projeto de Lei nº 3.646, de 2019, que altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 do Estatuto do Idoso, para substituir, em toda a Lei, as expressões “idoso” e “idosos” pelas expressões “pessoa idosa” e “pessoas idosas”, respectivamente. Conforme justificativa desse Projeto de Lei, o termo “pessoa” lembra a necessidade de combate à desumanização do envelhecimento. Essa terminologia reflete a luta dessas pessoas pelo direito à dignidade e à autonomia.

1.1 Memorial

A linha de pesquisa delineada neste estudo parte do princípio de que toda história é repleta de processos desafiadores, com mudanças transformadoras, em grande parte, vinculadas ao desejo de fazer a diferença na vida das pessoas. Assim, o interesse inicial da realização do Mestrado foi de atender a um anseio pessoal e profissional, uma vez que sou graduada em Pedagogia e, também, em Serviço Social.

Início o meu objeto de estudo pautado na ideia de que toda história de vida carrega memórias, sentimentos e lembranças que te transformam e movem em direção a sua constante busca de evolução e aprendizado. Por isso, apresento minhas origens e o caminho que percorri.

Por volta do ano de 1985, devido a questões familiares, fui morar em outro estado, deixando minha terra natal e toda uma história de vínculo familiar na cidade de Uruaçu, em Goiás, para residir no interior do Tocantins, que, na época, pertencia ainda ao Estado de Goiás. Portanto, diante das circunstâncias, a figura dos meus avós se perdeu enquanto presença física e de vivência afetiva, uma vez que o distanciamento entre cidades, além de um agravamento relacionado às questões judiciais, naquele período, eram impeditivos para

manter essa constância de vivências e relações afetivas.

O tempo encarregou-se de preencher esse espaço, em que a figura de avós se reconfigurou na figura de desconhecidos não consanguíneos, na nova cidade de residência, e assim surgiu uma nova história, que, por ter sido impactante, não fugiu da minha memória, como aquele casal de velhos vizinhos de residência, conhecidos como Dona Maria e Zé do alho, que, aos poucos, foram passando seus ensinamentos e alegrias, deixando momentos marcantes como o de contar caso se colocar-me sobre vossos pés para aprender a dançar.

Outrossim, assumiam o papel de representatividade afetiva e da responsabilidade, uma vez que minha mãe considerava pessoas de confiança para poder visitar a casa, levar a passeios, dentre outras atividades. Essa relação de convivência com velhos também acontecia enquanto estudante de escola pública, que, embora, naquele determinado momento histórico, não possuísse leituras científicas e embasamento teóricos, por encontrar-se na fase de criança, de certa forma, percebia o processo de alfabetização de adultos e velhos como algo diferente, principalmente, por ouvir bastante o termo MOBRAL.

Entretanto, a lembrança de ter assistido a aqueles rostos de senhoras e senhores com marcas do tempo e com feições de cansados, mas, principalmente, por observar eles estarem ali sentados, em silêncio e focados no que lhes era repassado, parecia estranho aos meus olhos de criança que gostava do barulho e do movimento. Aquela situação me parecia estranha e me fazia questionar sobre o porquê estudar daquele jeito tão isolado, naquela idade e, o porquê, também, de se repetir tanto o ler e escrever.

Na fase da adolescência, morando em outra rua, na mesma cidade, novamente, pessoas mais velhas passaram a fazer parte dessa rotina e vida e entram nesse processo de crescimento, dando apoio e levando sabedoria. Assim, no decorrer dos anos, diante do voluntariado, participei bastante das atividades desenvolvidas com velhos, por meio do Centro de Referência de Assistência Social- CRAS e grupos da igreja que eu frequentava, fortalecendo laços e criando vínculos.

Iniciei a atividade profissional, na função de professora, no ano de 1996, na Escola Estadual Major Juvenal Pereira de Souza, localizada no Município de Taboão, onde fui aluna. Esse período me proporcionou um olhar mais atento e reflexivo sobre o contexto escolar, com uma profissional, tendo em vista que já pertencia ao quadro de funcionários da Instituição. À medida que o tempo passava, ia me apropriando de mais conhecimentos.

Quando iniciei minha carreira de professora não tinha completado nem os 18 anos ainda e, durante esse processo de construção na vida de educadora, os aprendizados foram

muitos. À medida que as experiências iam sendo adquiridas, o despertar de consciência assumia novos formatos e interesses, uma vez que, na realidade, as escolas acolhem pessoas dos mais diversos gêneros, raças, e idades, dentre outros aspectos de diversidade.

Durante esse exercício da profissão na função de professora surgiram questionamentos diante das experiências que tive com turmas da EJA, que ocorreram entre os anos de 1997 e 1998, pois, na rotina de trabalho, percebia o contraste de idades e comportamentos dos alunos da mesma turma, bem como os demais de outras turmas que frequentavam a escola no mesmo turno, isto é, era evidente aquela divisão, o que de certa forma me intrigava.

Nessa experiência, além de fazer comparativo com a idade dos professores, percebia olhares atentos, cansados e com grande desejo de aprendizagem. Contudo, o que me chamava mais atenção eram as faixas etárias diferentes e o encontro de várias gerações, no mesmo ambiente, o que se percebia nos comportamentos, de forma notória, principalmente, em relação àqueles grupos dos mais velhos em seu cantinho na sala de aula.

As experiências adquiridas nesse ambiente educacional se consolidaram nas diversas funções ocupadas, atuando como professora, coordenadora, secretária e diretora, resultando em uma visão repleta de significados, vivenciados, por meio das práticas educacionais e atendimento ao alunado e à comunidade escolar em geral.

Em meio a esse período, precisamente, no ano de 2006, decidi que era o momento de me dedicar a algo que pudesse ser uma possível resposta a atender aos meus anseios e questionamentos, visto que a formação de Pedagogia não era mais suficiente para atender o que almejava. Por isso, busquei a formação de assistente social, uma escolha baseada na vontade de entender os processos burocráticos e discriminatórios no atendimento à parte significativa da população, principalmente, àquelas pertencentes a grupos de pessoas mais vulneráveis e desassistidas, que, na ocasião, incluía os velhos. Nesse ínterim, a constante reflexão que me assolava era: “de que forma poderia contribuir nessa relação da equidade e de justiça social”?

Diante dessas experiências e o desejo de realização, comecei uma nova graduação em Serviço Social, pois, com essa formação, seria possível compreender, nortear, conduzir e possibilitar orientações mais precisas às pessoas em situações de vulnerabilidade e desamparo, na promoção do seu bem-estar físico, psicológico e social. Essa efetivação tornaria minha atividade profissional mais concreta, não apenas na busca de direitos, mas também, uma contribuição para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

No entanto, após a finalização da graduação, essa concretização sofreu uma

reviravolta, uma vez que optei por tomar posse no concurso da educação, no ano de 2010, visto que já era servidora contratada da área e não era seguro abrir mão de um concurso. Devido a essa escolha, a atuação na assistência social passou para segundo plano. Contudo, essa realidade não impossibilitou a compreensão e vivências com alguns grupos da sociedade, na qual já fazia parte, e, entre eles, os que mais me cativou era participar diretamente com grupos de velhos.

No período de 2016 a 2020, o meu espaço profissional era outro. Trabalhei na Escola Especial Edison Dutra/APAE de Taboão, no Ensino Especial, como professora por um ano e, posteriormente, como secretária geral. Atuei em sala de aula com os 22 discentes matriculados nessa Instituição, dentre estes, 09 tinham mais de cinquenta anos de idade. Considero como uma das experiências mais louváveis que tive, enquanto profissional e ser humano, haja vista que me proporcionou conhecimentos riquíssimos e desafios que aprimoraram minha conduta e mudaram minha visão ao enxergar a pessoa com deficiência e idosa.

Na oportunidade, foi confiada a mim a responsabilidade de assumir o cargo de Coordenador do Envelhecimento nessa Instituição, onde o trabalho se respaldou no levantamento de dados, na elaboração e acompanhamento do plano de ação, o que me permitiu uma aproximação maior com a questão do envelhecimento humano e suas nuances, no contexto educacional e social.

No período consonante ao meu trabalho nessa Instituição, especificamente, no ano de 2018, antes de concorrer ao Mestrado Regular, participei do processo seletivo para cursar disciplina do Programa de Pós Graduação em Educação-PPGE da UFT e, enquanto aluna especial do Programa cursei a disciplina Educação, Diversidade e Interculturalidade, com o Professor Dr. Idemar Vizolli, iniciando, assim, a concretização do desejo de fazer mestrado, que, aos poucos, foi se consolidando.

Nesse contexto acadêmico, conheci colegas que falavam muito sobre o Projeto de Extensão da UFT, denominado Universidade da Maturidade - UMA. Os mesmos descreviam constantemente como o ambiente era alegre e contagiante e que eu teria que cursar a Disciplina Tópicos Intergeracionais com a professora e orientadora Dra. Neila Osório.

Por obra do destino, se assim posso dizer, ou uma eventualidade, naquele mesmo período do ano de 2018, fomos convidados a participar como telespectadores em uma Banca de Defesa de Dissertação de uma acadêmica e, precisamente, nessa ocasião, tive a oportunidade de conhecer a Dra. Neila Osório que constituía a Banca. As observações e o

entusiasmo que fazia nos trabalhos apresentados pelos acadêmicos, chamavam-me atenção.

A partir desse momento, passei a admirá-la e procurei conhecer mais sobre ela e seus propósitos enquanto educadora. Houve uma empatia mútua, que culminou de forma decisória naquilo que de fato almejava: a construção de um projeto pessoal e profissional, com muitos conhecimentos e vivências. Em uma oportunidade única, diante de uma breve conversa com ela, afirmei que seria sua aluna, ou seja, foi o ponto exato de decisão estabelecida, por mim, de que faria o possível pra ser sua orientanda.

No ano de 2019, a segunda disciplina a ser cursada não poderia ser outra, escolhi a “Tópicos Especiais em Educação Intergeracional”, ministrada por ela, Professora Neila Barbosa Osório. Quando iniciei a minha participação nas aulas dessa disciplina, foi perceptível a alegria e o entusiasmo que ali existia, a troca de experiências entre os acadêmicos de mestrandos e doutorandos, com aquele engajamento dos velhos em participarem e contribuírem em tudo que era proposto. Esse cenário era lindo de se ver e estimulante, para um acadêmico, vivenciar o ensino e realizar uma pesquisa com o grupo. Portanto, a vontade de trabalhar com a temática do velho era fomentada por esse contexto.

Naquele ambiente educacional, eu observava e sentia muito amor e a mais pura representatividade do sentido de viver bem e feliz, de se reconhecer como pessoa e como velho, além da tomada de consciência e valorização da própria identidade. A forma como a professora Neila conduzia essa interação confirmava toda àquela energia e entrega naquele contexto na Universidade da Maturidade. Além da professora Neila, havia, também, a colaboradora da UMA, Maria de Lourdes, conhecida como Malu, que era grande incentivadora dos acadêmicos e que, com todo seu carinho e atenção, conquistava a todos.

Durante essa construção de rede de conhecimentos, estive presente em momentos produtivos, marcantes e memoráveis, como a viagem para Aracaju /Sergipe, com estudantes da turma de mestrado e doutorado regular, alunos especiais, colaboradores e os velhos da UMA para participação e apresentação de trabalhos no XVI Fórum Nacional de Coordenadores de Projetos da Terceira Idade de Instituições de Ensino Superior; XV Encontro Nacional de Estudantes da Terceira Idade; IV Seminário Internacional de Abrunati e do XX Encontro Estadual de Estudantes da Terceira Idade.

As produções apresentadas foram todas voltadas ao envelhecimento humano e suas nuances, aproximando-me ainda mais do meu futuro objeto de pesquisa. Com essa participação, o vínculo com o Projeto UMA se fortaleceu. No mesmo ano de 2019, cursei a disciplina de História, Memória e Educação, ministrada pela professora Dra. Jucyleia Santana.

Em 2020, com o surgimento da pandemia do coronavírus, a sociedade, em geral, sofreu grandes impactos psicológicos, econômicos e sociais, dentre outros. Tudo era muito incerto, e, em meio a essa onda desenfreada de acontecimentos, mudanças de rotinas e tantas outras questões repentinas, além de situações pessoais alheias a esse momento pandêmico, considerei o Mestrado Regular, uma porta de entrada e a oportunidade de aprofundamento científico, bem como de buscar outro nível de qualificação profissional e até o próprio renascimento nesse contexto pandêmico.

Assim, no mesmo ano, fiz a primeira tentativa para cursar o tão sonhado Mestrado, na Universidade Federal do Tocantins, e fui aprovada, tendo como orientadora Dra. Neila Osório, iniciando-se as aulas no mês de setembro do respectivo ano. Por ser servidora pública, da Rede Estadual de Ensino do Estado do Tocantins, o estudo foi voltado para o campo da reflexão, analisando de que forma poderia contribuir efetivamente com a Educação do meu Estado e, desse modo, a pesquisa foi se desenhando, para chegar ao seu formato original, na perspectiva da linha de pesquisa Estado, Sociedade e Práticas Educativas e no atendimento aos velhos no contexto da Educação Básica.

Ao adentrar o mundo acadêmico como aluna regular, vivenciei experiências relevantes no campo do ensino, pesquisa e extensão, como, por exemplo, a pesquisa “Antologia da Pesquisa na UMA/UFT”, que faz parte deste trabalho e descreve trabalhos acadêmicos produzidos na área do envelhecimento humano. Assim como o levantamento de produções científicas, desenvolvidas com velhos, com base em arquivos encontrados da UMA/UFT, outra coletânea que está nesse trabalho, com apontamentos na área da Gerontologia e peculiaridades de trabalhos desenvolvidos.

2 ENVELHECIMENTO E EDUCAÇÃO

2.1 Envelhecimento

No campo da literatura científica, existem conceitos distintos para a questão do envelhecimento. Esses conceitos consideram diferentes aspectos do desenvolvimento humano, que perpassa pelos fatores biológicos, psicológicos, sociais e culturais. Entretanto, ainda não é possível encontrar uma definição de envelhecimento que envolva a compreensão de todos os caminhos acerca desse processo, que levam o indivíduo a envelhecer e como essa etapa é vivenciado por cada um, além do tipo de representação que provoca nos próprios idosos e na sociedade em geral (Carvalho Filho e Papaléo Netto, 2006; Uchôa, 2003).

O envelhecimento populacional, antes considerado fenômeno mundial, tornou-se uma realidade para muitos países, inclusive no Brasil. O idoso no país é definido como toda pessoa com idade igual ou superior a 60 anos e esta população passou de 47% em 1960 para 12% em 2015. Segundo o IBGE estima-se que a população com 60 anos ou mais chegue a 28,8% da população brasileira em 2050. (BARBOSA, 2016).

Nos últimos anos, a população idosa em todo planeta tem aumentado de forma considerável e significativa, muito se deve ao fato da melhoria na qualidade de vida do grupo que envolve a terceira idade. Existe grande preocupação por parte das famílias, dos governantes e dos próprios idosos na construção de uma vida mais longa, equilibrada e saudável. A Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências, em seu Art.3º a política nacional do idoso reger-se-á em seu parágrafo primeiro o seguinte princípio:

I - A família, a sociedade e o estado têm o dever de assegurar ao idoso todos os direitos da cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e o direito à vida.

Ao atentar se a interpretação da própria Constituição de 1988 esclarece que todos os integrantes de uma mesma sociedade são responsáveis pela atenção aos idosos, pelo cuidado, pela seguridade de seus direitos constituídos. A população idosa representa todos os indivíduos que possuem mais de sessenta anos, seja homem ou mulher, sendo um grupo que necessita de cuidados específicos e atenção por parte dos que o cercam. Afinal, os cuidados devem ser constantes e a assistência à saúde de forma contínua, priorizada, pois, muitas vezes, já não possuem tanta destreza em sua forma física e, além disso, existe o cuidado emocional, uma mente esclarecida e bem cuidada acarretará uma vida mais leve. Considerando ainda que,

o envelhecimento é marcado por diversas experiências, que são norteadas por valores, metas, crenças e formas próprias que o idoso utiliza para interpretar o mundo (Almeida e Cunha, 2003).

Envelhecer é um processo natural que acontece gradativamente na vida do ser humano, as mudanças biológicas são inevitáveis, e ainda que algumas atividades cognitivas possam sofrer declínios, esse fator não deve ser considerado como fator preponderante na condição de impedimento aos idosos de contribuírem e participarem ativamente na sociedade, seja na realização pessoal ou profissional, pois muitas habilidades permanecem inalteradas na velhice, o que concerne com Beauvoir (1990, p.20) esclarece que, “a velhice só pode ser compreendida em sua totalidade; ela não é somente um ato biológico, mas também, um fato cultural”, ou seja, o idoso deve ser visto como sujeito capaz de construir sua própria história, acumulando vivências e experiências das várias etapas da vida.

Nesse sentido, Caldas (2003) destaca ainda a necessidade e a importância da implementação de políticas públicas direcionadas a esse público, que não apenas interfiram em aspectos relacionados à saúde, mas permitam o combate ao preconceito, e aos estereótipos condicionados a velhos, de que são sempre vítimas, políticas estas que incentivem a sua valorização e a sua inserção na sociedade.

Tendo em vista que o envelhecimento acarreta alterações anatomopatológicas, que geralmente se apresentam através de doenças crônicas. O fator do envelhecimento tem sido associado a uma prevalência de doenças crônicas, causadoras de dependência, fragilidades, incapacidades e morte (GARCIA *et all*, 2006; PACHECO e SANTOS, 2004).

Segundo Uchôa (2003), uma das características do ocidente, é essa visão carregada de estereótipos, negativa e deficitária do envelhecimento, e isso pode ser explicado devido à constante busca de uma sociedade centrada na produção, no rendimento, na juventude e no dinamismo. No entanto, essa representação centrada em aspectos negativos não é universal. Uma vez que em sociedades não ocidentais, o envelhecimento é geralmente apresentado por imagens bem mais positivas.

Essa representação do envelhecimento está associada a perdas, desvalorizam os velhos faz com que muitas capacidades e potencialidades permaneçam desconhecidas e muitos ganhos para a sociedade passam despercebidos.

Quando o assunto é promoção da saúde do idoso, três pontos devem ter prioridade, primeiro, para uma boa locomoção é preciso estar em bom funcionamento físico, sua capacidade mental deve ser preservada com cuidado e sua vida social exige uma boa relação

com os seus entes queridos, a comunidade e os amigos. Contudo, estes pontos sendo alinhados contribuem para prevenção de doenças, proporcionando mais qualidade de vida e o envelhecimento ocorre de forma mais saudável.

Para Osório (2000), envelhecer faz parte da vida, é um processo com o qual devemos nos preocupar ao longo de toda a vida, pois, quando a velhice chega, é necessário que o velho/idoso esteja preparado para enfrentar essas modificações e transformações sem preconceitos e fazer valer seus direitos. Diante de sua fala é a família é sem sombra de dúvidas os protagonistas na procura de melhor qualidade de vida dos idosos, é preciso, sobretudo instigar a promoção da saúde, criar estímulos que conduzem a prática de exercícios contínuos.

Nessa linha de busca de fazer valer seus direitos, é relevante considerar todo o processo histórico de luta para uma política de atendimento e consolidação dos direitos do velho. Segundo Oliveira, (2007) somente em 1994, com a criação da Constituição da Política Nacional do Idoso e dos Conselhos do Idoso, é que surgiu a primeira iniciativa no sentido dessa construção, podendo assim considerar esse momento como marcos históricos na construção dos direitos da população idosa brasileira. Antes da consolidação desse direito instituído na Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, os programas de atendimento a esse público eram destinados a velhos carentes e que pudessem realizar essa comprovação de vulnerabilidade.

Compreende-se que a família é protagonista na procura de melhor qualidade de vida dos idosos, é preciso, sobretudo, instigar a promoção da saúde, criar estímulos que conduzam à prática de exercícios contínuos. O ser humano é condicionado, ele necessita de incentivos, conhecer os benefícios advindos dos cuidados com o corpo e a mente fará com que a maioria veja as possibilidades para construir uma velhice ativa, conseqüentemente seu bem-estar, lembrando que, em relação ao cuidado familiar a Constituição Federal (1988) apresenta, em seu Art. 229: os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade.

A qualidade de vida do idoso deve ser a motivação para que cada um possa buscar um envelhecimento ativo e automaticamente atingir o bem estar, afinal, são homens e mulheres que já viveram e fizeram muito pela sociedade e no avançar da idade merecem no mínimo usufruir de uma vida saudável, o que vem em acordo com Osório (2000), enfatizando que, o grande segredo para a qualidade de vida é viver a velhice com criatividade, flexibilidade,

dignidade e paciência, pois, todos nós vamos envelhecer é necessário e urgente que o velho reconheça a sua própria idade e suas capacidades e limitações, e busque o seu verdadeiro reconhecimento social.

A Política Nacional do Idoso (PNI), Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, e o Estatuto do Idoso, Lei nº10.741, de 1 de outubro de 2003, definem o idoso pessoa com 60 anos ou mais, bem como a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2002) define o idoso a partir da idade cronológica em países desenvolvidos.

É relevante reconhecer que a idade cronológica não significa que é um marcador preciso para as mudanças que acompanham o envelhecimento. Envelhecer é um processo natural do homem e se dá por mudanças físicas, psicológicas e sociais que acometem de forma particular cada indivíduo com sobrevida prolongada. (MENDES, *et al*, 2005).

O nosso país tem mais de 28 milhões de pessoas nessa faixa etária, número que representa 13% da população e esse percentual tem a tendência de dobrar nas próximas décadas, segundo a projeção da população divulgada em 2018 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Envelhecer é um processo multifatorial e subjetivo, ou seja, cada indivíduo tem sua maneira própria de envelhecer. Sendo assim o processo de envelhecimento é um conjunto de fatores que vai além do fato de ter mais de 60 anos, deve se levar em consideração também as condições biológicas, que está intimamente relacionada com a idade cronológica traduzindo se por um declínio harmônico de todo conjunto orgânico tornando se mais acelerado quanto a maior idade, as condições sociais variam de acordo com o momento histórico e cultural, as condições econômicas são marcadas pela aposentadoria, o intelectual é quando suas faculdades cognitivas começam a falhar, apresentando problemas de memória, atenção, orientação e concentração, e o funcional é quando a perda da independência e autonomia. (PASCHOAL, 1996).

Refletindo o que autor expõe sobre o envelhecimento, percebemos que os idosos atualmente, embora apresentem algumas vulnerabilidades físicas, ou problemas de saúde pertinente a própria idade, alguns buscam realizar atividades que de alguma forma lhes tragam satisfação pessoal, ou profissional. Ordonez e Cachioni(2009, p. 75) dizem que

A velhice, aos poucos, passou a ser vista como um momento no qual se pode viver com prazer, satisfação, realização pessoal, de modo mais maduro e também produtivo. Com essa perspectiva, passaram a ser buscadas novas posturas de atendimento e de oferta de serviços e de atividades ao idoso, compatíveis com as novas imagens do envelhecimento.

É notório que alguns velhos, mesmo aqueles que se encontram fora do mercado de trabalho, e se aposentaram, apresentam desejo de retorno às atividades laborais, e outros que não tiveram oportunidade da conclusão das etapas de ensino na idade adequada, ou não foram alfabetizados querem realizar esse sonho.

2.1.1 Envelhecimento ativo e vida saudável

O ato de envelhecer é algo comum a todo ser humano independente de fatores internos ou externos, todos passarão por este processo. Agora a forma pela qual cada um vai transpor é, em muitos casos, uma livre escolha, embora seja um acontecimento que é recebido de forma diferente por cada ator, afinal, cada um é único e os fatores de ordem biológica, social, psicológica ou cultural podem ser determinantes para uma velhice saudável ou não.

Existem muitos padrões para se compreender o envelhecimento, porém um em especial torna-se determinante, sendo a ampliação da qualidade de vida, esta por sua vez é eficaz na construção de um bom envelhecimento, tornando-o mais longo e saudável. Contudo, o ato de envelhecer é um processo gradativo, assim afirma a Declaração de Brasília sobre Envelhecimento.

A declaração ressalta ainda que os problemas ocasionados na velhice não têm relação apenas com a idade cronológica, mas a fatores diversos como doenças e mesmo assim, estes podem ser acompanhados por especialistas a fim de solucionar ou minimizar os efeitos. Além disso, o acompanhamento ou a interfaces dos ambientes externos podem contribuir significativamente para seu bem-estar.

A promoção do envelhecimento ativo e saudável foi apontada como requisito no desenvolvimento da Política Nacional de Saúde do Idoso no Brasil (GORDILHO *et al*, 2000). O documento se refere à mudança de comportamento e posicionamento intrínseco diante do novo, a fim de colher bons frutos futuros:

[...] o desenvolvimento de ações que orientem os idosos e os indivíduos em processo de envelhecimento quanto à importância da melhoria constante de suas habilidades funcionais, mediante a adoção precoce de hábitos saudáveis de vida e a eliminação de comportamentos nocivos à saúde. (GORDILHO *et al*. 2000, p.27).

Estes hábitos compreendem: uma alimentação saudável e balanceada, prática regular de exercícios físicos, uma boa convivência familiar e social, atividades extras que ocupem sua mente, evitando assim estresse, monotonia, tristeza, ansiedade, depressão e outros fatores que podem prejudicar o bom desempenho da vida na terceira idade. Diante disso, evidenciaremos

alguns fatores que devem ser cuidados, principalmente, nessa faixa etária:

a) Características Físicas

O envelhecimento humano é a representação real do tempo, demonstra o quanto já se viveu e representa os anos de legado seja no seio familiar, social ou de trabalho. Sabe-se que o envelhecimento físico é implacável, não havendo condições de se esquivar dele e com tudo, causa maior vulnerabilidade no organismo humano, pois sua condição motora é determinante para sua estabilidade, para sua locomoção, para seus afazeres cotidianos, isso com certeza afeta toda estrutura do seu corpo e o desempenho das demais funções termina por sofrer alterações em muitos casos, sendo possível analisar:

O envelhecimento é um processo progressivo e dinâmico, que envolve alterações morfológicas, funcionais, sociais e psicológicas que interferem na capacidade funcional do indivíduo, tornando-o mais suscetíveis a agravos de saúde e a doenças (SOUZA; SKUBS; BRETÃS, 2007).

Desta forma, o envelhecimento é um processo que ocorre ao longo dos anos e inevitavelmente traz consigo uma gama de situações que podem se agravar por fatores diversos. Neste sentido os cuidados redobrados com prevenção podem fazer grande diferença na vida do idoso e nessa fase da vida que os idosos têm que conviver com as perdas físicas resultantes do desgaste biológico e da maior predisposição às morbidades, tanto agudas quanto crônicas (MURILLO; CORREA; AGUIRRE, 2006) surgindo dessa forma, as dificuldades e impossibilidades de realizar as tarefas que fazem parte do cotidiano do idoso e que são indispensáveis para uma vida independente, gerando sentimentos de frustração vergonha e impotência ao idoso (HORTA; FERREIRA; ZHAO, 2010).

Com o passar dos anos, a diminuição da capacidade física sofre influência da idade, seu corpo já cansado padece com o peso dos anos e sua estrutura já não responde como antes, é um procedimento normal, embora não confortável para o idoso. Entretanto, esta ação não pode ser considerada doença, porque de fato não é, são ações do próprio organismo respondendo ao tempo. Uma vida ativa, que pode ocorrer através de atividades e exercícios físicos regulares pode contribuir na prolongação destes efeitos, sendo que ao diminuir os riscos a pessoa idosa terá melhores condições de superar os inúmeros desafios que vem com o avanço da idade e ao manter-se integrado ao meio social, a velhice deixa de ser um fardo negativo e o idoso passa a ter um sentimento de satisfação, orgulho, por se sentir disposto e vivo.

b) Características Emocionais

O indivíduo vive por longos anos de forma ativa, regada a movimento, correria e

aceleração. Ao passar dos anos, a idade avança e com ela os sinais do peso de toda essa euforia chegam à velhice, alcança o ser humano que outrora estava acostumado a viver de forma acelerada, e agora precisa se abster desta forma de vida, seja pelo cansaço ou pelas condições de saúde.

Muitos fatores emocionais proporcionam ao idoso uma velhice boa ou ruim, dentre eles, é possível elencar alguns: A depressão é um dos transtornos comuns que afetam os idosos, entretanto, não está associado ao envelhecimento, é um problema que assola a muitos. No caso do idoso, geralmente, está associado a perdas, doenças, solidão, falta de autonomia, isolamento social e familiar, enfim, são muitas as razões que levam a este quadro.

Outro fator é a ansiedade que tem grande prevalência na velhice, e os sintomas como o medo, a insegurança, incertezas acarretam uma instabilidade emocional enorme, afinal, tudo trabalha para o seu desfavor, gerando muita angústia. Ambos os fatores, seja depressão ou ansiedade traz sofrimento no processo de envelhecimento, assim afirma Stella, 2007: “A combinação entre ansiedade e depressão em idosos associa-se ao agravamento do sofrimento físico advindo de condições clínicas, ao risco de comprometimento funcional e a maior sofrimento psíquico”.

O envolvimento familiar e social é bastante benéfico para ajudar numa velhice ativa e saudável, o bem-estar está ligado a estes fatores e principalmente o seio familiar que influencia de forma significativa esse processo. Os vínculos ou laços afetivos criados dentro da família são fundamentais para oferecer segurança ao idoso que atrelado a sua relação emocional favorece seu desempenho ativo.

Os laços afetivos são criados desde o nascimento, e nenhum lugar é tão bom para o idoso do que sua própria casa ou entre seus entes queridos, afinal, se existe algo que simboliza cuidado, amor, afeto é a família, infelizmente, sabe-se que nem todos têm essa sorte de viver num lar feliz, e muitos adoecem por sentirem-se um fardo, uma despesa extra, alguém que impede o bom andamento da casa, que se tornou um empecilho e uma carga a mais para todos que convivem ao seu lado, em maioria, terminam se isolando do convívio por acreditarem que assim poupará trabalho.

c) Características Cognitivas

O envelhecimento vivido de forma ativa, e dinâmica proporciona ao idoso, inúmeros benefícios, sendo possível manter dentre outras coisas a capacidade cognitiva, desta forma os princípios do desenvolvimento intelectual na vida adulta e na velhice foram descritos por Baltes (1987):

1) O envelhecimento é um processo que acarreta mudanças de natureza ontogenética, traduzidas no declínio das capacidades intelectuais dependentes do funcionamento neurológico, sensorial e psicomotor. Essas mudanças, refletem-se na diminuição da plasticidade comportamental.

2) As mudanças intelectuais de base ontogenética não significam descontinuidade da capacidade adaptativa e incompetência cognitiva generalizada: as reservas de experiência podem ser ativas e otimizadas pelos mais velhos, de modo a compensar o declínio nas capacidades de processamento da informação e resultantes do processo de envelhecimento.

3) O envelhecimento intelectual é uma experiência heterogênea, isto é, pode ocorrer de modo diferente para indivíduos e cortes que vivem em contextos históricos e sociais distintos. Essa diferenciação depende da influência de circunstâncias histórico-culturais, de fatores intelectuais e de personalidade e da incidência de patologias durante o envelhecimento normal.

4) Há diferentes padrões de envelhecimento intelectual, do patológico ao ótimo, passando pelo normativo, compartilhado pela maioria das pessoas. É relativa às mudanças biológicas que ocorrem depois que os indivíduos atingem a capacidade de reproduzir a espécie e, entre a quarta e a quinta década de vida, converge para o aparecimento de alterações anatômicas e funcionais que definem o envelhecimento. Não se trata de doença, mas de processo natural, dependente da programação genética da espécie.

5) O envelhecimento intelectual é um processo multidimensional e multidirecional: diferentes capacidades começam a mudar em diferentes momentos, com diferentes resultados sobre diferentes indivíduos submetidos a diferentes experiências biológicas, educacionais, históricas e de personalidade.

6) Respeitados os limites impostos pela biologia e as possibilidades abertas pela educação formal e não-formal a que foram expostos ao longo da vida, é possível alterar o desempenho intelectual de idosos por meio de intervenções clínicas, educacionais e experimentais. O *Adult Development and Enrichment Project* (ADEPT, de Baltes e Willis, 1982) envolveu delineamentos pré-teste/tratamento/pós-teste, com cinco horas de instrução em capacidades básicas, oferecidas a idosos residentes na comunidade.

O treino cognitivo não alterou as características estruturais das capacidades intelectuais primárias, isto é, não converteu capacidades básicas que são componentes da inteligência fluida, em componentes da inteligência cristalizada. Porém, em pessoas de 60 anos e mais, foram observados ganhos estatisticamente significativos nas relações entre

figuras e na indução.

De acordo com alguns estudiosos sobre o treino cognitivo, os maiores progressos experimentados pelas mulheres foram em orientação espacial. Homens e mulheres melhoraram em velocidade e precisão, mas os homens foram melhores em precisão. Não foram observados efeitos de generalização de uma capacidade treinada para outra não-treinada. Estudos de seguimento realizados sete anos depois do treinamento mostraram que os indivíduos treinados declinaram menos do que os não-treinados.

Além disso, os idosos que haviam declinado mais se beneficiaram mais do treinamento do que os que haviam permanecido estáveis. Os sujeitos foram submetidos a treino de reforço sete anos depois da primeira bateria de instrução, do qual decorreram melhoras significativas para todos os grupos de idade. Porém, os mais velhos não obtiveram melhor desempenho do que os mais jovens.

7) A inteligência muda qualitativamente ao longo da vida adulta e da velhice. As mudanças qualitativas dependem muito mais das oportunidades oferecidas pela cultura do que dos mecanismos de base genético-biológica que estão na base da inteligência humana.

8) O funcionamento intelectual dos adultos e dos idosos é largamente influenciado pelo conhecimento de si, pelas crenças sobre a origem do próprio comportamento, pelas metas pessoais e pelas emoções, elementos esses que devem ser levados em conta na pesquisa básica sobre diferenças evolutivas e na intervenção cognitiva.

9) As principais diferenças no funcionamento cognitivo dos jovens e dos idosos não são de natureza ontogenética, mas por fatores culturais que se expressam na educação oferecida nas fases iniciais do desenvolvimento, quando as competências básicas são desenvolvidas. Mesmo assim, as diferenças em inteligência dependentes da experiência cultural não afetam a inteligência fluida.

10) Graças à ação de mecanismos de seleção, otimização e compensação, no âmbito individual ou cultural, os mais velhos não mostram necessariamente declínio no desempenho de certas tarefas normalmente desempenhadas pelos jovens. Não só isso é verdadeiro, como também os idosos podem exibir níveis elevados de desempenho altamente especializado no âmbito profissional e na solução de problemas existenciais, ou sabedoria.

Os princípios intelectuais para Baltes (1987), unificados à sabedoria que é inerente a idade, graças ao acúmulo de experiências vivenciadas, pelas lembranças, pelo raciocínio lógico, pela condição de fazer análises coerentes demonstram a importância de um bom desenvolvimento cognitivo para a velhice. Portanto, as funções intelectuais na pessoa idosa,

necessitam, sobretudo, de estímulo, é preciso mantê-lo ocupado, sua mente não deve estar desocupada e ações como, por exemplo: a leitura, o estudo, o raciocínio, a reflexão, a meditação, entre outros, podem ser um divisor de águas para seu bem-estar.

2.1.2 Atividade física, sinônimo de bem-estar

A velhice traz consigo muitos desafios, o envelhecimento ativo proporciona além de bem-estar um sentimento de revigoração, sendo medidas preventivas contra os males da terceira idade, os autores afirmam:

Além de evitar que as alterações do envelhecimento se acentuam, sendo vista como medida preventiva, a atividade física melhora as funções orgânicas, aumenta a energia e vitalidade, atuando conseqüentemente, na manutenção da saúde) (PASCOAL; SANTOS; BROEK, 2006; TOSCANO; OLIVEIRA, 2009).

A atividade física é primordial para o ser humano, seja na juventude ou na velhice, devem ser direcionadas às necessidades e particularidades de cada um e devidamente acompanhadas por um profissional, seja educador físico ou por indicação médica. As atividades na área da Educação Física Gerontológica, tem objetivo definido, debilitar o processo de envelhecimento, adotando práticas regulares que contemplem uma boa relação entre teoria e prática, dando enfoque ao aspecto psicomotor. Segundo Cooper (1982), o exercício físico, em particular o chamado aeróbico, realizado com intensidade moderada e longa duração (a partir de 30 minutos) propicia alívio do estresse ou tensão, devido a um aumento da taxa de um conjunto de hormônios denominados endorfinas que agem sobre o sistema nervoso, reduzindo o impacto estressor do ambiente e com isso pode prevenir ou reduzir transtornos depressivos, o que é comprovado por vários estudos.

O correto antes de iniciar a prática de atividade física na terceira idade é a consulta médica e exames, somente desta forma o profissional pode avaliar as reais condições do corpo do paciente. Posteriormente, o instrutor deverá prescrever os exercícios que melhor se adequem a estrutura e necessidades do paciente. É importante que o profissional que acompanhará o idoso, enfatize atividades que promovam o desenvolvimento psicomotor, proporcionando prazer e motivação. Além de ampliar a saúde de modo geral, física e psicológica, proporciona qualidade de vida, bem-estar e, conseqüentemente, alcançará a longevidade.

O processo de envelhecimento humano associado à atividade física diária proporciona muitos benefícios, sendo possível citar: Inserção ao meio social auxilia o combate a depressão e ansiedade, melhora o condicionamento físico, previne infarto, reduz riscos de diabetes e

hipertensão, melhora a resistência, agilidade, força e flexibilidade, amplia a autoestima e autoconfiança, dentre outros. São incontáveis os benefícios advindos da prática de atividade física regular, ambos importantes para a melhoria da qualidade de vida da pessoa idosa durante o seu processo de envelhecimento.

Os estereótipos relacionados às pessoas velhas acontecem constantemente na visão da sociedade, são preconceitos ligados diretamente às perdas do indivíduo atribuídas especificamente aos idosos como: falta ou perda da inteligência linguística, dependência física, e emocional, inatividade sexual, cansaço constante, e intenso, dentre outros fatores, ou seja, as funcionalidades em detrimento da velhice são associadas a algo de total dependência de outras pessoas, bem como inaptidões, dando a impressão de que se tornar velho é deprimente, visto como uma pessoa incapaz. Nessa perspectiva, o envelhecimento deve ser encarado como um processo contínuo, por isso, segundo Santana; Sena (2003, p. 52), “é necessário, formar uma nova imagem em que se associa o velho e a velhice não à morte e à desesperança, mas a um processo de vida, que é natural, único e que expressa a singularidade de cada ser humano”.

No entanto, é necessário rever esse conceito e desmistificar essa visão inerente à velhice, é imprescindível considerar suas potencialidades, pois ainda que muitos se encontram com a saúde debilitada, e considerando também o estágio de declínio na sua classificação, estes são dotados de experiências, bem como também possuem capacidades intelectuais e cognitivas, podem apresentar-se independentes e autônomos.

Beauvoir (1990) discutia o envelhecimento como um fator importante e relevante para a sociedade, e atualmente essa relevância se torna prioridade na oferta de vários atendimentos e ofertas sociais, econômicas e de políticas públicas.

De acordo com (FREIRE, NERI, 2000), o envelhecimento bem-sucedido é visto como uma competência adaptativa da pessoa, isto é, a habilidade geral para responder com flexibilidade aos desafios resultantes do corpo, da mente e do ambiente, esses desafios podem ser biológicos, mentais, auto-conceituais, interpessoais ou socioeconômicos.

Partindo dessa discussão, percebe que fatores inerentes a realidade de cada sujeito, seja ela de ordem biológica, social, ou econômica, possibilitará a alguns idosos a participação ativa na sociedade, e nas atividades do cotidiano como: atuarem no mercado de trabalho, utilizarem ferramentas digitais, interagirem nas redes sociais, estudarem, além de praticarem atividades de entretenimentos e lazer.

A educação tem um caráter permanente, é uma prática política e persiste em todos os

lugares no qual o homem vive, não sendo responsabilidade apenas de uma instituição, a escola, mas média o homem na própria constituição de se tornar humano, no cotidiano, nas relações que ele estabelece, na família e na sociedade, num sentido micro e macro. A educação acontece ao longo da vida, de maneira permanente, e não existe um único modelo de educação. Assim, pode-se sistematizar a educação em modalidades, informal, formal e não formal. (OLIVEIRA, SCORTEGAGNA, OLIVEIRA, 2015).

2.2 Educação ao longo da vida

Em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, o cidadão garantiu legalmente o direito à educação, independentemente de idade, tendo sido ou não inserido em idade própria, sem qualquer distinção deveriam receber a mesma educação, sendo possível citar:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; (BRASIL, 1988).

Dessa maneira é dever do governo e da família, assegurar uma educação pública e gratuita para todos os cidadãos. No entanto, apesar dos direitos estarem fixados em lei, os desafios para garantir esse acesso passou por inúmeros obstáculos, ao falar em educação se vislumbra a eliminação do analfabetismo, porém sua erradicação ainda é algo a ser alcançado. A educação deve ser compreendida como algo que ocorre de forma integral, e que acontece no decorrer de toda a vida humana. Assim, afirma Freire (2000, p.40):

Não é possível ser gente senão por meio de práticas educativas. Esse processo de formação perdura ao longo da vida toda, o homem não para de educar-se, sua formação é permanente e se funda na dialética entre teoria e prática.

Para Freire (2000), o ser humano vive em constante aprendizado, é um processo ao longo da vida e o ato de aprender é algo primordial para sua sobrevivência no mundo que o cerca. O fato de o indivíduo estar evoluindo faz com que cada um se conheça melhor, compreenda sua relação com os outros, torna-se mais crítico, reflexivo. E desta forma, segundo ele, cada um vai construindo sua vida, sua identidade, sendo esse crescimento pessoal advindo da prática educativa.

A educação é uma construção de conhecimentos, saberes, experiências e quando se fala em Educação ao longo da vida, segundo (GADOTTI, 2016), é o mesmo que Educação permanente, pois a ideia de uma educação continuada, percorre todo o processo humano,

desde o nascimento até a morte. Segundo Platão, a educação é o primeiro dos mais belos privilégios e “se sucede a este privilégio de desviar de sua natureza e que seja possível retificá-lo, eis aí o que cada um deve sempre fazer no decorrer de sua vida segundo a sua possibilidade” (PLATON, 1970: 666).

Quando se fala em educação, compreende-se como um processo que se dá ao longo de toda a vida do ser humano, como aquisição de conhecimentos diversos e em vários períodos, e não pode ser vista como um processo exclusivo, e centralizado apenas numa faixa etária específica (OLIVEIRA, 2009, p. 14). O conceito de “educação ao longo da vida” tem sido alvo de debates e um dos princípios da “aprendizagem ao longo da vida” é que a ideia rompeu com visões educacionais que dividia o ensino por etapas (GADOTTI, 2016, p. 55)

De modo que, no Século XXI, o conceito de Educação ao longo de toda a vida ultrapassa a distinção tradicional entre educação inicial e educação permanente e aproxima-se de outro conceito proposto com frequência: o da sociedade educativa, onde tudo pode ser ocasião para aprender e desenvolver os próprios talentos (DELORS *et al.*, 2001, p. 117).

Neste quesito de educação/aprendizagem para a vida existe uma articulação de educação como um todo, onde cada um possui condições de aprender independentemente da idade, de ser uma educação formal ou não-formal (GADOTTI, 2016, p. 6). Quando se fala em educação/aprendizagem ela acontece no decorrer de toda a vida humana, podendo ocorrer em vários lugares e situações. Porém, segundo Cascais *et al* (2014), não se pode deixar de pontuar que educação ao longo da vida não é o mesmo que Educação formal, tendo em vista que uma não substitui a outra e cada uma possui suas particularidades.

Em consonância com este diálogo a UNESCO (2015) enfatiza:

Todas as faixas etárias, incluindo as adultas, deveriam ter oportunidades para aprender e continuar aprendendo. Começando ao nascer, aprendizagem para todos, em todos os contextos e em todos os níveis de educação, deveria ser embutida nos sistemas de educação por meio de estratégias e políticas institucionais, programas com recursos adequados em parcerias robustas nos níveis local, regional, nacional e internacional.

A Educação ao longo da vida tem raízes na Educação popular, pois reconhece o tema da “vida” como essencial para construção de saberes (GADOTTI, 2016). Destarte, a educação não é apenas um processo formal, pois pode ser associado à vida diária e tudo que a envolve, onde os processos formais e não formais são reconhecidos e valorizados. Ao passo que, quando se fala em educação/aprendizagem ao longo da vida no panorama da Educação popular o significado é diferente. Pois, segundo Platon (1970), esta é uma educação que pode transformar vidas inteiras desde seu nascimento até a sua morte, e passa a ser entendida como

uma ação de mudança social, num movimento permanente de humanização do cidadão.

Para Freire (1997, p. 55) “ninguém é autônomo primeiro para depois aprender a decidir. É decidindo que se aprende a decidir” e nesse sentido, a educação de forma intrínseca faz parte da vida humana e acompanha o homem em seu caminho, em qualquer idade e fases da vida. A vida é um processo constante de aprendizagem e a educação ao longo da vida é um direito democrático reservado às pessoas, que influencia e contribui diretamente para ampliar a dignidade do cidadão, ao ser parte integrante do processo de formação humana.

Destaca-se que o conceito de Educação ao longo da vida surgiu na Europa, debatida em diversos espaços e ganhou notoriedade em outros países com o passar dos anos (GADOTTI, 2016). Deste conceito, entende-se que a educação não pode ser restringida ao sistema escolar, pois vai além do ensino formal, quando indivíduo aprende em vários lugares, situações e em todas as etapas, ao longo da vida.

2.3 Educação para os Velhos

A relação da educação no que tange ao envelhecimento tem aumentado nas últimas décadas em virtude do crescimento da longevidade da população. Nesse sentido se faz necessário refletir acerca dos cuidados especiais para que os velhos não se sintam excluídos da sociedade.

Conforme estudos desenvolvidos nesta pesquisa, entendemos que muitos dos velhos exemplos: os que estudam na UMA/CECE) se aposentam e ainda se sentem aptos para realizar uma função social, estão em pleno vigor de suas funções cognitivas, intelectuais e físicas, só necessitam de uma atenção especial para que os programas e projetos possam incluí-los para que continuem desenvolvendo suas potencialidades e habilidades.

No entanto, as políticas públicas de saúde, educação e lazer com intuito de integrar na sociedade, amparado no Estatuto do Idoso em seu Artigo 21 na Lei nº 10.741, prevendo que o poder público criará oportunidades de acesso do idoso à educação, adequando currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais aos idosos. Diante deste, traz uma reflexão da relevância das discussões da inserção e participação dos idosos na sociedade civil ou acadêmica, apresentando uma vasta experiência, aprendizado e fazendo com que se sintam valorizados.

A sociedade entendida enquanto prática social possibilita ao homem uma aprendizagem ao longo da vida, favorecendo uma transformação cultural e da própria sociedade. (OLIVEIRA, SCORTEGAGNA, OLIVEIRA, 2015).

Compreendendo sobre a educação enquanto uma ação permanente e sobre os procedimentos de aprendizagem, que ocorre ao longo da vida, não representa apenas um enriquecimento do pensamento pedagógico, mas faz uma reportagem à necessidade de constante atualização, pois vivemos um mundo globalizado no qual as mudanças são rápidas e contínuas.

Podemos compartilhar o entendimento de alguns pesquisadores sobre a educação permanente que nos faz refletir como profissional e na prática pedagógica desenvolvida na educação dos idosos.

A educação permanente se refere à aprendizagem necessária para o desenvolvimento das competências das pessoas, nas mais diversas condições. Com a evolução tecnológica, há a necessidade de adaptação a tais condições, o que pressupõe uma educação permanente (ZAIAS, 2012).

A educação não é uma conquista de cada indivíduo, mas se constitui como uma função da sociedade e está diretamente ligada ao grau de desenvolvimento que a sociedade apresenta. Desta maneira, considera-se que a educação é permanente porque embora em diferentes graus sempre está presente na sociedade (PINTO, 1989).

A educação permanente visa uma educação rearranjada, refletida e integrada no seu todo. Ela sustenta a ideia de um controle de todos os recursos educativos possíveis de uma sociedade e de sua execução (GADOTTI, 1984).

A educação é permanente na razão, de um lado, da finitude do ser humano, de outro, da consciência que ele tem de sua finitude (FREIRE, 1997).

Portanto, fica claro com os argumentos apresentados por autores que a educação além de ser um direito social considera um meio representativo o caminho que permitirá a participação de direitos e deveres da cidadania, o exercício da cidadania, levando assim uma vida digna e produtiva no meio em que vive.

3 CAMINHOS DA PESQUISA

Nesta seção, será apresentado o método de pesquisa utilizado de o caminho percorrido, os sujeitos, os dados e outras informações metodológicas úteis para a realização do estudo, no intuito de conhecer as práticas educacionais direcionadas a adultos e velhos, sendo eles estudantes de duas instituições distintas: um grupo matriculado no ensino formal, na EJA/CECE e o outro com participantes da UMA/UFT.

É importante enfatizar que a presente pesquisa é amparada em referenciais teóricos e documentais, acerca das práticas de atendimento a velhos nos diferentes contextos e espaços. Envolve coleta de dados, por meio de entrevistas que evidenciam os processos das práticas de atendimentos educacionais existentes nas duas instituições selecionadas.

Para a construção dessa pesquisa, realizou-se um estudo de caso, por entender, conforme o pensamento de Cohen *et al* (2018) e Branski *et al* (2010),

um método de pesquisa que faz uso de orientações de uma realidade específica e real, com o fim de explicar, explorar ou descrever fenômenos atuais em um contexto específico. Esse fenômeno pode considerar um caso real (ou mais de um circunscrito) estudado em seu contexto e estar ainda em uma comunidade concreta, isto é, em um grupo ou mesmo uma organização, relacionamento ou processo decisório um projeto (CRESWELL & POTH, 2018).

A pesquisa é de abordagem qualitativa e caráter exploratório, nas dimensões bibliográfica, documental e de campo. Nesse propósito, buscou-se nortear o estudo teórico da pesquisa bibliográfica nos estudos já evidenciados por autores como: Freire (1987), Aranha (1996), Arroyo (2006), Lyra (1996), Osório (2012), Beauvoir (1990) dentre outros que abordam a Educação ao longo da vida e que destacam o contexto de práticas educativas e o atendimento aos velhos em espaços educacionais.

Além de documentos norteadores, foram necessários estudos acerca das características de práticas educativas no contexto escolar formal e não formal, suas ligações com a EJA e as características em espaços de atendimento de velhos. Além disso, essa pesquisa foi realizada no contexto da pandemia da Covid-19, ao passo que, os dois espaços institucionais vivenciaram esse período desafiador da história humana, o que leva a estudos e descrições dessa natureza neste estudo.

Yin (1994, p.13) define “estudo de caso” com base nas características do fenômeno em estudo e com base num conjunto de características associadas ao processo de recolha de dados e às estratégias de análise dos mesmos. Para este autor, o estudo de caso

é um processo de investigação empírica, com o qual se pretende estudar um fenômeno contemporâneo no contexto real em que este ocorre, sendo,

particularmente, adequado o seu uso quando as fronteiras entre o fenômeno em estudo e o contexto em que ele ocorre não são claramente evidentes.

Diante do delineamento e delimitação do tema, o levantamento bibliográfico e sua revisão, foram seguidos, conforme a elaboração das proposições que nortearam o estudo. Os dados da pesquisa foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas, legitimando o entendimento dos respectivos participantes. Desse modo, o roteiro de perguntas tornou-se um guia para evitar lacunas (TRIVIÑOS, 1987). Por fim, após a coleta de dados, organizamos o material adquirido para a constituição da base de dados, entre elas as anotações do pesquisador, arquivos, fotos, vídeos e transcrições das entrevistas.

A pesquisa bibliográfica foi fundamental, uma vez que, por meio de livros, teses, dissertações, artigos científicos, leis, revistas e outros tipos de fontes escritas e publicadas, oportunizou o conhecimento acerca do fenômeno estudado e tornou-se primordial para as etapas seguintes, de análise dos dados, organização e construção do relatório final.

Além disso, o referencial teórico, consistente e organizado, foi o suporte às fases iniciais da pesquisa, haja vista que auxiliou na definição do problema, na determinação dos objetivos, na construção de hipóteses, na fundamentação da justificativa e na escolha do tema (FONTANA, 2018, p. 66).

O estudo de caso envolveu o registro de eventos reais, vivenciados nos dois espaços: no EJA/CECE e na UMA/UFT, com o objetivo de descrever os fenômenos percebidos, inseridos em seu próprio contexto. Portanto, foi um estudo detalhado e exaustivo que forneceu conhecimentos profundos (EISENHARDT, 1989; YIN, 2009), descritos na estrutura deste trabalho.

Seguimos o pensamento de Cohen e colaboradores (2018) e Branski *et al* (2010), de modo que o estudo de caso descreve uma realidade específica e real, a fim de descrever as práticas educativas nos dois contextos selecionados na pesquisa. Ao passo que descrevemos nos capítulos deste trabalho, as percepções vivenciadas nas comunidades das duas instituições. Vale destacar que descrevemos na visão de Marconi e Lakatos (2006, p.69), ou seja, o trabalho apresentado aqui “consiste na observação de fatos e fenômenos tais como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presume relevantes”.

Desse modo, a classificação dessa pesquisa, tornou-se exploratória, pois foi realizada após um planejamento flexível que considerou diversos aspectos da situação e dos sujeitos das duas instituições, e ainda, o contexto que estavam com a pandemia da Covid-19. Afinal, de acordo com Gil (2002, p. 56), essa decisão foi útil para descrever as situações cotidianas, e

ainda nos familiarizarmos com as práticas educativas com velhos (CERVO; BERVIAN; DA SILVA, 2007).

Ao final, de posse do material, fizemos uma análise, com os dados e documentos que referenciam esta produção. Ao passo que as práticas educativas com velhos estão descritas nos próximos capítulos depois do conhecimento alcançado, baseado em autores que versam a temática do envelhecimento humano, educação ao longo da vida, EJA e práticas educativas.

A população da pesquisa foi composta por alunos, acima dos 40 anos de idade, que estudam no EJA/CECE, e estudantes que participam da UMA/UFT, além de professores de ambas as instituições. De modo que as informações preliminares, contatos, dados de apoio, localização dos participantes e outras informações dos sujeitos desta pesquisa foram obtidas por meio de profissionais das duas instituições.

A amostra contou com 12 participantes envolvendo alunos e professores de ambas instituições. Em relação aos alunos pesquisados foi estabelecido um limite de idade, considerando que o critério de escolha para os alunos participantes com idade inferior a 60 anos, baseia-se no atendimento que o Programa de Extensão UMA/UFT oferta, conforme sua proposta de educação para pessoas adultas e velhas. De modo que todos aceitaram participar da pesquisa e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Foram apresentados documentos pessoais e aprovados pela Comissão de Ética da UFT, sob o Processo nº 58520622.9.0000.5519 e Parecer nº 5.694.494. Sobre os perfis, a pesquisa foi direcionada com base no quadro a seguir.

Quadro 1- Perfil dos alunos entrevistados

Instituição pertencente	Quantidade de participantes	Idade	sexo
EJA/CECE	01	55	Feminino
EJA/CECE	01	61	Feminino
EJA/CECE	01	61	Masculino
UMA/UFT	01	64	Feminino
UMA/UFT	01	74	Feminino
UMA/UFT	01	76	Masculino

Fonte: a autora, 2022

Em relação aos profissionais que atuam em sala de aula com os velhos, alcançamos seis profissionais, 04 homens e 02 mulheres, na qual três são professores da EJA/CECE e outros três professores da UMA/UFT. Os profissionais participantes da pesquisa, pertencentes ao quadro de servidores do CECE, apresentam, em seu currículo, nível superior, bem como especialização em sua área de atuação, os mesmos ministram aulas das disciplinas do componente curricular correspondente a especificidade de sua formação acadêmica nas

turmas de Educação de Jovens e Adultos, além de outras turmas do Ensino Regular. Há, ainda, casos em que esses professores fazem parte da equipe diretiva na mesma escola ou exercem funções distintas em outra Instituição de Ensino, ou órgão público do Município de Palmas.

Em se tratando dos partícipes da UMA/UFT que atuam diretamente como professores dos acadêmicos, estes se destacam pela obtenção de toda uma preparação formativa como Educadores Políticos Sociais do envelhecimento, abrange ainda conhecimentos na área da intergeracionalidade, e gerontologia, os participantes aqui mencionados, possuem Ensino Superior, especializações, e entre eles ainda tem Doutor na área de Ciências e Tecnologia em Saúde, bem como Doutoranda que faz parte do PPGE Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia (PGEDA/EDUCANORTE), os pesquisados ainda participam de um, ou mais grupos de Pesquisa como o GIPEEIAH (Grupo Interdisciplinar para Pesquisas e Estudos em Educação Intergeracional e Altas Habilidades) o PROGERO (Envelhecimento Humano) (HHFPE-UFT) (História, Historiografia e Fontes de Pesquisa). Em ambos os casos, a pesquisa enriqueceu-se com a contribuição das posições variadas dos participantes.

Utilizamos para as conversas com esses sujeitos, do recurso de entrevistas semiestruturadas, envolvendo questões padronizadas correspondentes à classificação do participante. Ou seja, fizemos um roteiro específico para alunos da EJA/CECE, outro para os acadêmicos da UMA/UFT, e um terceiro para os professores das duas instituições. De modo que tais questões encontram-se no Apêndice B deste trabalho.

Durante a conversa fizemos uma breve introdução à pesquisa, no que se refere à aplicação da entrevista e consolidamos a aceitação com a assinatura do TCLE. Essa conversa teve duração aproximada de 30 minutos, e essa média de tempo foi alcançada com todos os entrevistados, de modo que, cabe registrar o cuidado com o ambiente da conversa, feita em local reservado e privativo.

A entrevista trouxe questões abertas com a finalidade de permitir aos participantes tratarem do assunto de forma que ficassem mais à vontade em responder, assim como considerassem mais apropriado. Nossa intervenção foi a menor possível, tendo em vista que poderíamos influenciar o participante nas respostas. Dessa forma, garantimos que manifestassem impressões e subjetividades no decorrer da entrevista.

Seguindo Triviños (1987, p.152), os questionamentos possibilitaram novas proposições a partir das respostas dos participantes, de modo que a entrevista semiestruturada favorece a descrição do fenômeno, mas também uma explicação e compreensão em sua

totalidade. Além disso, o procedimento manteve nossa presença consciente e atuante nesta parte da coleta de informações, pois permitiu delinear e compreender a vivência dos mesmos.

Sobre as questões, organizamos em números ordinais de 1 a 40. Sendo aplicados quatro roteiros diferentes, contendo dez (10) questões cada um, de modo que as perguntas fossem direcionadas aos participantes de cada grupo, um roteiro para os alunos da EJA/CECE; e outro para os professores. O mesmo ocorreu na UMA/UFT, com aplicação de 01 questionário composto por 10 questões, para estudantes e outro para os professores..

A escolha de entrevistas semiestruturadas permitiu um diálogo aberto e flexível, pois a ordem das perguntas seguiu a sequência elaborada, o que não impediu o diálogo dinâmico e todas as questões foram respondidas. Ao passo que todas as entrevistas foram registradas por meio de gravação em áudio, com autorização dos participantes, de modo que, na transcrição, os textos passaram por pequenas correções linguísticas, contudo não foi eliminado o caráter espontâneo das falas. Assim, seguimos conceitos de Ludke e André (1986, p. 33) ao afirmarem que “na entrevista a relação que se cria é de interação, havendo uma atmosfera de influência recíproca entre quem pergunta e quem responde”.

De posse desse material crucial da pesquisa, continuamos a construção desse documento com a escuta sensível das contribuições circunstanciadas pelos participantes. Visto que, para referenciar essa coleta de dados, citamos Chizzotti (1997, p. 103), quando relata que “as informações são documentadas, abrangendo a qualquer tipo de informação disponível, escrita, oral, gravada, filmada que se preste para fundamentar o relatório do caso [...]”.

Outros levantamentos foram realizados, conforme pode se constatar nos capítulos deste trabalho, e essa reunião de dados alcançados sustentam a descrição das práticas educativas com velhos, conforme o que está posto nas teorias que associamos a esta pesquisa.

A parte de análise do conteúdo, seguiu orientações de Bardin (2004), ao definir como um “conjunto de técnicas de análise de comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (BARDIN, 2004, p. 33). De modo que optamos por elencar três fases: 1) pré-análise, 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados; e, em todos eles, descrevemos em conformidade aos instrumentos legais éticos pertinentes, além de considerarmos os aspectos significativos no momento da transcrição das entrevistas.

Para a transcrição dos dados coletados, nomeamos os doze entrevistados; utilizamos nomes de poetas brasileiros para definir seis alunos da EJA/CECE e UMA/UFT e cientistas brasileiros para representar os seis professores das duas instituições.

Quadro 2 - Alunos e professores Entrevistados segundo a instituição, o grupo e pseudônimo

Ordem	Instituição	Perfil	Grupo	Nome
1	EJA/CECE	Aluno	Poetas brasileiros	Carlos Drumont
2	EJA/CECE	Aluno	Poetas brasileiros	Cora Coralina
3	EJA/CECE	Aluno	Poetas brasileiros	Hilda Hilst
4	EJA/CECE	Professor	Cientistas brasileiros	Oswaldo Cruz
5	EJA/CECE	Professor	Cientistas brasileiros	Cesar Lattes
6	EJA/CECE	Professor	Cientistas brasileiros	Santos Dumont
7	UMA/UFT	Aluno	Poetas brasileiros	Adélia Prado
8	UMA/UFT	Aluno	Poetas brasileiros	Cecília Meireles
9	UMA/UFT	Aluno	Poetas brasileiros	Manuel Bandeira
10	UMA/UFT	Professor	Cientistas brasileiros	Ester Sabino
11	UMA/UFT	Professor	Cientistas brasileiros	Bertha Lutz
12	UMA/UFT	Professor	Cientistas brasileiros	Carlos Chagas

Fonte: a autora, 2022

Em relação a trechos das falas, mantivemos, o mais fielmente possível, palavras e frases expressadas pelos participantes. Ao passo que para o corpus de análise dos dados coletados, o registro se dará em forma de frase em conformidade ao contexto. Portanto, não há preocupação objetiva nesta descrição, pois buscamos a sistematicidade e referência para além de si, em direção a outros textos e atividades de pesquisa (BAUER; GASKELL, 2002).

Para denominar os entrevistados utilizou-se a abreviação “**P + nome + 1**” **P** significa participante, **nome** a classificação e **1**, primeira questão e assim sucessivamente”.

4 PRÁTICAS EDUCATIVAS PARA VELHOS

Ao tratar das práticas educativas, não consideramos apenas o seu conceito, mas de fato o seu papel enquanto instrumento de transformação do velho, principalmente, na melhoria de sua qualidade de vida. A própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN - nº 9.394/96, na tentativa de incorporar um novo tratamento da educação, apresenta, no seu Título I do Art.1º, a reafirmação: “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino, em instituições próprias”.

Nesse sentido, as práticas educativas desenvolvidas em seus mais diversos espaços se fazem necessárias nessa construção de saberes, para as pessoas mais velhas.

Como aponta Capuzzo (2012, p. 65),

O objetivo da educação com as pessoas velhas, portanto, é diferente da educação nas outras faixas etárias, não sendo necessária a formalidade de um ensino convencional, escolar. Mas não podemos negar que existe a necessidade de uma estrutura organizacional, com um espaço específico e propício à aprendizagem, além de um planejamento e práticas pedagógicas que correspondam às suas necessidades e anseios.

As abordagens de Capuzzo (2012) deixam claro o papel da Universidade da Maturidade, pois, mesmo tendo um Projeto Político Pedagógico e um currículo para ser desenvolvido, não necessariamente o segue com rigidez, visto que outras ações que dinamizam a vida e o aprendizado dos velhos vão sendo inseridos nas atividades em sala de aula.

É evidente que, nos últimos anos, a população idosa aumentou de forma considerável e significativa, muito devido ao fato da melhoria na qualidade de vida do grupo que envolve a terceira idade. Existe grande preocupação por parte das famílias, dos governantes e dos próprios idosos na construção de uma vida mais longa, equilibrada e saudável. A Lei nº 8.842, de 4 de Janeiro de 1994, dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Em seu Art.3º, a política nacional do idoso reger-se-á em seu parágrafo primeiro o seguinte princípio:

I - a família, a sociedade e o Estado têm o dever de assegurar ao idoso todos os direitos da cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e o direito à vida;

É notório observar que todos os integrantes de uma mesma sociedade são responsáveis pela atenção aos idosos, pelo cuidado e pela seguridade de seus direitos constituídos. A

população idosa representa todos os indivíduos que possuem mais de sessenta anos, seja homem ou mulher, sendo um grupo que necessita de cuidados e atenção por parte dos que o cercam. Afinal, os cuidados devem ser assegurados em conformidade com a lei, a assistência à saúde deve ser de forma priorizada, pois, muitas vezes, os velhos já não possuem tanta destreza em sua forma física e, além disso, existe o cuidado emocional, visto que uma mente esclarecida e bem cuidada acarretará uma vida mais saudável.

De acordo com Santos e Sá (2000), a educação é uma das formas de vencer os desafios impostos pela sociedade aos idosos em situações inerentes a sua idade, pois esta lhes propiciará o aprendizado de novos conhecimentos e oportunidades. O autor ainda afirma que, por meio de uma educação continuada, tem-se possibilitado ao idoso a participação em atividades culturais, sociais, políticas e de lazer.

Nessa mesma linha de pensamento, (NERI; CACHIONI, 1999) enfatizam que as oportunidades educacionais são apontadas como importantes antecedentes de ganhos evolutivos na velhice, por meio da intensificação dos contatos sociais, das trocas de vivências e de conhecimentos e também do aperfeiçoamento pessoal.

Segundo Lempke e colaboradores (2012, p. 654), pesquisas apontam que a temática envolvendo a educação de velhos, principalmente no Brasil, é algo recente entre os pesquisadores, bem como na própria legislação, destacam ainda que somente por volta da década de 1970 que os estudos sobre envelhecimento começaram de fato a se desenvolver de forma mais ampla e sistematizada. Os mesmos consideram também ser de grande relevância a produção de conhecimento científico nessa área, para que possam servir de apoio na implantação e até mesmo avaliação de programas educacionais para esse público.

A educação é um processo contínuo, que ultrapassa os limites do saber e a simples aquisição do conhecimento. Ela faz parte da cultura de cada indivíduo, se desenvolve por meio das manifestações culturais existentes na sociedade e é através da prática da mesma que conquistamos os diversos espaços. Dentro dessa afirmativa, Libâneo destaca:

[...] não há uma forma única nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar em que ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a única prática, e o professor profissional não é seu único praticante (LIBÂNEO, 2004, p. 26).

Conforme Pinho e Santos (2015), “o conhecimento é um aprendizado contínuo” e, nesse entendimento, é que o professor terá possibilidades de compreender o seu papel social e político como educador crítico. Devido a isso, a prática educativa deve estar em constante inovação, pautada na criatividade e nas múltiplas interfaces dos processos de ensinar e

aprender e, para haver mudanças, as inovações devem ser incorporadas à luz da criatividade no processo de ensinar.

Nessa relação, ao ensinar e aprender com velhos, a prática dos professores está pautada na criatividade e nas experiências de vida desses alunos. Destacando ainda que os desafios são inerentes não apenas à utilização das ferramentas tecnológicas e conteúdos, mas ao exercício da criatividade, parcerias, utilização de recursos diversificados e contextualizados, que devem ser regados de motivação.

4.1 Trajetória Histórica da Universidade Aberta da Terceira Idade

No Brasil, a primeira iniciativa para promover uma velhice bem-sucedida ocorreu em 1963, quando o Serviço Social do Comércio - SESC chamou seus associados idosos para os Grupos de Convivência, cujos programas de lazer voltavam-se para o preenchimento do tempo livre.

Posteriormente, foram criadas as Escolas Abertas para a Terceira Idade, projeto baseado nas experiências francesas, direcionado para público mais qualificado em termos educacionais, já que oferecia programas de preparação para a aposentadoria, informações sobre aspectos biopsicossociais do envelhecimento e atualização cultural, além de atividades físicas e complementação sociocultural. Buscava o desenvolvimento de potencialidades e de novos projetos de vida, estimulando a participação ativa do idoso e sua contribuição para a resolução de problemas em sua família e em sua comunidade (GAMA, 2016).

No período de 1980, houve um espaço para os idosos na educação em universidades brasileiras e também pessoas interessadas no estudo sobre o envelhecimento.

É, portanto, recente a admissão de adultos maduros e idosos na universidade brasileira, para experiências educacionais desvinculadas das vocações classicamente assumidas por essas instituições: ensino, pesquisa e extensão. As Universidades da Terceira Idade exemplificam o exercício de outra importante missão da universidade, que é a prestação de serviços à comunidade na qual está inserida. As Universidades da Terceira Idade brasileiras, já realizaram três encontros de professores, administradores, alunos e ex-alunos, nos quais foram discutidos os rumos dessa iniciativa e a viabilidade de fundar uma Associação Nacional (GAMA, 2016).

Uma das primeiras universidades públicas brasileiras que teve o programa foi a

Universidade Federal de Santa Catarina, que, no ano de 1982, fundou o Núcleo de Estatuto da Terceira Idade - NETI, oferecendo, além do atendimento ao idoso, formação de técnicos e voluntários na área de gerontologia.

A Universidade Estadual do Ceará (UECE), sensibilizada com as necessidades da população idosa do Nordeste, criou a Universidade Sem Fronteiras, em 1988. As principais atividades didáticas ocorrem no Centro de Humanidades da UECE, em Fortaleza, onde são oferecidos 40 cursos. Suas atividades estão centradas nas áreas de prevenção, formação e pesquisa, além de trabalhos de cooperação internacional, para os quais recebe apoio da Universidade Lumière-Lyon 2, na França (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ, s/d). (GAMA, 2016).

A partir da década de 1990, multiplicaram-se os programas voltados para a terceira idade em universidades brasileiras. Os projetos têm denominações e currículos diversos, mas com propósitos comuns, como o de rever os estereótipos e preconceitos com relação à velhice, promover a autoestima e o resgate da cidadania, incentivar a autonomia, a independência, a autoexpressão e a reinserção social, em busca de uma velhice bem-sucedida (SÁ, 1999).

4.2 Práticas Educativas e a Universidade da Maturidade - UFT

Para desenvolvimento desse projeto de extensão, a Universidade da Maturidade tem Regimento interno e uma estrutura física com sede própria, salas administrativas, pedagógicas, auditório, além do laboratório de exercício físico e envelhecimento, dentre outros espaços.

A política de atendimento à vida adulta e ao envelhecimento humano tem por missão desenvolver uma abordagem holística, com prioridade para a educação, a saúde, o esporte, o lazer, a arte e a cultura, concretizando, desta forma um verdadeiro desenvolvimento integral dos alunos, buscando uma melhoria da qualidade de vida e o resgate da cidadania.

As práticas desenvolvidas na UMA seguem as vertentes de duas linhas temáticas, uma na área da Educação Intergeracional e outra da linha da Educação e Saúde, em que os professores Dra. Neila Barbosa Osório e Dr. Luiz Sinésio Silva Neto direcionam os trabalhos e as pesquisas a serem realizadas. Estes ainda destacam que pesquisas inerentes ao envelhecimento humano são formas de apresentar transformações de vidas, em vários contextos, seja estreitando relações familiares ou criando relações intergeracionais, sempre

priorizando resultados positivos de visibilidade para o velho (Osório; Sinésio Neto; Souza 2018, p. 306):

E nós, pesquisadores da área de Envelhecimento Humano, partimos para estudar práticas educativas. [...] O fortalecimento de pesquisas com acadêmicos de graduação dentro das escolas públicas resultou em uma publicação sobre esse assunto considerado pouco desvendado na educação. Ao crer que a saída do envelhecer digno e ativo esteja numa saudável relação intergeracional.

Conforme apresentado por eles, fica evidente essas práticas, que podem ser consultados no repositório da UMA, que consta no quadro 3.

Esse projeto de extensão tem a finalidade de conhecer o processo de envelhecimento do ser humano para viabilizar a promoção do sujeito que envelhece e provocar as transformações sociais nas conquistas de uma velhice ativa e digna, embasado no Estatuto do Idoso.

Esse ambiente educacional, além da estrutura material de qualidade, também possui o componente afetivo. Para os velhos, a sede é considerada uma “segunda casa”. Segundo Osório (2009), o espaço se tornou um ambiente intergeracional, pois acadêmicos dos diversos cursos de graduação e pós-graduação realizam projetos de extensão e pesquisas; para vários, a sede é “UMA casa de Avós”. (p. 311).

Nesse espaço, são desenvolvidas pesquisas inerentes ao envelhecimento humano, com projetos intergeracionais e tecnológicos de grande relevância social para os velhos da UMA.

O Laboratório de Exercício Físico e Envelhecimento Humano da Universidade da Maturidade da Universidade Federal do Tocantins (LABEFE/UMA/UFT) objetiva avaliar o efeito do treinamento resistido na saúde e qualidade de vida dos idosos e, para isso, conta com uma equipe multidisciplinar de pesquisadores com formação em gerontologia. Por meio desse espaço ainda são realizadas outras pesquisas de extensão e iniciação científicas (repositório da UMA).

UMAnizando em tempos de Coronavírus - Projeto este que deu grande suporte aos velhos no período da pandemia, reúne profissionais de diversas áreas, como gerontólogos, psicólogos, assistentes sociais, educadores físicos e acadêmicos dos cursos de Medicina, Nutrição e Enfermagem, que utilizaram a mídia a favor enquanto os velhos estavam isolados, além de se colocarem a disposição para qualquer eventual necessidade. Este projeto utilizou diversas linhas de atuação.

A UMA é um espaço de convivência social de aquisição de novos conhecimentos voltados para o envelhecer sadio e digno e, sobretudo, na tomada de consciência da importância de participação do idoso na sociedade enquanto sujeito histórico.

4.3 Práticas Educativas e a Educação de Jovens e Adultos - EJA

No Brasil e em outros países, uma parte considerável da população vive em condições de desigualdades sociais e essa realidade alcança a educação (IBGE, 2010). Segundo Demo (2007) uma parcela da sociedade que vive marginalizada é composta por cidadãos que estão excluídos de direitos básicos, dentre eles, a educação, e deixam de ter acesso a benefícios que outrora foram adquiridos pela Constituição Federal e outras leis.

A educação é um direito adquirido constitucionalmente por cada indivíduo, esse processo de aprendizado é desenvolvido no decorrer da vida humana, sendo distinto a cada um e em cada processo de ensino aprendizagem. Tomasevski (2006, p. 71) afirma que, quando o direito à educação é garantido, ele “opera como um multiplicador, fortalecendo o exercício de todos os direitos e de todas as liberdades individuais” e quando o direito à educação é negado “priva as pessoas (senão de todos) direitos e liberdades”.

À medida que o ser humano aprende, ele passa a reconhecer seus direitos e passa a exercer a cidadania, cumprindo deveres e exigindo direitos. Ou seja, ele usufrui de melhor qualidade de vida. De modo que, desde o ensino infantil até a conclusão da escolarização formal, o ser humano modifica seus pensamentos. Cada fase deve ser valorizada, pois tem suas especificidades, seus conhecimentos de vida e de mundo, pois levam o indivíduo ao reconhecimento de seus reais direitos enquanto cidadão.

Freire (1996, p. 33) assegura que:

Ensinar exige respeito aos “saberes dos educandos” de forma que educadores e escolas devam não somente respeitar os saberes trazidos pelas classes populares, os quais foram construídos socialmente na prática comunitária, mas também buscar o estabelecimento das razões de ser desses saberes com os conteúdos pela escola trabalhados.

Nesse contexto, a Educação de Jovens e Adultos é vista como uma forma de resgate de direitos daqueles que por motivos diversos não tiveram acesso escolar na idade regular. Essa modalidade de ensino promove condições ao cidadão de buscar meios que possam subsidiar seu acesso à escola e reconstruir sua cidadania.

Desde a colonização dos indígenas pelos Jesuítas, a educação passou por transformações. Dentre elas, a modalidade EJA surgiu e ganhou destaque no cenário

brasileiro, voltada para jovens, adultos e velhos. De modo que o Parecer da Câmara de Educação Básica, do Conselho Nacional de Educação, regulamentou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (CEB, 2000).

A CEB (2000, p. 5) chancela que ser privado deste acesso é, de fato, “a perda de um instrumento imprescindível para uma presença significativa na convivência social contemporânea”. O Parecer CNE/CEB 11/2000 e a Resolução CNE/CEB 1/2000 que instituem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) enfatizam que a EJA representa uma dívida social não reparada para com os que não tiveram acesso e nem domínio da escrita e leitura como bens sociais, na escola ou fora dela, e tenham sido a força de trabalho empregada na constituição de riquezas e na elevação de obras públicas.

Ao estudar a EJA e as políticas públicas para a modalidade, relacionamos as funções que ela exerce sobre a vida do cidadão, a própria CEB (2000) recomenda:

Assim, como direito de cidadania, a EJA deve ser um compromisso de institucionalização como política pública própria de uma modalidade dos ensinamentos fundamental e médio e consequente ao direito público subjetivo. É muito importante que esta política pública seja articulada entre todas as esferas de governo e com a sociedade civil a fim de que a EJA seja assumida, nas suas três funções, como obrigação peremptória, regular, contínua e articulada dos sistemas de ensino dos Municípios, envolvendo os Estados e a União sob a égide da colaboração recíproca (BRASIL, 2000, p. 53).

As pessoas que retornam à escola buscam políticas públicas para agregar novos conhecimentos e valores no processo de construção da cidadania. De modo que a EJA nasce mediante a necessidade de se reconhecer uma lacuna que ficou na sociedade, advinda do abandono e descaso aos menos favorecidos. Assim como cita a autora Paiva (1973, p. 16), ela é “destinada àqueles que não tiveram oportunidades educacionais em idade própria ou que tiveram de forma insuficiente, não conseguindo alfabetizar-se e obter os conhecimentos básicos necessários”.

Enfatizar a função e importância da EJA ou em direitos da modalidade não é o mesmo que afirmar que eles serão respeitados em sua integridade. Existe uma contradição entre o direito do indivíduo e o dever do Estado, pois faltam políticas públicas aplicadas ao cenário educacional que de fato atendam esse público dentro de suas perspectivas. Diante dessa realidade, vale destacar o que diz a Declaração Universal dos Direitos Humanos, sobre educação:

1. Todos os seres humanos têm direito à educação. A educação será gratuita, pelos menos, nos graus elementares e fundamentais. A educação elementar será obrigatória. A educação técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior está baseada no mérito.

2. A educação será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A educação promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.
3. Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada aos seus filhos (ONU, 1948).

Outro documento que registra essa concepção é a Constituição Federal Brasileira, com Artigos ligados diretamente ao direito à educação. De modo que o Artigo 205 assegura que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, p. 195). Ou seja, a Carta Magna deixa claro o direito e o dever do Estado, da família, da sociedade, para fortalecerem o direito do cidadão ao processo de ensino/aprendizagem.

Nesse contexto da Educação de Jovens e Adultos como uma modalidade de ensino que também atende a velhos, Peres (2010) em um de seus artigos:” Velhice, educação e exclusão: a educação de jovens e adultos e o analfabetismo entre idosos”, apresenta, em sua discussão, de que existe grande diferença entre um adulto de 30 anos e outro de 60. Para o autor:

[...] não diferenciar a velhice da vida adulta, como fase que demanda atenção especial, bem como metodologias próprias de ensino, seria assumir uma perspectiva no mínimo reducionista, análoga à consideração da infância como uma “vida adulta em miniatura”, que vigorou no período medieval (PERES, 2010, p. 62).

A distinção etária contemplada na EJA segundo esse autor, pode ser uma problemática, caso não seja trabalhado de forma diferente, pois faz-se necessário um atendimento específico a cada público que considere seus modos de aprender, perspectivas, objetivos, dentre outros fatores. Ainda de acordo com o autor,

Uma das principais críticas que podemos fazer aos programas de EJA é quanto à utilização da mesma metodologia de ensino para um público potencialmente heterogêneo no que se refere à faixa etária. Numa mesma turma convivem, por exemplo, jovens de 18 anos com adultos de 40 e idosos de 70 anos. Não é necessário ser especialista em educação para perceber que cada um desses grupos de idade possui **perspectivas** e expectativas totalmente diferentes quanto à educação (PERES, 2010, p. 67).

O sistema educacional envolve leis municipais, estaduais e nacionais que possuem sincronia e alinhamento. Estas leis regem e instituem as atividades a serem desenvolvidas

dentro do ambiente escolar, com objetivos que visem construir um ensino e aprendizagem significativos para o educando (MOREIRA, 2011). De modo que a educação está dividida em níveis e modalidades, com normas específicas para a EJA. Entre elas, a Lei de Diretrizes da Educação Nacional (LDB, 1996) é categórica em afirmar, em seu Art.37:

A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida. § 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. § 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si (LDB, 1996, Art.37).

A LDB (1996) reconhece a existência de uma parte da sociedade marginalizada e impedida do acesso à escolarização no período regular. Ela delega aos sistemas de ensino assegurar que os educandos tenham oportunidades, assistidos e respeitados em suas particularidades, ou seja, as suas vivências e experiências de vida.

Na estrutura legal da EJA, estão as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos que asseguram metodologia pedagógica que contemple os anseios da modalidade, ao observar as necessidades do educando. O Documento estabelece alguns princípios “a equidade, a diferença e a proporcionalidade”, a saber:

Princípio da equidade: Quando se fala em equidade é o mesmo que igualdade de direito, demonstra a importância de se estabelecer critérios, métodos e conteúdos iguais a todos os educandos, sem distinção, sem desmerecer o nível ou a etapa em que se encontra e que na EJA ele tenha acesso aos mesmos conteúdos do ensino regular, para que desta forma todos possam ter ingresso a uma mesma educação(...) Princípio da diferença: Sabe-se que cada educando é único, trás consigo particularidades que o diferencia uns dos outros e possui características formativas que advêm das experiências de vida, sendo elas essenciais para sua formação. Os conhecimentos adquiridos na educação formal são assimilados de formas diferentes por cada um e o sucesso desta aprendizagem vai depender dos métodos, sendo preciso contemplar as necessidades de sua clientela (...) Princípio da proporcionalidade: Este princípio abrange a utilização adequada das disciplinas a serem ministradas na EJA. Busca distinguir de forma proporcional os espaços e o tempo das ações pedagógicas e que venham assegurar a mesma aprendizagem dada aos educandos do ensino regular. Desta forma, ao garantir este princípio, concomitantemente com ele está a flexibilização do currículo da EJA, não deixando de cumprir a carga horária estabelecida para a modalidade e desta forma o educando jovem, adulto ou idoso pode mediar os estudos com a atividades diárias de sua vida (LDB 1996).

Nota-se que os três princípios alcançam anseios da modalidade EJA e de educandos pertencentes a ela. Pois, prioriza um ensino com foco nas particularidades de sua clientela e que busque meios para auxiliar dificuldades e aprimorar a qualidade do ensino e aprendizagem ofertados. Saltini (2008) escreve que seu intuito é gerar condições ao educando de tornar-se um ser pensante, livre, capaz de questionar, indagar sobre o mundo que o rodeia e

afirma:

A educação abre caminhos e tornando-se gente, o indivíduo qualifica-se como um ser social pronto para contribuir para o seu país e também para a sociedade. Um ser livre que busca, crítica, renova, entende, pensa e possui estrutura necessária para integrar-se à sua família e ao seu Estado. Enfim, ele é um ser que se relaciona em cooperação e desafios principalmente em competições (SALTINI, 2008, p. 29).

Por fim, as interfaces da EJA são complexas ao acolher pessoas que estão longe da escola, oriundos de diferentes situações e que buscam novas oportunidades na vida, além do resgate de sua cidadania. Assim como está posto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (BRASIL, 2000):

O importante a se considerar é que os alunos da EJA são diferentes dos alunos presentes nos anos adequados à faixa etária. São jovens e adultos, muitos deles trabalhadores, maduros, com larga experiência profissional ou com expectativa de (re)inserção no mercado de trabalho e com um olhar diferenciado sobre as coisas da existência, que não tiveram diante de si.

Podemos concluir que, para uma melhor eficácia nas propostas de EJA, é preciso entender que os educandos são os agentes protagonistas do processo de ensino, pois chegam até a escola com uma bagagem que deve ser respeitada, valorizada, agregada as novas práticas, que, desta vez, pedagógicas e com cunho educativo, auxiliarão na construção de práticas educativas significativas.

4.4 A EJA com Paulo Freire

Segundo Freire e Guimarães (2010), o pedagogo Paulo Reglus Neves Freire, popularmente conhecido como Paulo Freire, nasceu em Recife, capital do Estado de Pernambuco, no nordeste brasileiro, em 19 de setembro de 1921. Foi alfabetizado por sua mãe, e na escola seguiu crescente interesse pela Língua Portuguesa. Iniciou sua atuação, como professor no departamento de educação e cultura do Sistema de Aprendizagem da Indústria (SESI) e conheceu a EJA, na época, como uma nova e promissora modalidade de ensino.

Há informação de que, a partir dessa experiência do referido autor com a EJA, que essa modalidade foi destaque e sucesso no cenário nacional, pois sua relação dentro do contexto oportunizou experiências, descritas, publicadas e conhecidas como “Método Paulo Freire”. Uma de suas frases afirma que “o bom professor é aquele que se coloca junto com o educando e procura superar com o educando o seu não saber e suas dificuldades, com uma relação de trocas onde ambas as partes aprendem” (FREIRE, 2003).

Para o autor mencionado, o professor é parte integrante e indissociável para o trabalho

com o conhecimento, cujas habilidades e aproximação contribuem para que o educando supere suas dificuldades ao potencializar a troca de aprendizagens entre docente e discente. Defende uma pedagogia humana e libertadora com dois elementos distintos: “no primeiro, afirma que os oprimidos vão revelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se na práxis; no segundo, as relações transformam a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser a do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação” (FREIRE, 1983, p. 44).

Freire (1983) defende o professor e recomenda o perfil de mediador na condução das aulas na EJA por meio de trocas de experiências e valorização do conhecimento adquirido pelo aluno ao longo de sua vida. Ele também critica a posição do Estado sobre a responsabilidade com as comunidades populares:

Em face da omissão criminosa do Estado, as comunidades populares criam suas escolas, instalam-na com um mínimo de material necessário, contratam suas professoras quase sempre pouco cientificamente formadas e conseguem que o Estado lhe repasse algumas verbas. A situação se torna cômoda para o Estado. (FREIRE, 2003, p.16).

De modo que, ao confrontar as ações do governo, conseguimos observar que a EJA envolve lutas que resultaram em avanços significativos, pois o governo mantém políticas educacionais voltadas para a ampliação da EJA e sua melhor eficácia.

Sobre a prática pedagógica da EJA, descrevemos que o processo de planejamento do ensino tem sido objeto de constantes indagações quanto à sua validade como efetivo instrumento de melhoria qualitativa do trabalho do professor, pois “as razões de tais indagações são múltiplas e se apresentam em níveis diferentes na prática docente” (VEIGA, 2002, p. 41).

O professor tem um papel fundamental na construção do ensino de EJA. Portanto, os educadores são dinâmicos, com práticas educativas que envolvem o mundo “fora da escola”, de acordo com a experiência dos alunos. De modo que é preciso inovações para que se tenham bons resultados na EJA, com dinâmicas que partem do ofício do professor, desde sua formação profissional até as exigências do processo educativo formal. Afinal, “um profissional competente, para levar o aluno a aprender, e participar de decisões que envolvam o projeto da escola, lutar contra a exclusão social, relacionar-se com os alunos, com os colegas da instituição e com a comunidade do entorno desse espaço” (ENS, 2006, p.19).

Dessa maneira, o papel do professor de EJA é permitir que o aluno sinta confortável, sentir-se parte integrante do processo de construção do conhecimento, Segundo dados da referida pesquisa, os alunos da EJA são de faixas etárias muito variadas, classe econômica

também diversificada, uma vez que são alunos trabalhadores, e há muito tempo afastados da rotina escolar, o que também reflete no índice de baixo rendimento do público noturno dessa modalidade de ensino (CECE, PPP, 2021).

O importante, no caso da EJA, é ressaltar que: “Pertencimento aos extratos mais empobrecidos da sociedade parece ser uma marca forte na constituição da identidade dos sujeitos da EJA, ou seja, os sujeitos da EJA são os excluídos da sociedade”, como aponta Paiva e Sales (2013, p. 5).

Freire (1997) afirma que isso acontece pela “autodes valia” e também pelo “fatalismo”. Em outras palavras, o autor esclarece que os alunos da EJA são, em sua maioria, pessoas desfavorecidas pela vida, pela sociedade, muitos marginalizados pelo meio em que vivem ou pelas condições familiares, sendo todos estes fatores preponderantes para uma vida educacional menos favorecida. Como estratégia para vencer esses desafios Freire (1997, p. 30) recomenda:

discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos. Por que não aproveitar a experiência que tem os alunos de viver em áreas da cidade descuidadas pelo poder público para discutir, por exemplo, a poluição dos riachos e dos córregos e os baixos níveis de bem estar das populações, os lixões e os riscos que oferecem a saúde das gentes. Por que não há lixões no coração dos bairros ricos e mesmo puramente remediados dos centros urbanos?

Outro apontamento que registramos é que, na EJA, estão inclusos educandos de diferentes idades, pensamentos, bairros, dentre outros fatores, que tornam a miscigenação destes grupos bastante peculiar. Nesse contexto, todos fazem parte de uma mesma sala de aula.

Arroyo (2011) discutindo sobre quem são os jovens e adultos da EJA, afirma que devemos ter um olhar mais atento e específico para estes jovens e adultos, um olhar diferenciado, perceber estes, como capazes de serem atuantes, que já estão inseridas na sociedade de alguma forma e que possuem conhecimentos de vida, experiências e opiniões construídas no decorrer de sua vida.

Sobre isso Freire (1989, p.13) expõe que:

seria impossível engajar-me num trabalho de memorização mecânica dos ba-bebi-bo-bu, dos la-le-li-lo-lu. Daí que também não pudesse reduzir a alfabetização ao ensino puro da palavra, das sílabas ou das letras. Ensino em cujo processo o alfabetizador fosse “enchendo” com suas palavras as cabeças supostamente “vazias” dos alfabetizados. Pelo contrário, enquanto ato de conhecimento e ato criador, o processo da alfabetização tem, no alfabetizando, o seu sujeito. O fato de ele necessitar da ajuda do educador, como ocorre em qualquer relação pedagógica, não significa dever a ajuda do educador anular a sua criatividade e a sua responsabilidade na construção de sua linguagem escrita e na leitura desta linguagem. Na verdade, tanto o alfabetizador quanto o alfabetizando, ao pegarem,

por exemplo, um objeto, como laço agora com o que tenho entre os dedos, sentem o objeto, percebem o objeto sentido e são capazes de expressar verbalmente o objeto sentido e percebido.

Segundo Freire, (1989), na EJA a alfabetização é a criação ou a montagem da expressão escrita da expressão oral, esta montagem envolve uma “tarefa criadora”, pois o professor incentiva o educando a permanecer na escola, manter a busca pelo conhecimento e não desistir diante de obstáculos.

Portanto, sabe-se que o desafio do professor de EJA é desenvolver uma prática pedagógica que considere o educando no processo de sua vida em sociedade, ao mesmo tempo contribuir para potencializar novos sonhos, cujo intuito seja com que o próprio educando se veja como agente do seu conhecimento e ainda colaborar para a criação de escolas mais acessíveis, que construam uma relação com a vida do educando.

Diante do exposto, a EJA é um ato muito além de apenas ler e escrever. Assim como afirma Freire (1989, p.72):

Alfabetização é mais que o simples domínio mecânico de técnicas para escrever e ler. Com efeito, ela é o domínio dessas técnicas em termos conscientes. É entender o que se lê e escrever o que se entende (...) Implica uma autoformação da qual pode resultar uma postura atuante do homem sobre seu contexto. Para isso a alfabetização não pode se fazer de cima para baixo, nem de fora para dentro, como uma doação ou uma exposição, mas de dentro para fora pelo próprio analfabeto, apenas ajustado pelo educador. Isto faz com que o papel do educador seja fundamentalmente diálogos com o analfabeto sobre situações concretas, oferecendo-lhes os meios com que os quais possa se alfabetizar.

Assim, é perceptível que permeiam dificuldades, embora EJA já tenha ganhado notoriedade, metodologia própria e conquistas, como reconhecimento e valorização no campo educacional e nas políticas públicas que a envolve, ainda persistem atos ou ações de resistência contra a modalidade. O mesmo autor recomenda observação às particularidades do educando de EJA, entre outros desafios ligados ao conhecimento construído com práticas educativas que envolvam a realidade e as vivências.

Diante disso, Freire (2006, p. 24), afirma que:

Sonhamos com uma escola pública capaz, que vá se constituindo aos poucos num espaço de criatividade. Uma escola democrática em que se pratique uma pedagogia da pergunta, que se ensine e se aprenda com seriedade, mas em que a seriedade jamais vire sisudez. Uma escola em que, ao se ensinarem necessariamente os conteúdos, se ensine também a pensar certo.

Portanto, a EJA é uma modalidade de ensino desafiadora para os professores, embora tenham formação e consciência do seu papel na vida de cada educando, precisam agregar a sua prática docente com mais humanidade, principalmente, estabelecer uma relação de confiança e respeito, para que o educando sinta-se encorajado a superar seus desafios a ponto

de transformar sua própria realidade e ser bem mais do que a sociedade espera.

Freire (1980) propôs um método de ensino que atua sobre a realidade de cada educando, de sua cultura. A importância do fato de saber ler e escrever está ligada às experiências dos alunos de EJA. No entendimento do referido autor a aprendizagem é indissociável da realidade de cada educando, para ele o que adiantaria saber ler e escrever e não conseguir compreender o mundo que o cerca. Ele afirma:

A conscientização é um compromisso histórico. É também consciência histórica: é inserção crítica na história, implica que os homens assumam o papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo. Exige que os homens criem sua existência com um material que a vida lhes oferece [...] A conscientização não está baseada sobre a consciência, de um lado, e o mundo, de outro; por outra parte, não pretende uma separação. Ao contrário, está baseada na relação consciência-mundo (FREIRE, 1980, p. 26-27).

É inegável a contribuição de Paulo Freire para a EJA, pois seus métodos oportunizam aos educandos uma ligação viva com o mundo que o rodeia. Na visão de Freire (1987), o educando não será mais um na multidão, mas sim um ser capaz de agir e modificar sua realidade, sendo o protagonista de sua vida. Destarte, o educando não será mais o mero coadjuvante e, sim, o ator principal dentro do seu cenário social. Freire (1987, p. 96) afirma.:

A captação e a compreensão da realidade se refazem, ganhando um nível que até então não tinham. Os homens tendem a perceber que sua compreensão e que a 'razão' da realidade não estão fora dela, como, por sua vez, ela não se encontra deles dicotomizada, como se fosse um mundo à parte, misterioso e estranho, que os esmagasse.

Na metodologia de Freire (1980), o educando é o agente transformador pelo ensino e esse mesmo, torna-se transformador de sua própria realidade, é ele o responsável maior por sua mudança, por sua nova compreensão de mundo, pois, no momento em que ele se sente parte integrante de sua realidade, ele modifica seu entorno, por meio de suas novas percepções de mundo.

Ao observar esses métodos, o aluno é respeitado em seu contexto social e percebe que pode colaborar em processos de sua vida e de outros que estão em seu entorno. (FREIRE, 1980, p. 41), afirma que:

O ser humano é um ser pensante, com uma visão diferenciada do mundo ou de sua realidade, portanto, possui condições de agregar valores em sua convivência com outrem, e, com isso, condições de se construir relações sociais mais consistentes torna-se mais real, com uma experiência susceptível de tornar compatíveis sua existência de trabalhador e o material que lhe era oferecido para aprendizagem.

Por fim, o legado de Paulo Freire para a EJA é lembrado e o autor está no rol de grandes nomes da educação brasileira. Ele está presente como um estudioso que revolucionou a educação com um método novo, audacioso e capaz de mudar realidades, pensamentos e

vidas. Como exemplo disso, destaca-se o fato de Freire ter sido nomeado patrono da educação brasileira pelo Congresso Nacional, em 2012, por meio da lei nº 12.612. De modo que, um dos seus maiores benefícios é sem dúvida o estímulo ao diálogo, um educando que aprende a dialogar saberá agir com sabedoria, usando sua liberdade para defender seus ideais, transformando sua realidade e automaticamente modificando seu entorno.

5 UNIVERSIDADE DA MATURIDADE E A EDUCAÇÃO OFERTADA AOS VELHOS

Nessa Seção, apresentaremos as práticas de atendimento educacional, ofertadas aos adultos e velhos na Universidade da Maturidade. Para elaboração dessa seção, buscamos a compreensão dos processos de construção e funcionalidade do projeto, para isso, dividimos com os seguintes temas: Breve Histórico de Criação da UMA; A UMA como metodologia de atendimento educacional; Antologia da Pesquisa /Levante de Produções Científicas Stricto Sensu, com base na UMA no período de 2006 a 2020; Transcrição e Análise das Percepções das Práticas Educativas para velhos no contexto da Universidade da Maturidade UMA/UFT-Polo de Palmas e Práticas desenvolvidas no Período Pandêmico 2020 e 2021, com relatos dos professores e acadêmicos.

5.1 Breve Histórico de Criação da UMA

Com a proposta pedagógica de oportunizar melhor qualidade de vida à pessoa adulta e aos velhos, pautada, ainda, na integração dos velhos com os alunos de graduação, considerando o papel e a responsabilidade da Universidade em relação às pessoas de terceira idade, foi criada, em Palmas-TO, no dia 26 de fevereiro de 2006, a Universidade da Maturidade - UMA-UFT. Posteriormente, foi realizada a aula Magna, no auditório do SENAC, em Palmas, por meio do colegiado de Pedagogia, com a inauguração da sede administrativa, em 14 de maio de 2010, no Campus Palmas da UFT da Universidade pelos representantes da época, o Sr Ministro da Educação, Fernando Haddad e o Reitor, professor Doutor Alan Barbieiro (OSÓRIO; SILVA NETO, 2013).

A UMA-UFT, após seis anos de sua criação, recebeu o certificado de registro com o referido nome nº 9 01826235, em 02 de maio de 2012, com validade para 10 anos, tendo como titular a Universidade Federal do Tocantins (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2018). A UMA nasceu como um Projeto de extensão e, atualmente, é o Programa de Extensão de maior visibilidade da Universidade Federal do Tocantins. Apresenta uma estrutura com ações, também, de ensino e pesquisa, com extensão em vários municípios do Estado do Tocantins e encontra-se, nos dias atuais, em processo de extensão em outros estados brasileiros (PPP, 2022)

O quadro, a seguir, mostra o atendimento ofertado por meio desse projeto de extensão

da Universidade da Maturidade, que atende às questões educacionais de velhos. Esse projeto oferta a educação não nos moldes de atendimento da EJA, mas em uma perspectiva de valorização e aprendizado ao longo da vida, com a leitura de mundo prescrita por Paulo Freire.

Quadro 2 - Breve histórico da implantação da UMA-UFT nos polos

Ano de criação do polo	Cidade	Histórico	Matriculados em 2022
2006	Palmas	A autora do Programa Professora Doutora Neila Barbosa Osório, realiza o sonho de implantar a Universidade da Maturidade.	86
2010	Porto Nacional	O polo foi implantado com o objetivo de fortalecer a história cultural dos velhos, em outro Município do Estado do Tocantins.	48
2011	Araguaína	A Universidade de Maturidade foi criada com objetivo de propiciar, à população acima de 45 anos, o acesso justo e igualitário à educação continuada.	65
2019	Dianópolis	A UMA alcança uma região histórica do Tocantins no intuito de melhorar a vida dos velhos por meio da educação.	59
2021	Tocantínia	A UMA é implantada com uma proposta de atendimento aos velhos e velhas da comunidade indígena xerente.	23
2021	Luzimangues- Porto Nacional	Atendimento aos velhos e velhas, em especial, moradores de assentamentos, ofertando palestras educativas, lazer e educação.	35
2021	Paraíso do Tocantins	A UMA fortalece a educação intergeracional, realizando uma parceria com a educação do Município.	62
Total			378

Fonte: Secretaria da UMA, Palmas, Tocantins (2022)

O quadro, acima, apresenta os pólos e os atendimentos da UMA no Estado, demonstrando respeito, valorização, defesa dos direitos, saúde e educação aos velhos e velhas

do Estado do Tocantins. Entende-se que, comparado ao número de velhos e velhas existente, os dados de atendimentos ainda necessitam ser ampliados, haja vista que é um trabalho incessante que a equipe da Universidade da Maturidade e colaboradores desenvolvem no Tocantins, além de estar em constante busca de ampliação. Atualmente, encontra-se em processo, para abrir mais Polos no Tocantins e, também, em outros Estados como Bahia e Rio Grande do Sul.

A UMA passou a ser considerada uma Tecnologia Social, como mostra o estudo realizado por Santana (2021, p.17) um número de produção significativa em tecnologia social, além de desenvolver métodos para resolver problemas, conforme destaca a referida autora:

A produção de TS desenvolvida pela Universidade da Maturidade no período de cinco anos foi analisada e discutida com base em algumas dimensões: Conhecimento, Ciência, Tecnologia e Inovação, Participação, Cidadania e Democracia Educação e Relevância Social. Tais dimensões são trabalhadas e discutidas pelo Instituto de Tecnologia Social.

Para entender melhor quais critérios foram utilizados para que a Universidade da Maturidade pudessem ser considerada uma Tecnologia Social, Santana (2021, p. 22) explica, existem protocolos que definem a Tecnologia Social em quatro dimensões que caracterizam mais indicadores que são:

conhecimento, ciência e tecnologia e inovação, b) participação, cidadania e democracia, c) educação e d) relevância social. Cada dimensão possui três características/indicadores, totalizando doze: 1) solucionar demanda social, 2) organização e sistematização, 3) grau de inovação, 4) democracia e cidadania, 5) metodologia participativa, 6) disseminação, 7) processo pedagógico, 8) diálogo entre saberes, 9) apropriação/empoderamento, 10) eficácia, 11) sustentabilidade e 12) transformação social.

Diante dessa sua nova condição de Tecnologia Social, surgem novas técnicas, metodologias e produção de conhecimentos para serem replicados e a UMA já está articulando esses conhecimentos em outro estado, o que reafirmam as considerações do autor Santana (2021). Em suma, a Tecnologia Social aplicada compreende técnicas ou metodologias replicáveis, elaboradas para a comunidade e que representam soluções positivas de transformação social na vida dos velhos.

Assim, percebemos que a Universidade da Maturidade, desde a sua criação tem se desenvolvido bastante nesse caminho percorrido que envolve a parceria entre as organizações sociais, governamentais e demais instituições, ou pessoas que primam pela efetivação dos direitos dos velhos, buscando promover a estes, dignidade humana, serem vistos como protagonistas, detentores do saber e capazes como qualquer outra geração.

5.2 Projeto Político Pedagógico-PPP- 2020/2021

A Universidade da Maturidade procura ofertar aos velhos uma educação que busca inserir estes na sociedade, por meio do conhecimento, pautado em processos inerentes ao envelhecimento, que envolva os aspectos biológico, psicológico e sociocultural, bem como despertar o interesse em aprender e proporcionar oportunidade de qualidade de vida.

O Projeto Político Pedagógico da UMA (2018) dispõe que,

Neste contexto, as Universidades assumem um papel fundamental no compromisso científico, educacional e extensionista de responsabilidade social, de acordo com a Lei nº 10.741, de 2003 que dispõe sobre o Estatuto do Idoso no Artigo 3º VI – capacitação e reciclagem dos recursos humanos nas áreas de geriatria e gerontologia e na prestação de serviços aos idosos e no VII- “estabelecimento de mecanismos que favoreçam a divulgação de informações de caráter educativo sobre os aspectos biopsicossociais de envelhecimento.

Nesse sentido, evidencia-se que o PPP da UMA busca desenvolver e oportunizar a comunidade acadêmica à vivência de processos democráticos, com propostas educacionais que visam respeitar a heterogeneidade, atendendo a diversidade e individualidade, delineando um trabalho organizacional com foco na qualidade de vida dos velhos, o que vem em consonância a sua Missão (PPP, 2020, revisão técnica).

Esse Projeto propõe Aprendizagem ao Longo da Vida -ALV- para adultos e velhos, sendo lócus para prática pedagógica intergeracional e pesquisa gerontológica, com prioridade para as áreas da educação, saúde, esporte, lazer, arte e da cultura, e para engajamento ativo em defesa de políticas públicas para o velho.

A UMA atua em uma rede integrada, que abrange, além dos professores e colaboradores, outros profissionais da área do Direito, Medicina, Enfermagem, Nutrição, Psicologia e Teatro, dentre outros. Estes participam ativamente do que se é proposto na UMA, seja no atendimento individual ou coletivo, bem como na função de pesquisadores, ou atuando como docente (OSÓRIO; SILVA NETO, 2013). Além disso, a referida Universidade busca conhecer o processo de envelhecimento do ser humano e, a partir desse conhecimento, propõe mudanças sociais na conquista de uma velhice ativa e digna, referenciando como base o Estatuto do Idoso.

No ano de 2021, o PPP da UMA definiu como valores:

Respeito entre as gerações, transparência, competência, responsabilidade social com os maduros, criatividade, empatia, ação, humanização, desenvolvimento social

político e educacional, reverência às crenças religiosas, ética e reconhecimento social e educacional (PPP, 2021).

Os valores contidos no PPP da UMA evidenciam o cuidado que se tem enquanto educação, com um olhar, também, na função social que exerce, respeitando a diversidade e propondo o desenvolvimento da formação do cidadão crítico, no qual busca elementos que dê sentido à vida dos velhos, para que eles sintam vontade de conviver e viver novas experiências e aprendizagens.

Em relação à visão de futuro, o PPP do ano de 2021apresentou alguns destaques:

- Estar num lugar de destaque na sociedade nacional e internacional, até 2025;
- Ser referência em criatividade, inovação e conhecimento gerontológico, nos próximos cinco anos;
- Oferecer formação com qualidade e oportunidades para os velhos;
- Colaborar com o desenvolvimento em pesquisas sobre o envelhecimento humano e com reconhecimento internacional, ofertando acompanhamento psicossocial ao velho e melhoria em seu aprendizado, com foco na intergeracionalidade;
- Ser referência em educação holística e novos métodos de ensino para velhos;
- Buscar melhorias financeiras, físicas e estruturais, nos próximos dois anos, para proporcionar melhores condições de atendimento aos velhos;
- Ampliar a formação científica e profissional na oferta de cursos para professores e comunidade no atendimento à educação gerontológica;
- Aumentar o *status* como referência em Tecnologia Social, bem como angariar novos títulos e prêmios no âmbito da Educação com Adultos e Velhos no Tocantins.

Essa visão de futuro estabelece diretrizes a serem seguidas, ou seja, é a motivação para a realização e, sendo o Projeto Político-Pedagógico, um dos documentos norteadores da instituição, tem como função:

[...] buscar um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com interesses reais (VEIGA, 1998, p.12).

Desse modo, a Universidade da Maturidade trilha seu caminho pautado nessa perspectiva de atender o que está estabelecido no PPP para o alcance de seus objetivos, principalmente, o de ser referência na área do envelhecimento. Esse trabalho exige a execução de programas, projetos e ações, todos direcionados a proporcionar ao velho qualidade de vida e envelhecimento saudável com atendimentos dignos, conforme as abordagens de Beauvoir (1990), que considera o envelhecimento um fator importante e relevante para a sociedade. Atualmente, essa importância torna-se prioridade no que diz respeito a atendimentos e ofertas sociais, econômicas e de políticas públicas.

Com essa nova concepção da Aprendizagem, ao Longo Vida, tem demandado algumas mudanças relacionadas ao envelhecimento, em que as universidades da terceira idade têm papel fundamental nessa construção, uma vez que contribuem ao entender que pessoas mais velhas também podem e devem fazer parte do mundo acadêmico ou escolar. Além disso, as universidades realizam, na prática, por meio do ensino e pesquisa, o desenvolvimento de novas dimensões, conceitos e possibilidades ligados à educação, no sentido do desenvolvimento humano ao longo de toda a vida.

Por meio do Projeto Pedagógico do Programa, percebe-se que a aprendizagem caracteriza-se como “uma possibilidade para todos, em qualquer tempo de suas vidas. A aprendizagem é um fenômeno reconstrutivo”, ou seja, significa “ser capaz de utilizar a experiência e conhecimentos já adquiridos para atribuição de novos significados e para transformação das informações obtidas em conhecimentos” (UMA, 2021, p.8).

As motivações para os desdobramentos das ações educacionais na UMA partem do princípio que o mesmo se baseia num currículo desenvolvido e propício, para estimular a reflexão do sujeito sobre as expectativas do seu envelhecimento e, assim, o conduz a realização destas. (OSÓRIO; NETO, 2017). Assim, o Projeto Político Pedagógico da UMA representa o que Osório (2016) recomenda: “ser visionário, ter olhar atento à necessidade de realização de pesquisas com dados reais e significativos, para que sirvam para a elaboração de políticas públicas em prol do velho, que o acolha e respeite seus saberes e experiências”.

5.3 A UMA como metodologia de atendimento educacional.

Destacando-se a educação ao público de idosos, no Brasil, a primeira iniciativa para promover uma velhice bem-sucedida ocorreu em 1963, quando o Serviço Social do Comércio - SESC convocou seus associados idosos para os Grupos de Convivência, cujos programas de lazer voltavam-se para o preenchimento do tempo livre.

Posteriormente, foram criadas as Escolas Abertas para a terceira idade, projeto baseado nas experiências francesas, direcionado para público mais qualificado em termos educacionais, tendo em vista que oferecia programas de preparação para a aposentadoria, informações sobre aspectos biopsicossociais do envelhecimento e atualização cultural, além de atividades físicas e complementação sociocultural. Esse projeto visava ao desenvolvimento de potencialidades e de novos projetos de vida, estimulando a participação ativa do idoso e sua contribuição para a resolução de problemas em sua família e em sua comunidade (GAMA, 2016).

A partir da década de 1990, multiplicaram-se os programas voltados para a terceira idade em universidades brasileiras. Essas instituições apresentavam denominações e currículos diversos, mas com propósitos comuns: o de rever os estereótipos e preconceitos com relação à velhice, promover a autoestima e o resgate da cidadania e incentivar a autonomia, a independência, a autoexpressão e a reinserção social desse grupo em busca de uma velhice bem sucedida (SÁ, 1999).

No Estado do Tocantins, a Universidade da Maturidade (UMA) é um Programa de extensão da Universidade Federal do Tocantins (UFT), que apresenta uma proposta pedagógica voltada à melhoria da qualidade de vida da pessoa adulta e do idoso e visa à integração destes com os alunos de graduação, identificando o papel e a responsabilidade da Universidade em relação às pessoas da terceira idade.

Conforme destaca Osório (2018), a UMA/UFT possui um currículo desenvolvido que estimula a reflexão do indivíduo sobre a expectativa do seu envelhecimento e, dessa maneira, determina a sua motivação para as ações educacionais. Isso explica a vontade dos velhos em não perderem o vínculo com o projeto e frases como “Eu não saio mais daqui até o fim dos meus dias”, comuns aos nas falas dos acadêmicos. (p. 312).

Na perspectiva de inclusão social, educacional e valorização dos idosos, faz-se necessária uma construção e reconstrução de aspectos que agregam e consideram as facetas multiculturais do envelhecimento humano. Desse modo, é preciso conhecer e entender as

dimensões de inserção e contexto do idoso para, posteriormente, aplicar práticas que condizem e atendem esse grupo de forma coerente e satisfatória.

A UMA construiu seu Projeto Político Pedagógico com a participação efetiva dos acadêmicos e colaboradores e apresentou um perfil sócio educacional numa perspectiva de educação ao longo da vida, visando ao atendimento aos velhos, a partir de suas necessidades, em especial, acadêmicas.

A Universidade da Maturidade apresenta como propósito, conhecer o processo de envelhecimento do ser humano e gerar mudanças sociais na conquista de uma velhice ativa e digna, fundamentada no Estatuto do Idoso (OSÓRIO; SILVA NETO, 2013).

Segundo Macedo e colaboradores (2022), uma pesquisa realizada na Universidade da Maturidade em Palmas-TO que ocorreu no período de agosto de 2016 a março de 2017 apresentou um referencial teórico com foco no método de ensino de Paulo Freire e fez uma análise com o Projeto Político do Curso (PPC). Os pesquisadores realizaram uma entrevista com cinco professores que ministraram aulas, de acordo com a proposta da Universidade da Maturidade e pode-se confirmar, por meio dos depoimentos, a visão pedagógica de Paulo Freire no processo de construção do currículo e prática dos professores da UMA, conforme citação contida nas conclusões do estudo:

As aulas ministradas pelos professores são dinâmicas e criativas e atendem a educação permanente do velho, de forma a ampliar a leitura de mundo. Além disso, trazem, também, a produção de um currículo construído, de forma coletiva, pelo professor e estudantes, em consonância com a proposta pedagógica da UMA que objetiva atender as necessidades formativas dos acadêmicos (MACEDO, SANTOS, OSÓRIO, 2022, p.59).

5.4 Antologia da Pesquisa /Levante de Produções Científicas Stricto Sensu, com base na UMA, no período de 2006 a 2020

O Programa de Extensão Universidade da Maturidade UMA/ UFT, como já mencionado, foi criado em 2006. No dia 26 de fevereiro de 2021, esse Programa completou 15 anos e, devido à contribuição que ele proporcionou aos velhos que participaram dessa proposta, juntamente com a sociedade, foram realizados eventos, como forma de registro e comemoração em homenagem à data.

Com o intuito de apresentar as pesquisas que, durante esse período, foram realizadas, buscamos, junto aos arquivos da Universidade e à diversidade de produções científicas, elaborar as composições desses trabalhos de pesquisa, os quais foram produzidos com propósito de conhecer o processo de envelhecimento do ser humano, ressaltando a alegria,

que é considerada uma das marcas das atividades do Programa.

O trabalho realizado nesta pesquisa objetivou organizar, de forma analítica, trabalhos acadêmicos, produzidos pelos mestrados da Universidade da Maturidade, como proposta, também, de refletir de que forma oportunizar temas de pesquisa, na UMA, motivando os mestrados e colaboradores a pesquisarem a respeito da Gerontologia e Intergeracionalidade. Fundamentado nessa perspectiva, os objetivos específicos foram: Elaborar, por meio de estudos, uma antologia das dissertações produzidas ao longo dos 15 anos e compor, com os arquivos da UMA, as produções científicas sobre o envelhecimento, divulgando as pesquisas sobre o tema.

Esse levantamento, e análises, foram realizados como proposta de atividade de pesquisa, produzidas pela autora e outro mestrando, o mesmo encontra-se no Repositório da UMA. As pesquisas relacionadas, no quadro abaixo, foram orientadas pela Professora Neila Osório Barbosa, Coordenadora Geral da Universidade da Maturidade.

Essas pesquisas descritas demonstram o quanto às práticas de Ensino, Pesquisa e Extensão, desenvolvidas pelo o Programa da Universidade da Maturidade, são relevantes não apenas no âmbito da UMA, mas para a sociedade em geral, uma vez que apresentam propostas inovadoras com embasamentos teóricos e dados concretos, pesquisas essas realizadas com velhos nas áreas da educação gerontológica, intergeracionalidade e envelhecimento humano, o que pode ser utilizado como referência para elaboração de políticas públicas que atendam o público de velhos e que assegurem também os seus direitos. Dessa maneira, segue a composição do que trata cada uma delas:

Quadro 3 - Dissertações da UMA

Nº	TÍTULO DA DISSERTAÇÃO	AUTORES	ANO
01	Abordagem Educativa para o Uso de Medicamentos em Remanescentes Quilombolas: Uma Perspectiva Freiriana	MORBECK, Natália Belo Moreira.	2014
02	A Educação Intergeracional como Tecnologia Social: uma vivência no âmbito da Universidade da Maturidade - UFT	COSTA, Samara Queiroga Borges Gomes da.	2015
03	Avaliação do potencial criativo em crianças no contexto de aprendizagem no Ballet Clássico	MARQUEZAN, Ana Letícia Covre Odorizzi.	2016
04	Tanatopedagogiana Escola: Práticas Educativas Intergeracionais da Universidade da Maturidade de Araguaína- TO	OLIVEIRA, Jocirley de.	2016
05	Rede EnvelheSer, uma proposta tecnológica à disposição dos mais velhos: estudo de caso na Universidade da Maturidade	NUNES, Fernando Afonso Filho.	2018
06	Minecraft como Mediador de Aprendizagem Intergeracional	GÓES, Erick Henrique Silva.	2018

07	Aprendizagem significativa da língua inglesa para velhos: um estudo de caso na Universidade da Maturidade Polo Palmas Tocantins	MATOS, Lúgia Felix Parrião.	2018
08	Universidade da Maturidade: Uma Alternativa de Prática Educativa para Redução da Exclusão Social na Velhice dos Tocantinenses	CERICATTO, Soely Kunz.	2018
09	Os Métodos Autocompositivos de Solução de Conflitos no Ambiente da Universidade da Maturidade de Palmas/TO	LAZZARETTI, Victor Paola.	2018
10	Educação para o trânsito: uma pesquisa-ação com os acadêmicos da Universidade da Maturidade de Araguaína-TO	MORAIS, Cleide de Sousa.	2019
11	Era uma vez: A história de velhos com base freiriana para promoção da intergeracionalidade na Educação Infantil	COSTA, Amanda Ferreira.	2019
12	Ações de Políticas Públicas para o Atendimento dos Direitos dos Velhos em Tempos de Pandemia de Coronavírus (Covid-19) Em Palmas – Tocantins	SILVA, Anderson Carvalho da.	2020
13	Estereótipos de Velho Representados em Contos da Literatura Brasileira		2020
14	Encarar o luto na Velhice: Uma perspectiva Educacional	ASSUNÇÃO, Marcelo Aguiar de.	2020
15	A Universidade da Maturidade: O Reflexo das Práticas Sociopedagógicas Desenvolvidas em Araguaína - TO	FLORES SOBRINHO, Marcelo Henrique de Jesus.	2020
16	A intergeracionalidade por meio da contação de histórias na Universidade da Maturidade da Universidade Federal do Tocantins	PEREIRA, Silvanis dos Reis Borges.	2020

Fonte: a autora, 2022

1- Abordagem Educativa para o Uso de Medicamentos em Remanescentes Quilombolas: uma Perspectiva Freiriana

O objetivo deste trabalho foi identificar as dimensões que influenciam o uso racional de medicamentos em uma população de velhos Remanescentes Quilombolas por meio de uma abordagem educativa á luz Freiriana e possui enfoque na comunidade de Malhadinha, situada na cidade de Brejinho de Nazaré - Tocantins. Os resultados identificaram alto índice de velhos no grupo de analfabetos (46,2%) e 1-4 anos de escolaridade (34,6%). Evidencia-se que o exercício da automedicação é notório entre os participantes, bem como o descuido com o tratamento, o uso de medicamentos sem prescrição médica e o descarte inadequado dos fármacos.

Outrossim, ocorre casos de abandono de prescrição e o uso de medicamentos com indicação de familiares e amigos. Conclui-se que a cartilha proposta nesta pesquisa contribuirá para a construção de uma sociedade mais preparada para enfrentar criticamente as informações veiculadas sobre cuidados em relação a medicamentos e à saúde. O estudo estimula quanto ao desenvolvimento de hábitos saudáveis e ao uso racional de medicamentos, sem submergir a essência da cultura Quilombola, não apenas respeitando as diferenças, mas adotando os conceitos de Paulo Freire, compreendendo as particularidades como riquezas culturais com as quais todos podem aprender e desenvolver.

2- A Educação Intergeracional como Tecnologia Social: uma vivência no âmbito da Universidade da Maturidade – UFT

Buscou-se evidenciar, no âmbito da Educação Básica, o papel da Educação Intergeracional como Tecnologia Social e sua função como instrumento no desenvolvimento de ações pedagógicas que integrem gerações e possibilitem o desenvolvimento de sujeitos compromissados com a transformação da sociedade, com base, principalmente, nos teóricos. Por meio da Educação Intergeracional, novas concepções a respeito do envelhecimento podem ser construídas nas escolas para que cada indivíduo, independente da geração a que pertença, seja considerado um todo, com respeito às suas especificidades e à preservação da sua dignidade.

Ensinar as especificidades das gerações, por meio de atividades intergeracionais desenvolvidas de forma interdisciplinar e transdisciplinar, durante o processo de aprendizagem das crianças, possibilita a estas um desenvolvimento que gera transformação e a formação de indivíduos com a compreensão da heterogeneidade da sociedade em que estão imersos, além de possibilitar a compreensão de que o respeito ao outro pode reduzir os conflitos intergeracionais.

3-Avaliação do potencial criativo em crianças no contexto de aprendizagem no Ballet Clássico

Essa pesquisa avaliou o potencial criativo de 49 acadêmicos de ambos os sexos, com idade entre 49 e 82 anos, da Universidade da Maturidade (UMA- UFT). Partindo da hipótese de que as estratégias criativas, aliadas às aulas de dança da UMA/UFT/Polo de Palmas, no contexto de aprendizagem no ballet dessa disciplina, criou-se o objetivo de avaliar o potencial

criativo dos acadêmicos velhos (UMA/UFT/Polos de Palmas) no contexto de aprendizagem no ballet.

Utilizou-se o teste de Pensamento Criativo Figurativo de Torrance (TTCT) como instrumento avaliador, aplicando 20 sessões com diferentes técnicas para desenvolver diferentes áreas. A aplicação do teste foi realizada em duas etapas, início e fim da pesquisa. Essa pesquisa descritiva em forma de estudo de caso teve seus resultados analisados de forma quantitativa por meio do teste U e qualitativa usando as respostas obtidas durante a aplicação das estratégias via diário de campo. Os resultados revelaram uma melhora no potencial criativo em todos os 29 acadêmicos velhos do grupo experimental que participaram do estudo. Isso demonstra que as técnicas aplicadas foram eficazes.

4-Tanatopedagogia na Escola: práticas Educativas Intergeracionais da Universidade da Maturidade de Araguaína- TO

Essa temática buscou identificar como era construída, pelos acadêmicos UMA/UFT, a compreensão a respeito da morte por meio de práticas educativas intergeracionais com os alunos do 5º ano do Ensino Fundamental da Escola Municipal Benedito Canuto Braga de Araguaína – TO. A abordagem utilizada para o desenvolvimento da pesquisa foi a qualitativa e a forma assumida foi o estudo de caso. Os dados foram coletados por meio de observação participante, diário de campo e entrevista semiestruturada com Professores e Acadêmicos da Universidade da Maturidade e com docentes e alunos da escola. A interpretação das informações se deu pela análise Fenomenológica.

Concluiu-se que o ensino sobre a morte levado pela Universidade da Maturidade, por meio de aulas de Tanatopedagogia, para os alunos e professores da escola devem ser considerados como relevantes, visto que as trocas, as experiências, as memórias, as lembranças e a aprendizagem sobre a morte não só ajudaram as crianças a entenderem que a morte é algo irreversível e universal, mas que os saberes internalizados vão torná-los adultos e velhos com capacidade de compreender com naturalidade uma realidade única.

5-Rede EnvelheSer, uma proposta tecnológica à disposição dos mais velhos: estudo de caso na Universidade da Maturidade

A pesquisa compõe-se do seguinte objetivo: explorar as percepções e anseios de pessoas mais velhas em relação ao trabalho e geração de renda, por meio das impressões dos

acadêmicos da Universidade da Maturidade – UMA/UFT polo de Palmas nos anos de 2016 a 2017. A pesquisa realizada tomou a forma de estudo de caso, pesquisa exploratória, de abordagem qualitativa. Sendo o universo dos pesquisa dos compreendeu um total de 25 participantes, sendo 06 do sexo masculino e 19 do sexo feminino.

Os resultados mostram que os mais velhos participantes da pesquisa, em sua maioria, não querem um trabalho formal, rígido, com cumprimento de horários. Preferem trabalhos autônomos ou temporários, em que possam conciliar a prestação de serviço com demandas pessoais e da família, sendo necessárias ações concretas, rápidas e seguras.

O estudo também trouxe a criação de uma tecnologia social para realocar os mais velhos no trabalho, considerando aspectos como ocupação, geração e renda. O site é de fácil manuseio, acessível e inclusivo, poderá se transformar em uma oportunidade de ingresso dos gerontolecentes do Tocantins e, inclusive, do Brasil. As conclusões desse estudo não apontam o encerramento das discussões que envolvem os mais velhos, pode-se afirmar que foi com o estudo que muitas outras questões surgira me podem ser elementos de novas pesquisas. Desse modo, concluiu-se que este estudo cumpriu o objetivo proposto.

6-Minecraft como Mediador de Aprendizagem Intergeracional

É uma pesquisa de Aprendizagem Intergeracional mediada por meio do game Minecraft, visando compreender como os games contribuem para a aprendizagem intergeracional. Foi uma revisão bibliográfica sobre videogames, aprendizado interativo e intergeracional; uma pesquisa documental na Universidade da Maturidade (UMA/UFT) para identificar atividades relacionadas à educação intergeracional e gerontecnológica.

No estudo, houve a realização de teste de usabilidade e jogabilidade no game Minecraft para avaliar seu potencial educacional. Identificou-se, na UMA, um ambiente de aprendizagem intergeracional que favorece a realização de ensinamentos mediados pelas linguagens digitais - dentre elas, os videogames. Os resultados apontaram que o game Minecraft contribui para a aprendizagem intergeracional, devido às suas características interativas. A conclusão dessa pesquisa foi obtida mediante o método de avaliação heurística, baseado nos pontos de influência de Ackerman e colaboradores (1993).

7-Aprendizagem significativa da língua inglesa para velhos: um estudo de caso na Universidade da Maturidade Polo Palmas - Tocantins

Esse estudo objetivou conduzir, de forma teórica e prática, o ensino de Língua Inglesa aos acadêmicos da Universidade da Maturidade (UMA). Nesse trabalho, buscou-se, também, apresentar a temática da Língua Inglesa modo que, tanto o ensino como a aprendizagem fossem assimilados, de maneira significativa, em que o universo dos velhos fizesse presente em cada aula teórica ou prática.

Nesse estudo de caso, foram detalhadas seis aulas de Língua Inglesa, ministradas aos velhos acadêmicos da UMA com duração de uma hora e trinta minutos cada, o que resultou em um projeto de culminância de todas essas aulas, sendo acrescentadas mais três aulas para o projeto denominado Master Chef's Cake UMA. Nele, os 25 acadêmicos participantes utilizaram da teoria do vocabulário de uma receita de bolo simples. Dessa forma, conclui-se que passado e presente necessitam ser latentes no ensino para os velhos, pois, quanto mais chegarmos perto da realidade deles, mais prazeroso e significativo será sua aprendizagem.

8-Universidade da Maturidade: Uma Alternativa de Prática Educativa para Redução da Exclusão Social na Velhice dos Tocantinenses

A pesquisa teve como objetivo identificar se a Universidade da Maturidade pode ser considerada uma alternativa de prática educativa para redução da exclusão social na velhice dos tocantinenses, na percepção dos professores e alunos velhos da Universidade da Maturidade-UMA/UFT, de Palmas TO. Conhecer essas práticas educativas e as contribuições que essas práticas fizeram se constitui em um desafio.

Os dados da pesquisa foram produzidos por meio da observação de entrevistas aplicadas a professores e alunos velhos da Universidade da Maturidade da UFT, de Palmas-TO, em que foi possível concluir que as práticas educativas desenvolvidas na Universidade da Maturidade e constituem em referências de práticas para uma vida com qualidade e bem estar na velhice, tornando a Universidade da Maturidade uma alternativa de prática educativa para redução da exclusão social na velhice dos tocantinenses.

Conclui-se que é por meio da educação que esses velhos poderão mudar o rumo de suas vidas e construir a sua velhice com qualidade e dignidade. Nesse sentido, subentende-se que esse é um programa que se pode considerar como um modelo a ser seguido, segundo resultado da pesquisa.

9- Os Métodos Autocompositivos de Solução de Conflitos no Ambiente da Universidade da Maturidade de Palmas/TO

O estudo buscou compreender a velhice no contexto social, conhecendo histórica e legislativamente os direitos e garantias do idoso, mormente no que se refere ao direito ao trabalho e à educação e objetivou compreender a existência do conflito como algo inerente às relações humanas, com a possibilidade de uma percepção construtiva.

Assim, teve o intuito de apresentar a autocomposição como meio de acesso à justiça e forma de solução de conflitos, bem como elucidar o papel desenvolvido pelo terceiro facilitador (mediador e conciliador). Além disso, objetivou propor uma estratégia de ensino na velhice mediante o desenvolvimento de um curso gerontológico de introdução à conciliação e à mediação, aplicado aos alunos da Universidade da Maturidade de Palmas/TO. A abordagem escolhida como método foi pesquisa qualitativa, com inspiração na fenomenologia, trazendo uma pesquisa bibliográfica para exploração de conceitos.

Concluiu-se, a partir dessa pesquisa que a vivência dos alunos como protagonistas da mediação e da conciliação ocorreu após a desconstrução negativa de conflito, por meio do entendimento quanto à importância da mediação e da conciliação para a pacificação social, assim como ficou demonstrada a capacidade de aprendizado na velhice, por meio de estratégias específicas.

10- Educação para o trânsito: uma pesquisa-ação com os acadêmicos da Universidade da Maturidade de Araguaína-TO

Essa dissertação é fruto de um projeto desenvolvido com os acadêmicos da Universidade da Maturidade da Universidade Federal do Tocantins (UMA/UFT/Araguaína) e aborda um dos temas sociais mais discutidos atualmente: o trânsito. O projeto surge como uma oportunidade de coadunar as partes interessadas em resolver questões advindas das vias públicas, da estrutura física, das normas e do próprio homem.

Para tanto, a pesquisa teve abordagem qualitativa, por meio da pesquisa ação, tendo como objetivo realizar uma ação que produza solução para um problema social. Discutir o trânsito é discorrer sobre a vida, por isso, a luta pela preservação de vidas no trânsito consubstancia e aprimora projetos elaborados com requintes de urgência, tendo em vista que, todos os dias, vidas são perdidas no cenário de tráfego brasileiro.

Sob essa perspectiva, o trabalho desenvolvido com os acadêmicos da UMA/UFT/Araguaína, em parceria com o DETRAN/TO, pode ser viabilizado. Ao longo do estudo, o seguinte entendimento se fez presente, diante das dificuldades encontradas para aquisição de informações: até o momento, o DETRAN/TO é o único departamento de

trânsito do país que trabalha “Educação Para o Trânsito” em um currículo de um programa de extensão que atende idosos.

11-Era uma vez: A história de velhos com base freiriana para promoção da intergeracionalidade na Educação Infantil

O trabalho exposto versa sobre a análise da intergeracionalidade entre velhos da Universidade da Maturidade – UFT-TO e crianças da Educação Infantil em uma unidade de CMEI em Palmas – TO. Questionou-se como as crianças na primeira infância interagem com pessoas velhas em um ambiente educacional.

O estudo ressaltou o depoimento de cinco velhas, que relataram suas histórias de vida de forma lúdica a 40 crianças de uma turma de maternal II de um Centro de Educação Municipal Infantil da cidade de Palmas-TO, fomentando a discussão sobre a intergeracionalidade. Utilizou-se o método da história oral por ser o adequado a estratificar os dados da pesquisa. Por meio desse estudo, a UMA se mostra como produtora de tecnologia social e educacional para a intergeracionalidade.

Por fim, concluiu-se que os primeiros passos da caminhada para a compreensão e efetividade da intergeracionalidade já começaram, e muitos outros estudos podem aperfeiçoar esses conhecimentos com novas vertentes e de forma salutar para ambas as perspectivas.

12- Ações de Políticas Públicas para o Atendimento dos Direitos dos Velhos em Tempos de Pandemia de Coronavírus (Covid- 19) Em Palmas – Tocantins

Este estudo de dissertação teve por objetivo geral: verificar as ações de políticas públicas para garantia de atendimento aos direitos dos velhos, em tempos de pandemia da Covid-19, no Município de Palmas, TO. O primeiro objetivo consistiu em identificar as políticas públicas e suas respectivas ações de atendimento aos direitos dos velhos em Palmas-TO em tempos de pandemia da Covid-19. O segundo, verificar as ações desenvolvidas pelo Município de Palmas, em relação ao atendimento dos direitos dos velhos, especialmente, em tempos de pandemia da COVID-19.

Ademais, o terceiro objetivo consistiu em identificar os efeitos das ações de políticas públicas no âmbito da assistência social no Município de Palmas no período de pandemia da (Covid-19) e o quarto apresentou as ações do Projeto UMANizando, desenvolvido pela Universidade da Maturidade. O trabalho realizado pela UMA transcende o educacional, derruba todos os muros das impossibilidades e faz do estar velho um evento de estudo de valorização de ação de cidadania, prestigioso. A Universidade da Maturidade há anos promove

educação para os velhos, o que tem resultado em acadêmicos atuantes, politizados e participativos na comunidade local.

13- Estereótipos de Velho Representados em Contos da Literatura Brasileira

Essa pesquisa tem como objetivo geral analisar os estereótipos de velho que são representados em contos de Carlos Drummond de Andrade, de Graciliano Ramos e de Osmar Casagrande (literatura tocantinense), trabalhados com os acadêmicos da Universidade da Maturidade (UMA) durante as aulas de literatura e artes e, como objetivos específicos: identificar os estereótipos de velho que são representados nos contos; verificar as características da teoria do apego e as marcas de transtornos mentais dos estereótipos nas obras trabalhadas com os acadêmicos da UMA e conhecer, à luz da gerontologia, como os autores referenciam a velhice.

As análises inspiram-se nas teorias da literatura de Moisés, Bonet e Segatto e a representação de velhice a partir dos estudos de Beauvoir, Bosi, Goldenberg e Costa. Os resultados indicam que o velho é representado de forma estigmatizada a ter como referências alguns protótipos diferenciados, com variações de caráter, de costumes, de visão de mundo, de convivência social, de apego materialista e conflitos no comportamento, intertextualizados com personagens reais. Conclui-se que os autores trataram as personagens velhas por duas vertentes: uma subjetivista, fruto da imaginação deles, e outra denotativa.

14- Encarar o luto na Velhice: Uma perspectiva Educacional

Nessa dissertação, o objetivo foi de compreender o fenômeno do luto na velhice, sobretudo, se o processo educacional pode auxiliar a pessoa idosa no enfrentamento da perda de ente querido. A pergunta propulsora dessa pesquisa foi: a aprendizagem durante o processo de luto favorece adaptação dos sujeitos e minimiza emoções negativas decorrente da perda? Delineou-se o seguinte objetivo primário: compreender o impacto do processo educacional, por meio de oficinas, para ressignificar a experiência do luto nos acadêmicos da Universidade da Maturidade do polo de Palmas.

O percurso metodológico se caracterizou como o estudo de caso, apresentando um delineamento qualitativo, com objetivos exploratórios. A investigação ocorreu por meio da narrativa de três mulheres entre a idade de cinquenta e nove e sessenta e um anos que perderam um ente querido em um período de um ano a dois anos. Por meio das sistematizações e análise dos dados, os resultados apontaram que houve uma melhora na

qualidade de sono de uma das participantes e uma redução da ansiedade de nível grave para moderado. O estudo ainda constatou que cada participante imprime sua marca em seu processo de luto, isto é, embora as características comportamentais sejam semelhantes, a maneira de vivenciar esse processo é única.

15-A Universidade da Maturidade: O Reflexo das Práticas Sociopedagógicas Desenvolvidas em Araguaína – TO

Essa pesquisa objetivou verificar, nas práticas sociopedagógicas da Universidade da Maturidade em Araguaína (TO), como os direitos dos idosos e a promoção de políticas públicas para o envelhecimento humano são desenvolvidos. A pesquisa efetivou-se em uma investigação de cunho qualitativo e quantitativo, fundamentada no método dialético.

Os Acadêmicos avaliaram, de forma qualitativa e quantitativa, a UMA e seu trabalho sócio educacional. Positivamente, os velhos demonstraram um forte sentimento de amor e gratidão pela ação “Tecnogerontológica” da instituição, que é retratada como “referência” de política pública e vista ainda como uma família, como um “remédio” que os retira do isolamento, da solidão e da depressão e proporcionando paz, tranquilidade, felicidade, saberes, legitimação da cidadania e empoderamento, educando-os para o envelhecimento ativo na cidade.

Espera-se que essa pesquisa contribua para a transformação da realidade na qual os participantes da UMA estão inseridos, bem como, para a organização do movimento social dos maduros em Araguaína, no Tocantins e no Brasil, para o envelhecer ativo e digno e o fortalecimento das políticas públicas do envelhecimento humano.

16- A intergeracionalidade por meio da contação de histórias na Universidade da Maturidade da Universidade Federal do Tocantins

Essa pesquisa versou sobre a representatividade dos mitos, lendas e super-heróis na vida dos velhos da Universidade da Maturidade da UFT- UMA. Teve como objetivo geral compreender a memória dos velhos, por meio de narrativas nas vozes dos velhos da UMA, sua representatividade nas vidas desses acadêmicos e o elo entre o presente e o passado.

Houve a participação, no estudo, de 34 acadêmicos matriculados no ano de 2019 da Universidade da Maturidade - UMA da Universidade Federal do Tocantins do campus de Palmas, onde os dados foram coletados por meio de entrevista, sendo de natureza aplicada e de abordagem qualitativa.

Como resultados, pode-se apontar que as narrativas estão relacionadas à infância, ao convívio familiar e às relações de afetividade com pais, irmãos e parentes. Os velhos também relacionam seus relatos às pessoas que transformaram suas vidas. Em poucas narrativas, foram evidenciadas marcas profundas de situações sentidas como abandono e feridas que se abriram na infância, que, por meio da memória, foram resgatadas, reveladas e revividas. Nos depoimentos, muitas vezes, estes apontaram os professores da UMA como seus heróis, agora na velhice, pois aparecem com papel importante em suas vidas.

Dessa forma, verificou-se que as narrativas orais podem propiciar o protagonismo e trazer a sensação de pertencimento, o que contribui para aumentar a autoestima do velho, pois, ao narrar, ele torna-se o principal personagem e carrega consigo relatos de um tempo passado para o presente.

Diante desse levante de pesquisas realizadas, percebe-se que, nesse contexto, a Universidade da Maturidade é um espaço de intergeracionalidade, oportunidade e aprendizagens, favorecendo o conhecimento e relações entre velhos, crianças, jovens e adultos. O estudo e análise dessas dissertações foram enriquecedores para a realização desta pesquisa, porque tratam da temática que envolve Práticas Educativas para Velhos.

5.5 Transcrição e Análise das Percepções das Práticas Educativas para velhos no contexto da Universidade da Maturidade UMA/UFT- Polo de Palmas

5.5.1 Percepção dos professores da UMA

Com o objetivo de analisar as percepções dos participantes sobre práticas educativas desenvolvidas para velhos emergiu-se a pergunta aos professores em relação à Universidade da Maturidade. Assim, inicialmente, a pergunta aplicada a estes foram em referência ao seu conhecimento acerca da criação da Universidade da Maturidade no Estado do Tocantins. Os participantes descreveram:

P. Ester Sabino 21 Pelo conhecimento histórico que possuo, surgiu a proposta efetuada pela professora Dra Neila Osório ao departamento do curso de Pedagogia da UFT. A UMA é um projeto de extensão do departamento de pedagogia, criado em 2006. Pois a professora Neila é professora deste departamento.

P. Bertha Lutz 21 A Universidade da maturidade (UMA) foi criada em fevereiro de 2006, pela Doutora Neila Barbosa Osório, que em suas pesquisas sobre o envelhecimento humano constatou a necessidade de um olhar atento à população idosa do estado do Tocantins, a fim de garantir - lhe uma velhice ativa, saudável, com a garantia de direitos, preconizados no Estatuto do idoso. DraNeila elaborou um projeto de extensão que foi analisado e aprovado pelo Colegiado de Pedagogia da Universidade Federal do Tocantins (UFT), tornado-se a UMA um programa de extensão da UFT e atualmente uma tecnologia social que atende a pessoa adulta e o

velho, visando a melhoria da qualidade de vida dessa população e também que o adulto torne-se um velho com participação ativa na sociedade, como sujeito histórico.

Carlos Chargas 21 Surgiu a partir da proposta da Professora Dra Neila Osório, uma história carregada de lutas e persistência.

Diante dos relatos, observa-se que os professores estão alinhados com a proposta do projeto da UMA, ao entenderem que ao estarem inseridos como educador em um ambiente onde existem trocas de conhecimentos e vivências contínuas, é importante entender o processo histórico e as lutas que foram travadas para o alcance do objetivo, além de estar sempre se atualizando para novas compreensões e propostas de inovações. Para que os professores possam realizar sua prática docente, é imprescindível estarem alinhados à visão da Instituição, sua proposta de educação, conceitos e ações, o que parte desde o conhecimento de sua história de criação e instalação.

Segundo Rodrigues (2011, p. 219), a expressão “Ao longo da vida” é um “enunciado temporal que orienta e conforma determinado modo de conceber a educação e os sujeitos na sua relação com o passado, presente e futuro, expressando nessa relação o sentido atribuído à história”. Nesse sentido, quando perguntado aos Professores sobre o que seriam as práticas educativas ao longo da vida no atendimento a velhos, os mesmos relataram:

P. Ester Sabino 22 Considero que deve ser uma temática necessária a todas as pessoas, pois aprendemos ao longo da vida. Podemos aprender coisas novas em qualquer fase da nossa existência no Planeta Terra. Aprendizagem ao longo da vida, ocorre em qualquer período, especialmente na velhice.

P. Bertha Lutz 22 As práticas educativas ao longo da vida no atendimento aos velhos tem o objetivo de tornar a velhice um período saudável e ativo, buscando dar voz e vez aos velhos, retirando-os da invisibilidade, superando seus limites, resgatando sua cidadania, integrando-os às outras gerações na sociedade, de forma digna e produtiva.

Carlos Chargas 22 Acredito que sejam práticas que acontece para a concretização de ações, e organização nos processos educacionais direcionadas a construção de saberes ao longo da vida.

A participante professora **Ester Sabino 22** enfatizou a importância e a necessidade de trabalhar essa temática nos espaços públicos, uma vez que considera o aprendizado em qualquer fase da vida, o que corrobora com um dos relatórios da UNESCO - Conceptual evolution and policy developments in life long learning (Yang e Valdés-Cotera, 2011).

Na introdução desse relatório, um dos organizadores, Carnero (2011), destaca que a Aprendizagem ao Longo da Vida - ALV - pode oferecer diversos itinerários no tempo, no conteúdo e nos estilos de aprendizagem; oportunidades de aprendizado contínuo; mais participação da comunidade; antídotos aos processos do un-learning e de-schooling presentes

em diversos segmentos da sociedade; nova dimensão social à produção de conhecimento e à aquisição de competências; remédios e ação para prevenir e remediar a distribuição desigual do conhecimento.

Desse modo, pode ser entendido que a aprendizagem, ao longo da vida, remete aos processos em que ela acontece em todas as fases da vida, o que envolve nossas ações e decisões. O ponto central da ELV é a inclusão, em que o acesso seja oportunizado a todos, independente de classe social, idade, sexo ou raça.

A **P. Bertha Lutz 22** acredita que as práticas educativas desenvolvidas ao longo da vida tiram os velhos do anonimato para torná-los protagonistas de suas próprias histórias. Viabiliza ainda a superação de seus limites, além de resgatar conceitos relativos ao exercício da cidadania, como o fato de poderem ser produtivos e viverem uma vida de forma digna.

No que se refere ao posicionamento da comunidade acadêmica em relação às práticas educativas desenvolvidas no Projeto de extensão em relação a algum tipo de resistência, os partícipes fizeram as seguintes observações:

P. Ester Sabino 23 Considero que houve mais resistência, mas atualmente, a UMA é considerada um dos maiores projetos de extensão da UFT, é um projeto necessário e que tem oportunizado mudança de vida para muitas pessoas, sejam elas, acadêmicas da UMA, os velhos, ou estudantes de graduação ou pós graduação que desenvolvem atividades de pesquisa dentro do projeto.

P. Bertha Lutz 23 Em contato próximo aos estudantes de pedagogia, percebo que uma média de dez acadêmicos se matriculam e frequentam as disciplinas de “Educação Gerontológica” e “Arte e Movimento”, que tem a participação dos acadêmicos da UMA nas aulas. O que mostra que uma pequena porcentagem dos estudantes de pedagogia tem o interesse em conhecer sobre o envelhecimento. Mas os resultados da integração entre os acadêmicos de pedagogia e UMA, durante as aulas, demonstram que os acadêmicos se interessam em conhecer mais sobre a UMA e criam um novo conceito de velhice.

P. Carlos Chargas 23 Inicialmente houve mais resistência, por ser um projeto novo, desconhecido, mas com o passar dos anos tem ganhado credibilidade, e as dificuldades estão mais relacionadas a questões técnicas.

A resistência a mudanças relativa a processo inovador, esse faz presente em várias situações e, para que a Universidade da Maturidade da UFT fosse consolidada em sua representatividade atual para a sociedade e na perspectiva de atuar na área do envelhecimento humano, também não poderia ser diferente. Como destacado acima por **P. Ester Sabino 23**, considera-se que, embora tenha ocorrido essa resistência de forma mais intensa no início, atualmente, diante do que a Universidade representa, tanto para os velhos como para estudantes de graduação e pós-graduação, no sentido de ser necessária por trazer mudanças na vida destes, essa resistência, gradualmente, é reduzida. **Carlos Chargas 23** concorda com essa resistência inicial, mas destaca como dificuldade os fatores técnicos.

Enquanto que **P. Bertha Lutz 23** considera baixo o índice de alunos do curso de Pedagogia que são matriculados nas disciplinas de “Educação Gerontológica” e “Arte e Movimento”, que tem a participação dos acadêmicos da UMA nas aulas. Vale destacar que, para melhor compreensão do que se trata nas ações nessa área da educação gerontológica, esclareceram que Gerontologia significa o estudo da velhice, representa um campo multi e interdisciplinar que tem como objetivo descrever e explicar o processo de envelhecimento, as mudanças típicas dessa fase do desenvolvimento humano, seus determinantes genético biológicos, psicológicos e socioculturais (NERI, 2002).

Ao analisar as falas dos participantes desta pesquisa em relação às práticas educativas desenvolvidas na UMA, seus ganhos, os avanços e desafios nesse processo de construção e atualização diária de renovação, os professores entendem que, embora haja dificuldades e desafios constantes, a intergeracionalidade, o entendimento de envelhecimento, a arte, a aceitação das várias linguagens e o próprio currículo desenvolvido é um avanço. Assim, destacaram:

P. Ester Sabino 24 Ganhos: abriu-se oportunidade de trabalho e educação ligada ao envelhecimento humano para muitas pessoas; **Avanços:** O projeto UMA é reconhecimento e atende grande número de velhos e desenvolve pesquisas na área; **Desafios:** Ter um currículo com uma carga horária determinada, tipo o de uma escola de formação, com profissionais fixos, em que os pesquisadores desenvolveriam ações de pesquisa junto ao professor da disciplina.

P. Bertha Lutz 24 Os desafios estão relacionados a estar numa sala de aula com em média 40 alunos velhos de diferentes gerações, preferências, interesses, objetivos, problemas psicológicos e físicos. Os avanços acontecem quando procuro ouvir e entender cada um, suas individualidades, preferências e necessidades. Quando no início das aulas levo indagações que são respondidas com o conhecimento prévio dos estudantes, para depois levar a teoria de forma dinâmica, utilizando as linguagens que mais gostam: música, dança, teatro, poesia, contação de histórias, dentre outras. Os avanços dizem respeito ao entendimento e aceitação das diferentes linguagens utilizadas nas aulas; a valorização de si e do outro e a integração e vínculos criados, por meio das atividades propostas.

P. Carlos Chagas 24 Os desafios são constantes, pois envolve uma rede de atendimento ao velho, além de ser um projeto considerado Tecnologia Social, que significa um avanço e ganho para todos os envolvidos, assim, demanda uma grande responsabilidade de ser trabalhado de forma necessária para atender tanto aos critérios burocráticos, quanto ao objetivo da proposta da UMA na qualidade do atendimento ofertado aos velhos.

Para **P. Ester Sabino 24**, um dos pontos importantes a oportunidade para velhos trabalharem na própria Universidade. Considera-se já um ganho importante a questão das pesquisas na área do envelhecimento e o grande número de atendimentos. Contudo, um dos desafios percebidos é ter um currículo com uma carga horária determinada, como o de uma escola de formação, com profissionais fixos, em que os pesquisadores desenvolvem ações de pesquisa junto ao professor da disciplina.

Por outro lado, para **P. Bertha Lutz 24**, o desafio está em trabalhar com um grande número de velhos em uma mesma sala de aula com as várias gerações, onde são externadas e percebidas as diferenças, como os objetivos e interesses distintos, além dos problemas físicos e psicológicos. Todavia, a partir do momento em que estes velhos entendem e valorizam o outro nas suas diferenças e participam, também, das propostas, ocorre um avanço notório em seu desenvolvimento. Na opinião de **Carlos Chargas 24** questões relativas ao burocrático, visto que é uma Tecnologia social.

No contexto geral, o atendimento a velhos nos espaços educativos e sociais são vivenciados e percebidos de maneira individual por cada pessoa. Sob essa visão, buscou-se aos entrevistados entender, a partir do ponto de vista destes, como eles percebem esses atendimentos às pessoas velhas. Nesse viés, destacam-se as seguintes percepções:

P. Ester Sabino 25 Pela forma de oferta atual, o atendimento tem sido de qualidade, dentro do que se propõe a realizar.

P. Bertha Lutz 25 Em muitos espaços da sociedade os velhos são tratados como aqueles que não produzem mais e não tem lugares preparados para recebê-los de forma digna, não oferecendo – lhes condições para a manutenção da saúde e para aquisição de conhecimentos. Por outro lado, a Universidade da Maturidade - UFT vem contribuir para a saúde e a educação ao longo da vida; a Base Nacional Comum Curricular garante que a escola desenvolva habilidades voltadas ao envelhecimento humano, e os municípios têm as academias ao ar livre que podem contribuir com a saúde da pessoa idosa, desde que tenha pessoas capacitadas para orientar os exercícios.

P. Carlos Chargas 25 Muito ainda tem que ser feito, uma vez que são excluídos de muitos espaços, além de que permeia ainda muitos estereótipos negativos em torno do velho.

Um dos grandes impasses enfrentado por velhos é o de fazer valer seus direitos em todos os espaços, sejam eles educativos ou não. Essa dificuldade é evidente haja vista que, na prática, não acontece o cumprimento dos direitos dos idosos como deveria, uma vez que a condição de ser velho por si só já é vista na percepção da maioria das pessoas carregadas de negatividades e preconceitos, como uma pessoa incapacitada e é evidente a exclusão do velho nos meios sociais. Em consonância a vários estudos, a velhice deve ser tratada como um problema social, político e de saúde.

Segundo Minayo e Coimbra Jr (2002), as pessoas vêem a velhice como uma carga econômica, tanto para a família quanto para a sociedade, o que, muitas vezes, corrobora a sociedade a negar a seus idosos o direito de decidir o próprio destino. A **P. Ester Sabino 25** pontuou apenas o atendimento a velhos no espaço da Universidade da Maturidade, afirmando estar em comum acordo com o que se propõe dentro da Instituição. No entanto, **P. Bertha Lutz 25** destaca que os velhos são vistos como improdutivos e os espaços não oferecem condições para recebê-los de forma digna, mas apresenta que a Universidade da Maturidade

traz o diferencial de atendimento, uma vez que contribui para saúde e a educação ao longo da vida.

O Projeto Político Pedagógico, enquanto instrumento de fundamental importância na promoção da autonomia da gestão, por meio de suas ações em conjunto com a comunidade, buscas e adequar à realidade de cada Instituição e considera a identidade, a diversidade cultural e religiosa de cada realidade. Assim, ele não deve ser visto meramente como requisito burocrático no atendimento à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Nesse sentido, perguntou-se aos professores participantes de que forma é pensado o PPP da Universidade da Maturidade para a execução dos projetos desenvolvidos com os velhos

P. Ester Sabino 26 É um Projeto Político Pedagógico desenvolvido dentro da proposta dos autores nacionais que discutem o PPP, mas percebe-se que os usuários, e a própria UFT não entende como deve ser realmente desenvolvido um documento desta natureza, penso que há necessidade de amadurecer a proposta do PPP dentro da Universidade da Maturidade, pois seria algo diferencial, um PPP com as práticas, ações e análise do documento voltados para os velhos.

P. Bertha Lutz 26 O Projeto Político Pedagógico da UMA é pensado em conjunto entre funcionários, acadêmicos, pesquisadores e colaboradores para atender as necessidades dos adultos e velhos, por meio de projetos e pesquisas que envolvam as diferentes gerações e a educação gerontológica, para atender a missão da UMA: propor educação ao longo da vida para adultos e velhos, envolvendo as áreas de educação, arte, cultura, saúde, esporte, lazer e também para que os velhos tenham engajamento ativo nas políticas públicas voltadas a eles.

P. Carlos Chagas 26 O PPP é o norte das ações a serem desenvolvidas dentro da UMA, pautado em todo um projeto maior construído coletivamente.

Os pesquisados concordam que o PPP da Universidade está em comum acordo com a proposta de alguns autores, nos aspectos que vão desde a construção, pois foi elaborado conjuntamente com todos os envolvidos no processo e voltados para o atendimento nas áreas da educação gerontológica, com ações que, através dos projetos e pesquisas, possibilitam a autonomia dos velhos e engajamento ativo na busca de políticas públicas que lhes favoreçam.

P. Ester Sabino 26 sugere ainda que seja necessário um aprofundamento mais específico da proposta para que todos os envolvidos possam compreender realmente seu significado e nortear suas práticas baseadas em documentos referentes à velhice, o que concerne com Veiga (1995, p. 12), quando destaca:

O projeto político-pedagógico vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas. O projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é construído e vivenciado em todos os momentos por todos os envolvidos com o processo educativo da escola.

Diante da apresentação descrita, faz-se necessário que todos os envolvidos se apropriem do PPP para não somente desempenhar suas práticas pedagógicas, mas vivenciá-las de forma mais aprimorada e profunda.

Para atuar diretamente na UMA, em um projeto grandioso como esse que desenvolve o ensino, pesquisa e extensão, é necessário que haja todo um dinamismo de ações integradas. Por isso, uma das questões apresentadas foi: Qual a dinâmica utilizada na UMA para, de fato, vislumbrar a possibilidade de uma formação para a conquista da identidade e do reconhecimento dos velhos?

P. Ester Sabino 27 Não compreendi a pergunta.

P. Bertha Lutz 27 A UMA busca o reconhecimento do valor e do lugar do velho na sociedade, primeiramente, colocando – os em lugar de igualdade aos outros acadêmicos da UFT com número de matrícula e direito a acesso ao restaurante universitário, dando - lhes possibilidade de ter voz e vez nas atividades universitárias e na sociedade em geral, participando ativamente de eventos como seminários, festivais, apresentações culturais, entrevistas, debates, palestras em escolas para toda a educação básica, desfiles cívicos, sessões de fotos, filmes, propagandas, dentre outras.

P.Carlos Chargas 27 A UMA busca realizar atividades que possa envolver o velho no contexto da realidade em que está inserido, além de apresentar a ele os desafios de ser velho, e a importância de ser protagonista, conhecendo, participando como cidadão de bem, com possibilidades de criticidades.

Segundo **P. Bertha Lutz 27**, o reconhecimento do velho em sociedade deve ser colocado em pauta nas diversas situações em igualdade com os demais. Ela cita, ainda, a exemplo, que os velhos da UMA possuem matrícula e acesso ao restaurante da Universidade, assim como os demais acadêmicos da UFT. A participante vislumbra ainda, em sua fala, que a dinâmica de propiciar os velhos a participarem de eventos como seminários, festivais, apresentações culturais, entrevistas, debates, palestras, dentre outras atividades, traz-lhes voz e o reconhecimento de sua identidade. No entendimento de **P.Carlos Chargas 27** as ações desenvolvidas com os velhos na UMA baseia se na realidade destes, para posteriormente trabalhar de forma que eles possam participar ativamente em sociedade e se reconhecerem como cidadãos de valor. O que os participantes apresentaram em suas falas está em consonância com o que afirmam Cachioni e Néri (2004): “para que haja uma boa qualidade na aprendizagem de pessoas velhas, é necessária a promoção de ambientes educativos e estimulantes para um pensamento original e crítico”.

Compreender como se dá o processo de construção do Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade da Maturidade é algo não apenas curioso, mas envolve a fundamentação concreta de todo o sucesso do Projeto UMA, uma vez que é justamente através destes pilares que acontece a transformação e mudança de vida dos velhos inseridos nesse contexto da

Universidade. Sobre essa realidade os pesquisados responderam:

P. Ester Sabino 28 Eu não posso falar com tanta certeza, como os gestores. No entanto, enquanto professor pesquisador, considero que há coerência entre a proposta e a ação desenvolvida neste projeto de extensão, bem como há sintonia nas pesquisas realizadas no espaço da UMA.

P. Bertha Lutz 28 O processo de pesquisa e extensão da UMA coloca os velhos como protagonistas das ações e participantes ativos do processo de pesquisa e extensão, seja no laboratório de exercício físico e envelhecimento, nas ações de dança, do teatro, do projeto Eco Ponto nas Escolas, da intergeracionalidade, da psicologia, do Jardim Sensorial”, em parceria com a UniCatólica, das pesquisas voltadas ao resgate de memórias, dentre outros.

P. Carlos Chargas 28 Acontece com a participação de toda uma equipe qualificada, e orientada pela os Coordenadores da UMA, sendo os responsáveis com propostas apresentadas de pesquisa, ensino e extensão, para serem discutidas e executadas.

Segundo **Bertha Lutz 28**, em sua fala destaca algumas ações na UMA, demonstrando como acontece na prática. Enquanto o **P. Carlos Chargas 28** apresenta coletividade das ações do Projeto para que seja executado. Com destaque a participação de uma rede de colaboradores na realização de todo o processo. Assim, conforme demonstrados pelos participantes está em consonância com Salgado (2007, p.73) ao afirmar que “os/as profissionais que acompanham os grupos de idosos devem estar atentos ao compromisso de orientar sua ação educativa segundo um referencial de valores que inclua a justiça e a responsabilidade.” Justiça para que as pessoas velhas tenham liberdade para expressarem ideias, além da responsabilidade na tomada de decisões e na busca de sua autonomia.

Atualmente, os velhos ocupam diversos espaços, onde as práticas de atendimento se fazem presentes, logo, a visão em relação a essas práticas depende da realidade de cada um e de que tipo de condição seja ela, financeira, social e cultural. Assim, foi solicitado aos participantes que fizessem suas considerações em relação às práticas educacionais de atendimento aos velhos, na UMA e em outros espaços educacionais.

P. Ester Sabino 30 Inicialmente falta-nos muito estudo na área do envelhecimento humano, em especial nos espaços que visam atender os velhos. Em minha opinião a UMA é um projeto que tem feito a diferença, tanto em pesquisas acadêmicas, quanto no atendimento e na mudança de vida dos velhos e velhas atendidos desde 2006, um trabalho extraordinário.

P. Bertha Lutz 30 Eu acredito que a Educação Intergeracional, proposta pela UMA, é o melhor caminho para uma sociedade mais saudável, ativa e feliz. A convivência harmônica entre as diferentes gerações, com certeza, faz com o mundo seja melhor e com mais amor para todos.

P. Carlos Chargas 29 Faz se necessário um olhar atento a construção de um envelhecimento ativo e saudável, no sentido de entender que a população precisa se preparar para a velhice, uma vez que a projeção no Brasil é clara ao apresentar dados de crescimento da população idosa. As políticas públicas de atendimento a velhos ainda não conseguem atender satisfatoriamente esse grupo. Assim o papel da UMA é contribuir com a sociedade e com os velhos através do Ensino, Pesquisa e Extensão.

Nas percepções da **P. Ester Sabino 30**, a área do envelhecimento é pouco estudada e é justamente nesse ponto que considera a UMA um projeto que faz a diferença, porque envolve pesquisa na área do envelhecimento, bem como realiza o atendimento a esse público, que tem como resultado a mudança de vida dos velhos. Entretanto, a **P. Bertha Lutz 30** abordou a intergeracionalidade, por considerar essa proposta da Universidade de Maturidade uma das melhores oportunidades de viver com qualidade, por meio da convivência entre as gerações. Nas palavras de (Boström, 2002, 2003), a “aprendizagem intergeracional é uma forma de aprendizagem ao longo da vida”.

5.5.1.2 Percepção dos acadêmicos da UMA

Ao discutirmos sobre a educação de jovens, adultos e velhos, consideramos os atendimentos educacionais uma oportunidade de oferta de ensino que pode não apenas reduzir os índices de analfabetismo, mas também, ampliar a visão de mundo, desenvolver autoconhecimento e promover comportamental.

As Universidades da Maturidade são exemplos de tecnologia social, conforme preconiza ALMEIDA (2010), em que esse formato de Tecnologia é caracterizado por conciliar saberes populares e acadêmicos, nos quais a experiência das pessoas que vivenciam os problemas no dia a dia e o conhecimento dos profissionais se entrelaçam e, com isso, ocorre estudos e pesquisas sistematizadas nesse meio acadêmico. Nesse viés, percebe-se que as universidades, em geral, tornam-se importantes ferramentas de tecnologia social.

Ao abordar a questão com velhos da UMA e questionar sobre como o participante tomou conhecimento desse Projeto de Extensão e o que lhes motivaram a participar, surgiram as seguintes respostas:

P. Adélia Prado 31: Através de uma amiga, a procura de algo melhor.

P. Cecília Meireles 31 Já havia ouvido falar por alto .Mas quem me fez o convite foi uma amiga minha que se chama Eliane José de Tereza que dá qual é mãe do meu genro. Mas na época não deu e depois eu fiquei solteira e foi na aí que as portas se abriram para o que sou hoje. A vontade ou sede para o conhecimento, convivência saudável, vontade de viver melhor,enfim buscando justamente o que encontrei ainda encontrando e ainda buscando até onde Deus me permitir

P. Manuel Bandeira 31: Através da minha esposa vi que era bom.

A partir das respostas, ressalta-se a importância da rede de informações, como divulgações em mídia, bem como os próprios acadêmicos que frequentam o Projeto de Extensão, que levam para suas vivências em sociedade aos demais, apresentando ser positivo

fazer parte da Universidade da Maturidade. Com isso, de maneira contínua ao longo do tempo, aumenta o número de matriculados, conforme mencionado pelos participantes.

O termo envelhecimento está relacionado ao processo de envelhecer, já o termo velhice é considerado uma fase da vida humana, e, por fim, o termo velho ou idoso refere-se ao resultado final. Estes três aspectos estão intimamente relacionados entre si (PAPALÈO NETTO, 2018). Atualmente, para denominar as pessoas a partir dos 60 anos, utilizam-se termos como idoso, velho e terceira idade. Como é perceptível essa diferença de entendimento individual, e coletivo, elaborou-se a seguinte questão: O Sr. (Sr^a) se considera uma pessoa velha ou idosa? Justifique:

P. Adélia Prado 32 : Considero-me uma pessoa velha porque já vivi bastante e dou graças a Deus de já ter essa idade de 64 anos, e é muito bom, porque já me aposentei, tenho minha liberdade de me divertir e ir e vir de onde eu quiser.

P. Cecília Meireles 32 : Considero-me uma pessoa velha, mas com todos os meus direitos de cidadã e isso eu aprendi aqui na Universidade da Maturidade – UMA.

P. Manuel Bandeira 32: Uma pessoa velha, porque é a última fase da vida.

Os pesquisados da UMA possuem o entendimento de que são velhos, fato esse que representa justamente o que preconiza o Programa de extensão da Universidade da Maturidade/UFT, por entender que a pessoa envelhecer é um processo natural e que a velhice é uma fase que pode ser desfrutada.

As pesquisas desenvolvidas que ocorrem no âmbito da Universidade da Maturidade, seja no Ensino, Pesquisa ou Extensão, acontecem de forma rápida e constante, priorizando sempre a inovação, produção e a qualidade de seus resultados, com vista às mudanças positivas na vida dos velhos. Diante dessa realidade, questionou-se aos velhos quais foram as novidades que Projeto de Extensão UMA trouxe para o seu cotidiano e se trouxe expectativas futuras em relação a sua participação na sociedade.

P. Adélia Prado 33: Trouxe vida, qualidade de vida. Na UMA, aprendemos a envelhecer com qualidade de vida. Trouxe muitas amizades e inovação a cada dia. Interagimos com os jovens, velhos. Aprendemos a conversar. Antes eu tinha uma forte depressão e por isso não falava com ninguém. Então, eu aprendi a conversar, a fazer apresentação de teatro e muito mais. Em relação ao futuro a UMA trouxe muito aprendizado, desenvolvimento, aprender a viajar pois antes não tínhamos essa expectativa de viajar e de saber que nós temos que viver o hoje e não guardar para amanhã.

P. Cecília Meireles 33: O aprender a viver. Essa foi uma das novidades principais na minha vida, depois que eu entrei aqui. A UMA trouxe expectativas futuras em relação a sua participação na sociedade pois hoje eu vejo a vida com expectativa muito grande. Tanto que depois que entrei aqui na UMA eu aprendi a viver, eu aprendi a construir, aprendi a atuar. É uma fase da minha vida que está valendo muito a pena. Aprendi aqui na UMA.

P. Manuel Bandeira 33: Aprender a envelhecer e saber que todo dia temos coisas para aprender.

De acordo com **P. Adélia Prado 33**, a Universidade da Maturidade oportunizou para ela uma qualidade de vida por ter aprendido a envelhecer bem, trouxe ainda novas amizades e a interação com gerações distintas, além de lhe possibilitar a realizar viagens e viver o presente de forma mais intensa.

O termo aprender foi utilizado por **P. Cecília Meireles 33** e **P. Manuel Bandeira 33**, “Aprender a viver” e “Aprender a Envelhecer”, termos utilizados como forma de demonstrar o protagonismo de suas histórias. Cecília ainda aponta que a grande novidade que a Universidade trouxe para sua vida foi a de aprender a viver, pois, depois que começou a frequentar o espaço acadêmico, conseguiu desenvolver suas habilidades na arte, na dança e no teatro, e, com isso, ver o futuro com grandes expectativas. O acadêmico **Manuel Bandeira** afirmou que “o processo de aprender a envelhecer remete a ideia de que todos os dias ainda temos que aprender algo”.

Para entender se, após frequentar a Universidade a Maturidade, os velhos modificaram, de alguma forma, a sua visão de mundo, sua vida familiar, social ou comportamental, direcionou-se uma pergunta relacionada. Assim, os mesmos foram unânimes em dizer que sim, conforme citado a seguir:

P. Adélia Prado 35: Depois que eu comecei a participar das atividades da UMA, houve muita coisa boa. Eu aprendi aquilo que eu não sabia. Na verdade, apesar de eu ter sido professora 32 anos, mas tem muita coisa que eu não dava valor. Eu aprendi a me valorizar, a valorizar as pessoas. Aprendi a desenvolver atividade com as crianças também nas escolas, aprendi também a fazer muitos artesanatos, a pesquisar, porque eu não sabia. Meu comportamento também mudou muito porque eu era assim mais mal-humorada, eu aprendi a conversar mais com as pessoas, ser mais alegre a me valorizar e a valorizar os outros também. Porque para a gente valorizar a nós mesmos temos de valorizar as pessoas também. Temos que gostar de nós mesmos, para poder ter uma vida boa. Aprendi a interagir, a sair nos grupos com os colegas. Agora estamos começando a sair e a se divertir, a fazer uma caminhada, como eu faço. Isso tudo mudou muita coisa minha vida e a minha visão é de melhorar a cada dia. Tudo que eu aprendi eu quero ensinar as pessoas e isso é muito bom.

P. Cecília Meireles 35: Sim. Quando entrei aqui na UMA eu era muda e assim fiquei durante mais ou menos um mês. Hoje, como diz a Doutora Neyla, sou uma pessoa pública pois tudo o que você me perguntar se eu quero participar eu participarei. Para mim, foi uma mudança radical, da água para o vinho. A minha atitude mudou totalmente. Hoje eu vejo a vida completamente diferente. Antes eu tinha vontade até de morrer, isso é verdade. Hoje, não. Hoje eu tenho vontade de viver. Quero viver.

P. Manuel Bandeira 35: Sim, vi que temos muito a fazer ainda.

A Universidade da Maturidade, para os participantes, tem papel fundamental na sua vida diária, promovendo a interação entre outras gerações, bem como a valorização de si mesmo e das outras pessoas. A **P. Cecília Meireles 35** aprofunda esse entendimento ao

afirmar que, antes de participar da UMA, tinha vontade de morrer e que hoje só quer viver. Sua fala vem ao encontro com Osório; Silva Neto (2013, s/p) ao declararem que:

A universidade da maturidade surge com o intuito de proporcionar ao velho melhor convívio social, ampliação das relações sociais, descobertas de novas habilidades, propicia-lhes saúde, energia e interesse pela vida, bem como desconstruir a imagem negativa de velhice ainda expressiva na sociedade.

A Universidade, como um espaço acessível em receber a população idosa e contribuir para a exploração de novas dimensões, busca cumprir com o seu papel institucional na inserção de novos conhecimentos e práticas pautadas na tríade: ensino, pesquisa e extensão. Em referência ao que a UMA representa para os velhos, estes fizeram o seguinte relato:

P. Adélia Prado 36: A UMA representa tudo de melhor, pois é na UMA que aprendemos a interagir com as crianças, velhos e adolescentes. Temos uma qualidade de vida melhor, uma alimentação melhor porque temos orientação de nutricionistas. Quem está aqui sai da depressão porque os psicólogos nos atendem e conversam bastante conosco.

P. Cecília Meireles 36: A UMA para mim, representa vida, querer, poder, ir e vir, saúde e paz.

P. Manuel Bandeira 36: Representa a vida com mais sabedoria.

Em análise às respostas dos participantes, estes enfatizam que a representação da UMA para eles vai além de um espaço educativo, pois atende demandas relacionadas e, também, a saúde física e mental, por obterem orientações com especialistas de várias áreas, como nutricionista, psicólogo, educador físico, dentre outros. O espaço promove, ainda, a sabedoria e a aprendizagem em relacionar-se com diferentes gerações.

Pautado ainda na linha de atendimento aos velhos, na Universidade da Maturidade, estes se sentem valorizados, conforme apresentam em suas respostas:

P. Adélia Prado 37: A UMA nos atende muito bem. Somos valorizados e identificados. Nos ensina a nos comportar, a conversar. Temos uma academia com um professor que nos ensina a fazer atividade física. Temos terapeuta. Temos os jovens estagiários. Temos aulas com os alunos do ensino médio junto conosco. Assistimos aulas com os alunos de Medicina, com os professores. Isso é muito bom pois a cada dia aprendemos uma coisa nova. Somos valorizados pois temos a atenção de cada um. Em qualquer lugar que chegarmos se falarmos que somos alunos da UMA, já temos uma identidade. Aqui também, temos o restaurante da Universidade Federal junto com os acadêmicos e temos os mesmos direitos que eles. Os alunos de Nutrição desenvolvem atividades conosco, os alunos de Medicina, do Mestrado, do Doutorado também. Todos nos ensinam muito bem.

P. Cecília Meireles 37: Com certeza, valoriza. Eles nos dão o direito de ir e vir. Estar dentro de uma sala de aula nos faz acreditar que os velhos têm vida e poder e sabem o que faz. Eles falam que nós somos um diário vivo e que as nossas experiências ajudam muitas pessoas. Então, a UMA faz uma diferença grandiosa em nossas vidas.

P. Manuel Bandeira 37: Atende sim, um lugar agradável onde vivemos momentos de muito valor e com emoções.

As percepções dos participantes estão condizentes com a proposta da Universidade da Maturidade/ UFT, conforme consta na descrição do objetivo específico na sua página

<https://transforma.fbb.org.br/>, na qual busca valorizar a experiência do acadêmico e despertar seu interesse em retomar o ser produtivo nele adormecido, a partir do entendimento de que a vida vitoriosa não pode estar apartada deste segmento da população, além de resgatar as atividades lúdicos desportivos. A instituição fomenta o cuidado com a saúde, vivências, ampliação do conhecimento das transformações de seu corpo e constantes reivindicações de direitos fundamentais na área de saúde, propondo alternativas às políticas públicas vigentes, ou seja, auxilia a criar possibilidades.

Na Universidade da Maturidade, a pesquisa, o ensino e a extensão são realizados constantemente e desenvolvidos, por meio de projetos e ações de forma intergeracional e com participação ativa dos velhos, o que possibilita interação com crianças e jovens, além de despertar o interesse pela arte, dança e cultura, práticas que despertam neles a vontade de viverem felizes.

As práticas educativas são desenvolvidas, por meio de projetos intergeracionais, das pesquisas e das aulas, logo, há participação dos velhos nas atividades desenvolvidas na UMA. Na oportunidade, eles falaram das quais participam e sua importância:

P. Adélia Prado 38: Aqui participo de várias atividades, por exemplo, participo do laboratório de força, do teatro (vários), aula de dança. Para apresentar, nós viajamos por várias cidades e isso é muito bom, pois a aprendemos e ensinamos ao mesmo tempo. Não consigo identificar qual atividade eu gosto mais, pois gosto de todas e todas são importantes para mim, me sinto bem desenvolvendo essas atividades, dando entrevistas para a televisão com os alunos de Mestrado, com os alunos de Doutorado. Fico muito feliz em poder participar e em saber que eles me procuram porque sabem que aqui na UMA nós aprendemos e quem não sabe poderá aprender.

P. Cecília Meireles 38: Todas as práticas aqui da UMA, eu participo. Sou a pessoa que tudo o que está aqui e que pedem para eu fazer, eu faço. Inclusive faço teatro que é uma das coisas que eu amo, e coloco como destaque. As viagens são maravilhosas pois interagimos com os colégios, e com o mundo. Basta alguém convidar a UMA, que a UMA nos convida e assim participamos. Então eu interajo com todos os projetos que têm aqui. Para você ter uma ideia, eu, por exemplo, sou capa de entrevistas do Professor Neto e em palestras que eles vão, a minha foto que está lá. Eu sou Presidente do Instituto daqui da Universidade da Maturidade. Participo da dança, academia, do teatro, das aulas em si, faço tudo, até café, faço e participo de tudo.

P. Manuel Bandeira 38: Participo de todas as práticas educativas desenvolvidas. Pratico a parte da saúde, para mim é a mais importante pois aprendemos tudo sobre a saúde do velho.

Os três acadêmicos: **Adélia Prado, Cecília Meireles e Manuel Bandeira 38** participaram de todas as atividades propostas a eles e afirmaram gostar muito, pois, além de dança, teatro e atividades lúdicas, participam de palestras educativas, bem como pesquisas científicas, as quais mestrando e doutorando ministram.

Foi relatado por **P. Cecília Meireles 38** que, depois que começou a frequentar a UMA, ela passou a ser mais ativa na sociedade. Atualmente, é presidente de Associação, já fez

participações importantes em eventos, além de ser, até, convidada a fazer propaganda em um outdoor para alguns eventos científicos. Sente-se feliz com todas suas realizações na UMA. De acordo com Arruda (2009), a oferta de oportunidades educacionais que envolve velhos é uma iniciativa de valor social referenciado a uma filosofia sobre a velhice e a educação à velhice.

Os pesquisados entendem como práticas educativas para velhos, tudo que se desenvolve na UMA. Como descrevem:

P. Adélia Prado 39: É tudo o que se desenvolve aqui na UMA. Aqui desenvolvemos a criatividade, as habilidades. Aprendemos a cuidar das plantas. Agora temos um jardim que fizemos agora com os alunos da Universidade Católica. Tudo isso é muito bom porque estamos vivendo e aprendendo a cada dia. Então, tudo o que fazemos e aprendemos são práticas educativas. A cada dia aprendemos uma coisa nova.

P. Cecília Meireles 39: São todas as práticas organizadas e planejadas para o desenvolvimento da qualidade de vida do velho e a busca da sua identidade, fazendo tudo o que estamos lá praticando, estudando, atuando, dançando, viajando e tudo mais.

P. Manuel Bandeira 39: Tudo o que é educacional direcionada ao envelhecer.

Para **P. Adélia Prado 39**, as suas habilidades e criatividades são desenvolvidas na UMA e cada dia tem um aprendizado novo. Para **P. Cecília Meireles 39**, práticas educativas são tudo que é feito de forma organizada e planejada.

Ao fazerem suas considerações em relação às práticas educacionais de atendimento aos velhos, na UMA e em outros espaços educacionais e sociais, os velhos demonstraram estar satisfeitos com o atendimento que a UMA lhes oferece, porém divergem em relação a outros espaços por considerar que seja um atendimento que não atende o velho conforme deveria.

P. Adélia Prado 40: Os outros lugares que atendem idosos deveriam ter seu atendimento na forma como somos atendidos na UMA. Na UMA nós temos tudo de bom, de várias formas, de várias maneiras e todos que vem para cá se sentem felizes porque aqui a temos atendimento para sair da depressão. Os alunos chegam aqui e com uma semana ele já muda de vida. Ele já muda o seu pensamento, já muda a sua criatividade porque aqui eles vão aprender. Os outros espaços lá fora eu acho diferentes. Nós, idosos, deveríamos ter mais acessibilidade, deveríamos ter mais transporte para vir para UMA, para levar e trazer porque tem muitos velhos que não tem condição de vir. Tem uns que não vem porque não tem ninguém para levar. Eu participo também de outras atividades que não é da UMA mas é do Parque do Idoso e vemos que necessita de atenção e de cuidado como nós temos o cuidado aqui na UMA. A saúde também, nós deveríamos ter acessibilidade e é muito difícil você conseguir uma consulta. Não é fácil para quem não tem plano de saúde, mesmo para quem tem é difícil, imagina para quem não tem. Esses espaços educacionais e sociais para idosos precisam melhorar, precisam ser mais atenciosos, precisam ter mais cuidado. Todos os velhos precisam viver com qualidade de vida.

P. Cecília Meireles 40: A UMA permite a tomada de consciência de quem somos e

o valor do velho na sociedade. Permite o reconhecimento da nossa identidade, propõe mudanças positivas de vida, relações intergeracionais, ou seja, é uma instituição completa na referência do envelhecimento ativo que vale a pena investir em todas as áreas em prol do velho, pois ainda temos muito para mostrar que somos capazes. Acredito que os outros espaços educacionais atendem os velhos com qualidade sim, porém, podem sugiro que copiem a maneira com a Universidade da Maturidade faz e cria para que todos sejam de qualidade.

P. Manuel Bandeira 40: A UMA oferece educação pois o lugar de velho é dentro da Universidade. Em outros espaços os velhos só recebem a parte social.

A proposta da UMA, segundo os entrevistados, permite a eles ter conhecimento e tomar consciência do seu valor em sociedade na busca de seus direitos, bem como adquirir autonomia e viver uma velhice com qualidade de vida, ou seja, a UMA configura-se como espaço que oportuniza a integração e reconhece o valor social do velho.

5.5.2 Práticas desenvolvidas no período pandêmico 2020 e 2021 Universidade da Maturidade

Com o surgimento da Pandemia da Covid-19, no ano de 2020, os governos preconizaram ações de prevenção à saúde e diversas recomendações as quais deveriam ser seguidas por todos. As normas e regras foram elaboradas para evitar os riscos de contaminação e de propagação da doença. Foram momentos de muitas incertezas, dor, angústia e muito sofrimento. Uma das regras impostas pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2020) a serem cumpridas foi o isolamento social e, ao que parece, foi essencial para amenizar os efeitos de contaminação e mortes.

Entretanto, é preciso salientar que outras pandemias já afligiram o mundo, todas trouxeram grande desespero e angustia à população mundial, por se tratar exatamente do desconhecido, ou seja, as pessoas não sabiam como lidar, como agir e isso causou pânico. Ao avaliar essa questão fica evidente que,

Em virtude das condições sanitárias das cidades e do desconhecimento da etiologia das doenças infecciosas, grandes epidemias assolaram as nações no passado, dizimando suas populações, limitando o crescimento demográfico, e mudando, muitas vezes, o curso da história (REZENDE, 2009, p. 73).

Mediante as restrições ao enfrentamento da Covid-19, todas as esferas e instituições tiveram que se adaptar ao novo, às mudanças de vida e de comportamento no mundo e foram essenciais, para que fosse possível sobreviver à pandemia. Diante disso, a Universidade da Maturidade adaptou a realidade com o diferencial ainda mais desafiador: trabalhar com velhos, por estarem nos grupos de risco no período pandêmico.

5.5.2.1 Relatos dos professores da UMA - Polo de Palmas

Em todos os setores da vida humana, as relações interpessoais são de sobremaneira importantíssimas para o bom desempenho da vida e seu cotidiano, e o educador, por ser o elo entre o saber e aprendizagem, teve que lidar com as mudanças decorrentes do período de pandemia, adaptar-se, aprender um novo jeito de educar, e se adequar a todas as mudanças que foram necessárias, em sua vida profissional, o que não foi tarefa tão fácil. Nessa perspectiva de entender as dificuldades encontradas pelos professores durante a pandemia, em desenvolver as atividades contínuas de pesquisa e extensão com os velhos, além de conhecer como se deu esse processo, foi questionado: quais foram as práticas adotadas diante desse contexto pandêmico? Os mesmos relataram:

P. Ester Sabino 29 Não posso responder com clareza, pois não ministrei aulas neste período não UMA, mas li projetos realizados neste período, visitação, e atendimento social e de apoio aos velhos.

P. Bertha Lutz 29 Acredito que a falta de aulas presenciais dificultou o processo de contato e coleta de dados relacionados às pesquisas, mas por outro lado mostrou novas possibilidades de pesquisa, por meio de plataformas digitais, como, por exemplo, a realização das aulas *online* “Dança: expressões e sensações” e “Memória: atividades cognitivas” e até mesmo a realização, posteriormente (quando a pandemia já estava mais controlada) de aulas híbridas, como o curso “Teu coração toma sol?” em parceria com a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e a ofertas do Curso de Brinquedista.

P. Carlos Chargas 29 As dificuldades foram devido ao público pertencerem ao grupo de risco, ao isolamento social, e as consequências desse isolamento na vida dos velhos, além do acesso, e manuseio das ferramentas digitais. No entanto a UMA desenvolveu um maravilhoso projeto chamado Humanizando pra tentar sanar essas dificuldades.

Conforme abordado pelos professores, embora tenha ocorrido dificuldade pelo distanciamento, por outro lado, surgiram possibilidades e olhares a possíveis pesquisas, como também, parcerias e visão da realidade de muitos velhos.

No período de pandemia, o trabalho do educador obteve maior proporção, afinal, a sala virtual ou as atividades remotas passaram a ter o lugar que, anteriormente, era da sala de aula, ou seja, presencial, na escola. Ao manter a distância física do educando, tudo ficou mais difícil, pois o convívio contribui para socialização e maior integração entre eles. Mais uma vez, o educador tornou-se o elo deste processo, aquele que cuida, orienta, gerencia as atividades e contribui para o sucesso do ensino.

Conforme citado por **Carlos Chargas 29**, nesse ínterim, a Universidade da Maturidade realizou um trabalho com dedicação exclusiva aos velhos, por meio do Projeto UMANizando. No referido Projeto, eram realizadas a es integradas, visando minimizar os efeitos negativos da pandemia, como ligações diárias para os velhos atendidos na UMA, visitações, entrega de

cestas básicas, bem como todo um cuidado, amor, respeito e solidariedade. O que corrobora com Neto *et al.*, (2020, p.03) ao afirmar:

O projeto, para além de ações multidisciplinares, objetiva também o estabelecimento de estratégias de promoção de políticas públicas voltado à população idosa no período da pandemia, a organização de uma equipe multiprofissional para o desenvolvimento de material, além da mediação de ações nos polos da UMA, a articulação com agentes públicos a fim de garantir suporte aos idosos em situação de vulnerabilidade e, por fim, promover a interação intergeracional.

Segundo diretrizes contidas no Projeto Humanizando, as ações realizadas atenderam às normas sanitárias, conforme preconizava a Organização Mundial da Saúde.

5.5.2.2 Relatos dos Acadêmicos da UMA - Polo Palmas

A pandemia da COVID-19 ocasionou ao mundo uma gama de desafios, uma sequência de rupturas no modo de vida da população, que outrora estava acostumada a viver sua vida de forma livre e sem restrições, principalmente, no quesito relacionamento. A população teve seu direito de ir e vir bruscamente violado, sendo necessárias novas adequações no estilo de vida pessoal, social e até familiar.

O velho, nesse contexto, está no grupo de risco, em que o isolamento e o próprio medo da morte desencadeou vários sentimentos, além de outros problemas de saúde, bem como uma busca e tentativa desse adaptar à nova realidade. Assim, foi direcionado a estes a seguinte pergunta: Durante a pandemia, como o Sr (Sr^a) se sentiu, enquanto idoso e enquanto aluno? Teve dificuldades de acesso e entendimento ao novo formato remoto de funcionamento do sistema educacional nesse contexto pandêmico? Explique:

P. Adélia Prado 34: Tive um pouco de dificuldade no início porque era uma coisa nova. Essa pandemia veio para nos ensinar e aprendermos a lidar com as pessoas, aprender a dar valor à sua vida e isso foi muito difícil sim, porque eu tinha dificuldade em manusear o celular, em assistir as aulas, mesmo assim foi bom porque eu aprendi mesmo à distância. Minha sobrinha me ensinava de lá a fazer chamada ao vivo, a fazer chamada de vídeo e me ensinava como que eu deveria fazer para assistir às aulas. Foi muito difícil, mas foi bom aprendizado porque eu aprendi muita coisa. Apesar também que tinha as amigas que me ligavam, às vezes tinha dinheiro para comprar as coisas, queria comer uma coisa e não podia porque tinha medo. Tínhamos pavor porque essa pandemia veio para amedrontar muita gente e ensinar e muita coisa. Aprendemos a valorizar a vida e valorizar também os colegas e as pessoas.

P. Cecília Meireles 34: Enquanto velha me senti acuada e isolada de tudo. Enquanto aluna foi uma fase muito ruim porque não tínhamos acesso a nada, mas como a Doutora Neyla sempre sabe o que faz pois sempre procura uma coisa boa para nós atuarmos, ela passou a dar aulas on-line para nós. Era difícil, pois nem sempre a gente podia participar da aula porque a internet não ajudava. Creio que muita gente não conseguia entrar nas aulas por isso, mas foi uma solução que acharam para nós. A Participante durante a entrevista fez questão de fazer o seguinte relato:

P. Cecília Meireles 34: Nós tivemos um processo de escritura, de escrever. A Doutora Neila, para nos tirar do processo de ansiedade, sugeriu que fizemos um diário e anotássemos tudo. Eu e meu colega Bira escrevemos um diário. Eu escrevia

pela manhã e à noite. O que acontecia durante o dia eu escrevia à noite. E o que acontecia à noite eu escrevia pela manhã. Fiz um diário de 120 páginas que conta todos os acontecimentos durante esse período de pandemia. Conteí nos diários tudo sobre como eu me sentia, conteí as dores, as tristezas, as agonias. Tudo está no diário.

P. Manuel Bandeira 34: Não tive dificuldade, fiquei tranquilo, mas tive temor sobre tudo o que estava vivendo. Quanto ao acesso à internet achei tranquilo, tenho facilidade.

Para **P. Adélia Prado 34**, a dificuldade encontrada foi em relação à utilização do celular, por não conseguir usar corretamente, além da Internet que não era boa. Por outro lado, a ajuda de um ente querido mais jovem a auxiliou nesse momento, a qual destacou, ainda, que o medo a assolava constantemente e enfatizou que a professora Neila sempre resolvia de uma forma ou outra amenizar os problemas enfrentados nesse cenário.

O amparo concedido pela professora comunga com o que defende (MORÁN, 2015, p. 28), ao destacar que o papel do professor é mais o de curador e de orientador. Curador, que escolhe o que é relevante entre tantas informações disponíveis e ajuda, para que os alunos encontrem sentido no mosaico de materiais e atividades disponíveis. Curador, no sentido, também, de cuidador: ele cuida de cada um, dá apoio, acolhe, estimula, valoriza, orienta e inspira, isto é, orienta a classe, os grupos e a cada aluno. Ele tem que ser competente intelectualmente, afetivamente e gerencialmente, visto que atua como gestor de aprendizagens múltiplas e complexas.

Em contrapartida, para **P. Cecília Meireles 34**, houve uma prática diferente adotada pela professora para tirá-los desse processo de ansiedade, sugerindo que fizessem um diário, no qual relatassem seus anseios, angústia e outros tipos de sentimentos, e assim ela fez, o que considerou positivo. Mais uma vez, o professor, nesse período pandêmico, exerceu uma importante mediação, o que corrobora com (MÓRAN, 2015, p. 26/27), ao afirmar que o papel ativo do professor como design de caminhos, de atividades individuais e de grupo é decisivo e o faz de forma diferente. O professor torna-se cada vez mais um gestor e orientador de caminhos coletivos e individuais, previsíveis e imprevisíveis, em uma construção mais aberta, criativa e empreendedora.

No entanto, o sentimento e a dificuldade do **P. Manuel Bandeira 34** difere das colegas, uma vez que, segundo ele, não teve dificuldade com a Internet, mas ressaltou que ficou temeroso com a pandemia.

O sentimento dos velhos em relação a esse período de pandemia condiz com a visão do que foi retratado na mídia, na qual apresentava dados referenciando mortes, bem como informações sobre a necessidade de algumas restrições a serem seguidas, como também, da

sua realidade diante do desconhecido, pelo próprio fato de ser velho e de pertencimento ao grupo de risco, conforme estabelecido pela OMS (2020).

A utilização de ferramentas digitais nesse contexto foi necessária para dar continuidade ao desenvolvimento do que cada Instituição estava fazendo, visto que o isolamento social e restrições estabelecidas pela OMS impediam a realização presencial. No entanto, diante dessa realidade, as dificuldades de acesso e manuseio tornaram-se perceptíveis, conforme descrito por **Cecília Meireles 34**. Outro fator a ser considerado nas falas destes foi em razão das aulas não presenciais, Morais e Pereira (2009, p. 65) esclarecem que:

A educação a distância rompe com a relação espaço/tempo, que tem caracterizado a escola convencional, e se concretiza por intermédio da comunicação mediada, por meio da mídia. Diferentemente de uma situação de aprendizagem presencial, onde a mediação pedagógica é realizada pelo professor em contato direto com os alunos, na modalidade a distância a mídia torna-se uma necessidade absoluta para que concretize a comunicação educacional.

O autor aqui nos demonstra claramente que essa substituição do presencial, pela mídia fez-se necessária para a comunicação entre professores e alunos, no entanto esse rompimento das relações de forma presencial provocou descontentamentos dos alunos, vistos que estes, segundo seus relatos, veem a Universidade da Maturidade como uma extensão da sua casa, definem como o lugar em que ocorre seus estreitamentos de laços afetivos, amizades, aprendizado e lazer.

Os relatos dos entrevistados demonstram ainda que este foi um momento desafiador para algo longe de sua realidade, no qual tiveram que fazer adaptações ao uso de ferramentas digitais, e muitos deles sem acesso a Internet devido às condições financeiras não serem suficientes para o uso constantes dos dados móveis, além de estarem num contexto do medo e do isolamento social.

6. ATENDIMENTO EDUCACIONAL NA MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO COLÉGIO ESTADUAL CRIANÇA ESPERANÇA

Essa seção destina-se a conhecer as práticas educativas desenvolvidas no Colégio Estadual Criança Esperança em relação às turmas de EJA. Para tanto, faz-se necessário apresentar elementos teóricos documentais que identifiquem a Instituição pesquisada e referenciem os materiais e instrumentos de apoio utilizados no desenvolvimento das práticas metodológicas educacionais, bem como a contextualização do período pandêmico.

Para atender a essa seção, esta se dividirá da seguinte forma: Breve Histórico de Criação do Colégio Estadual Criança Esperança; Documentos norteadores das práticas educativas nas turmas de educação de Jovens e Adultos (EJA); Transcrição e análise das Percepções das Práticas Educativas para velhos, no contexto da Educação de Jovens e Adultos, da Rede Estadual de Ensino-Colégio Estadual Criança Esperança./Palmas; Período Pandêmico 2020 e 2021, Práticas desenvolvidas no âmbito de turmas de EJA.

6.1 Breve Histórico de criação do Colégio Estadual Criança Esperança

O Colégio Estadual Criança Esperança, está localizado na Quadra 303 Norte, Alameda 23, APM 06, Plano Diretor Norte de Palmas – TO e oferta o Ensino nas modalidades Ensino Médio Regular e EJA 3º segmento nos períodos matutino, vespertino e noturno.

Segundo consta nos autos da Unidade de Ensino, o referido Colégio surgiu a partir de uma situação em que uma professora percebeu um número elevado de crianças que estavam sem estudar, por não haver nenhuma escola nas proximidades. Todas as crianças eram filhos (as) dos moradores da área invadida chamada da Vila União, antiga ARNO 31, atualmente, 303 Norte. O Colégio funcionou em sede provisória desde a sua criação até o ano de 1993, e foi registrada em 18 de junho do mesmo ano pela Lei de Criação n.º 554/93, de 18/06/1993, Resolução n.º 075/94, de 16 de dezembro de 1994.

Até 1993, a Unidade de Ensino não possuía biblioteca, sala de professores, banheiros, cantina e nem acompanhamento pedagógico. Os professores ministravam suas aulas até mesmo sem fazer planejamento diário, semestral e anual. Na secretaria administrativa do Colégio, não havia critérios de matrículas e controle de número de alunos.

Em junho de 1994, a escola foi transferida para sua sede definitiva, onde funciona atualmente. Nesse período, havia, na escola, apenas cinco salas de aula mobiliadas com

carteiras individuais. As salas não comportavam todos os alunos e foi improvisada uma sala de aula no pátio interno, onde funcionava a biblioteca, sala de professores e cantina, equipada com o necessário para a preparação da merenda. A escola estava sob a direção da professora Rosa Milhomem e o corpo docente era composto por oito professores habilitados em magistério.

No início de 1995, houve uma intervenção, por parte da SEDUC, na direção do colégio, substituindo a professora Rosa pela professora Leda Fátima. No mesmo ano, assume, também, a direção, o professor Lázaro Vêncio Ramos, como interventor por dois meses e, em agosto do mesmo ano, assume a direção o professor Raimundo Bezerra Soares e como vice-diretora a professora Isabel Gomes Aguiar, sucedendo-a, posteriormente, na vice-direção, à professora Maria Rosa Oliveira Pereira. Nesse período, foi concluída a construção de mais quatro salas e a escola deixou de atender no horário intermediário e a coordenação pedagógica passou a ser orientada por profissionais habilitados em Letras e Pedagogia.

Em janeiro de 1997, sob a direção do Padre Fábio Gleiser, indicado pela SEDUC, a escola foi toda reestruturada. Nesse ano, foi implantado o Programa Escola Autônoma de Gestão Compartilhada. Em 7 de maio, do mesmo ano, foi criada a Associação do Conselho Escolar Memórias Futuras do Colégio Estadual Criança Esperança.

Nessa gestão, houve ampliação da escola com a construção de quatro salas de aula, 01 sala de vídeo e uma praça no centro da escola. A Unidade Escolar passou de Escola para Colégio, oferecendo além do Ensino Fundamental os cursos de Magistério, Técnico em Contabilidade e o Médio Básico. Posteriormente, foi elaborado o 1º Projeto Político Pedagógico do Colégio, definindo sua filosofia em três princípios básicos: filosófico, ético e epistemológico. O princípio filosófico baseava-se na proposta de integrar aluno - professor - conhecimento, proporcionando, desse modo, reciprocidade de aprendizagem, desfazendo a ideia do professor como centro do processo.

O princípio ético baseou-se no respeito a si mesmo e ao outro, valorizando a convivência social. Já o princípio epistemológico baseou-se na necessidade de agir com solidez, embasado em aspectos técnico-científicos, ou seja, segurança, por meio do conhecimento proposto em sala de aula e no convívio em sociedade.

Em abril do ano de 1998 o Pe. Mariano Sobrinho, assumiu a direção do Colégio, também, indicado pela SEDUC. Na sua gestão, foi implantado o Plano de Desenvolvimento Escolar – PDE. No início de 1999, o Pe. Pedro Léo Eckert assumiu a direção do Colégio, ficando no cargo até o final do ano 2000. Nessa gestão, o Colégio foi contemplado pelo

Governo Federal com o Laboratório de Informática, com o @aluno.com, instalado na biblioteca e o Vídeokê. Ainda em 2000, através de recursos do Programa de Avaliação dos Prédios Escolares – PAPE. Além disso, o Colégio recebeu carteiras novas e uma reforma estrutural e elétrica em toda a escola, principalmente, nas salas de aula.

No ano de 2001, o Colégio teve como representante o professor Romeu Aloísio Felix. Em 2002, foi implantado no Colégio o Sistema de Administração Escolar do MEC - SAEMEC, modernizando completamente a secretaria, que deu maior agilidade às atividades administrativas internas e o atendimento ao público. A Biblioteca foi reestruturada tornando-se um ambiente mais moderno e agradável para os alunos realizarem suas pesquisas e passou a funcionar em tempo integral. Nesse mesmo ano, no Dia das Mães, a biblioteca recebeu o nome de Professora Rosa Milhomem, em homenagem à primeira diretora.

A sala de vídeo transformou-se em um Teleposto e foi totalmente reestruturada com ar-condicionado e cadeiras estofadas. No segundo semestre do ano de 2002, com os recursos do Programa de Descentralização de Obras da SEDUC, o Colégio foi contemplado com uma reforma e ampliação, que possibilitou a melhoria na estrutura física. Com a reforma, foram ampliados e construídos: a secretaria, sala dos professores, coordenação pedagógica, núcleo pedagógico, sala de direção, orientação educacional, construção de nova cantina, a construção de parte do muro, construção de 2 banheiros para alunos, sala da coordenação de apoio, área de serviço, varanda em frente à biblioteca e sala de vídeo.

No ano de 2004, foi implantado o Projeto Direitos Humanos na Escola, como eixo norteador do currículo e das ações da escola, com o objetivo de construir junto à comunidade escolar a cultura dos direitos humanos e da paz.

Em fevereiro do ano de 2008, o professor Romeu Aloísio Felix, assumiu, novamente, a direção pedagógica, cuja gestão teve como foco o desenvolvimento pedagógico, enquanto a professora Cláudia Pedrosa da Silva assumiu a diretoria adjunta, com ênfase na administração financeira, patrimonial e pessoal.

No ano de 2011, o professor Romeu, após ser aprovado para o curso de Mestrado em Ciências Ambientais pela Universidade Federal do Tocantins, passou o cargo de Diretor para a professora Maria do Carmo Ribeiro dos Santos, que assumiu a função de Diretora Geral.

No ano de 2013, estiveram à frente da Direção Geral do Colégio os professores Josenilson Vieira dos Anjos, Francisco Gilson dos Santos Oliveira, Márcia Lopes Silva Ferreira e Maria de Lourdes de Souza Alves, esta última permaneceu na Direção por nove meses, deixando o cargo em julho de 2014 para a professora Vânia Maurício.

No Início do ano de 2014 houve, novamente, a mudança de gestores, assumindo, assim, a gestão o professor Werky da Silva Noletto que ficou até dezembro de 2018. Em fevereiro no ano de 2019, a servidora Marilene Moura Lima assumiu a Direção e encontra-se na atual gestão, até a presente data, no ano de 2022.

6.2 Documentos norteadores das práticas educativas nas turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Colégio Estadual Criança Esperança

6.2.1 Projeto Político Pedagógico- PPP -2020/2021

Atendendo ao disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, segundo o PPP, 2021 do CECE, com o intuito de buscar sua identidade, e garantir sua autonomia pedagógica, gestora e financeira, justifica-se a construção do seu Projeto Político-Pedagógico, que apresenta como objetivos construir ação educativa, fundamentada nos princípios da universalização de igualdade de acesso, permanência e sucesso, da obrigatoriedade da Educação Básica e da gratuidade escolar. Além disso, busca a excelência na realização de todas as atividades pedagógicas desenvolvidas na Unidade Escolar, e tem como Missão: Contribuir na preparação dos alunos para atuar na sociedade com competência e ciente da importância de serem agentes transformadores na sua realidade (PPP, 2021).

De acordo com Veiga (1995) o Projeto Político-Pedagógico é uma forma de organização do trabalho pedagógico da escola que facilita a busca de melhoria da qualidade do ensino. Esta organização se dá em dois níveis: no da escola como um todo, o que envolve sua relação com o contexto social imediato; e no da sala de aula, incluindo as ações do professor na dinâmica com seus alunos.

O Colégio ainda afirma no seu (PPP, 2021) que:

o seu diferencial enquanto escola é propor como prioridade pedagógica organizacional, o planejamento de sua dinâmica escolar, onde as ações e projetos são realizados coletivamente valorizando o potencial de cada um individualizado e coletivo, enfatizando que quando a escola consegue construir e vivenciar em sua prática o que foi proposto pelo coletivo, efetivando um processo de planejamento dialógico participativo envolvendo todos os segmentos, amplia-se os espaços de decisões e participação da comunidade, que responde por suas ações e conseqüentemente por seus resultados. Assim, objetivamos construir uma sociedade com cidadãos críticos, conscientes e politizados, conhecedores de seus direitos e deveres, e apropriados do espírito de cooperativismo e solidariedade.

O PPP da Escola descreve que a gestão acontece em conjunto com a comunidade de forma democrática e participativa. As tomadas de decisões acontecem de forma coletiva e em

consonância com a opinião da maioria, além de atuação focada com o objetivo de promover a organização, a mobilização e a articulação de todas as condições materiais e humanas, necessárias para garantir o avanço do processo sócio educacional desenvolvido na Unidade Escolar

Tendo em vista que o referido Projeto é o documento que procura conceituar e descrever o que a escola pretende (MILANI, 2014), considera como relevante na instituição, uma vez que fundamenta a organização do ambiente escolar de forma democrática, por meio da construção de normas coletivas e delimitações da ação pedagógica para formar o perfil de aluno desejado. Entretanto, segundo Veiga (1998) faz-se necessário entender qual referencial recorrer para a compreensão dessa prática pedagógica, não deixando de projetar o PPP da instituição educacional na vertente de reflexão de seu cotidiano. Conforme o autor, o Projeto Político Pedagógico precisa expressar um processo democrático:

O projeto político-pedagógico, ao se constituir em processo democrático de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando impessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações no interior da escola (VEIGA, 1998, p. 13-14).

As ações contidas no PPP do Colégio Estadual Criança Esperança tem como propósito desenvolver a educação de qualidade, de forma que a aprendizagem seja significativa para seus alunos, para concretização dessas, utiliza como referência o que concebe a Associação do Conselho Escolar Memórias Futuras do Colégio Estadual Criança Esperança, criada em maio de 1997. Desenvolve ainda atividades por meio de parcerias com entidades públicas e privadas.

Esse Projeto da Escola ainda descreve que o perfil dos alunos, em sua maioria, são oriundos de famílias com baixa escolaridade, boa parte dos pais são separados, alguns deles residem com os pais, em outros casos com os avós e esse é um dos pontos considerados como dificuldade no desenvolvimento deles, uma vez que a participação da família é indispensável para um bom desenvolvimento do aluno na escola. O que reflete no comportamento e acomodação dos alunos. Por outro lado, é positivo conviver em uma comunidade pequena, o que nos possibilita conhecer o dia a dia dos alunos e buscar alternativas, na medida do possível, criando laços, vínculos e interagindo, sendo ponte entre escola e família por intervenção orientação educacional.

As peculiaridades das turmas na Educação de Jovens e Adultos emergem a necessidade de se pautar em princípios pedagógicos, que norteiam as práticas dos professores

que atuam nessa área. É preciso compreender esses sujeitos que trazem consigo experiências de vida, diferente de uma criança que chega na escola no tempo previsto. Lembrando que uma pessoa mesmo sem frequentar o ensino formal, possui aprendizagens no meio social em que vive e adquire experiências. Haddad (2001, p. 191-192) afirma que:

A educação continuada é aquela que se realiza ao longo da vida, continuamente, é inerente ao desenvolvimento da pessoa humana e relaciona-se com a ideia de construção do ser. Abarca, por um lado, a aquisição de conhecimentos a aptidões e, de outro, atitudes e valores, implicando no aumento na capacidade de discernir e agir. Educação continuada implica repetição e imitação, mas também apropriação, ressignificação e criação. Enfim, a ideia de uma educação continuada associa-se a própria característica distintiva dos seres humanos, a capacidade de conhecer e querer saber mais, ultrapassando o plano puramente instintivo de sua relação com o mundo e com a natureza.

O público do Colégio apresenta a faixa etária de 13 aos 18 anos no ensino médio regular e adulto na modalidade EJA. Os casos que constam baixo rendimento do público noturno ocorrem em função de serem trabalhadores em sua maioria e há muito tempo afastados da rotina escolar.

Conforme Freire (1979, p.27), “a educação é uma resposta da finitude da infinitude”, ou seja, independentemente de sua idade ou situação social, o sujeito é incompleto e encontra nos processos educacionais pressupostos para suprir sua constituição pessoal inacabada. A EJA configura realidades diferentes entre as gerações tanto como visão de mundo, bem como aprendizados, mas que não impede uma relação de troca e conhecimento entre ambos o que, de fato, é enriquecedor. Devido a isso, a intervenção, por meio de práticas educacionais, favorece essa relação entre gerações, bem como a minimização do preconceito em relação ao outro.

Dessa maneira Gemerasca e Gandin (2002), afirmam que o Plano de Ação ou Programação:

É a proposta de prática para aproximar a realidade existente desejada. É a definição do que vamos fazer e do que vamos vivenciar para satisfazer as necessidades apresentadas na etapa anterior, pois a partir do momento em que conhecemos as reais necessidades de uma determinada prática, existe a possibilidade de se intervir nela a fim de transformá-la. Essa intervenção se mostra útil e eficiente quando a propomos em duas dimensões: a do fazer e a do ser, buscando alternativas executáveis por um período de tempo (GEMERESCA; GANDIN, 2002, p. 19).

Assim, cabe a Escola, por meio do seu PPP, inserir ações com práticas que atendam o público das turmas de Educação de Jovens e Adultos, de forma diferenciada, no sentido de atender suas realidades e histórias, considerando que a escola possui estudantes velhos, inseridos na sala de aula, o que demanda cuidados inerentes a estereótipos impostos pela sociedade.

6.2.2 Reordenamento Curricular da Educação de Jovens e Adultos -EJA- 2021, 3º Segmento

Conforme consta no Artigo 208, da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1998), a Educação de Jovens e Adultos está assegurada, o qual afirma que é dever do Estado com a educação para todos os cidadãos, inclusive, para os que não tiveram acesso na idade própria. Isso garante a oferta e ajusta as condições do estudante.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394 (BRASIL, 1996) reafirma o direito à Educação Básica de jovens e adultos, adequando às condições desta e sublinhando o dever público de oferecê-la, gratuitamente, na forma de cursos e exames supletivos. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2000) definem a EJA como modalidade de educação básica e direito do cidadão, afastando a ideia de “compensação, suprimento” e assumindo a noção de “reparação e equidade e qualificação”, o que representa uma conquista em avanço.

A referida Lei, em seu Artigo primeiro, refere-se aos princípios norteadores da educação e estimula a criação de propostas alternativas, para promover a igualdade de condições para o acesso e permanência do estudante no processo educativo, a utilização de concepções pedagógicas que valorizem a experiência extraescolar e a vinculação da educação com o trabalho e com as práticas sociais.

Destaca-se, também, o Plano Nacional de Educação (2014–2024), instituído pela Lei nº 13.005/2014 (BRASIL, 2014), que constituiu um dispositivo fundamental para o controle democrático dos vários setores da sociedade brasileira sobre as políticas educacionais. Assegura à população que não teve a oportunidade de concluir o Ensino Fundamental e Médio, na idade própria, o acesso à educação, sendo esta de qualidade. Garante, também, o atendimento das necessidades educacionais desses sujeitos, dentro de seu contexto de vida e de sua historicidade.

Diante das demandas das novas Políticas Nacionais Educacionais, fazem-se necessárias ações planejadas e ordenadas de forma conjunta e articuladas quanto à responsabilidade social que a escola tem na construção de saberes, primando pela criticidade dos alunos, no sentido de minimizar as dificuldades apontadas no processo de aprendizagem dos educandos. Assim, O Reordenamento Curricular da Educação de Jovens e Adultos (2021, p. 4), 3º segmento caracteriza por:

A elaboração do reordenamento orientador, quanto às práticas pedagógicas e desdobramentos das políticas curriculares voltadas para a Educação de Jovens e Adultos do Estado do Tocantins, estabelecem um repensar quanto às concepções pedagógicas, tendo em vista as especificidades do público atendido na modalidade, suas características, contextos culturais e sociais e saberes construídos durante suas experiências de vida.

O Plano Estadual de Educação do Tocantins - PEE, Lei nº 2.977, de 8 de julho de 2015, elaborado a partir de diagnóstico dos últimos 10 anos, estabelece diretrizes, metas e estratégias específicas para a Educação de Jovens e Adultos, assegurando a promoção da educação escolar para os jovens e adultos, considerando as características e modalidades adequadas às necessidades desses estudantes, e garantindo as condições de acesso e permanência na escola.

O Documento de Reordenamento Curricular da Educação de Jovens e Adultos 2021, 3º segmento, foi elaborado para subsidiar educadores e gestores da Educação de Jovens e Adultos, para o desenvolvimento de estratégias que favorecessem a redução da evasão escolar e a desconstrução de estereótipos, valorizando os saberes e as trajetórias pessoais desses estudantes. A proposta curricular, delineada, apresenta, como proposta, constituir-se como referencial para a organização do trabalho pedagógico.

Os preceitos e propostas deste documento estão em consonância com a Base Nacional Comum Curricular-BNCC e Documento Curricular do Território do Tocantins- DCT. Em sua elaboração, atentou-se, também, para as metas e estratégias estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE) e no Plano Estadual de Educação PEE-TO, como instrumentos que regem todas as iniciativas do poder público.

O propósito desse Documento consiste em promover ações de articulação interdisciplinar na perspectiva de formação integral, exercício da cidadania e valorização das potencialidades e conhecimentos construídos pelos estudantes. As diretrizes propostas nortearão a modalidade, assim que formalizadas pela rede, tendo vigência atrelada a novos documentos curriculares.

Assim, o Colégio Criança Esperança da rede Estadual de Ensino, utiliza como documento norteador, na construção de seus planejamentos diários para as turmas de EJA 3º segmento, o referido Documento, no qual se baseia nas competências e habilidades a serem alcançadas, em conformidade com seu componente curricular.

6.3 Transcrição e análise das Percepções das Práticas Educativas para velhos no contexto da Educação de Jovens e Adultos da Rede Estadual de Ensino- Colégio Estadual Criança Esperança/Palmas/TO

6.3.1 Percepção dos Professores da EJA

Conforme ampara o Estatuto do Idoso em seu Artigo 21, na Lei nº 10.741, prevendo que o poder público criará oportunidades de acesso do idoso à educação, adequando currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais para idosos.

O presente estudo apresenta uma reflexão relevante das discussões sobre a inserção e participação dos idosos na sociedade civil ou acadêmica, trazendo uma vasta experiência, aprendizado e fazendo com que se sintam valorizados. No entanto, é preciso discutir a relação das práticas educativas no contexto da realidade em que esses sujeitos estão inseridos e se realmente, esse acesso e permanência acontecem na forma prevista da lei. Partindo dessa premissa, pensou-se na pergunta: “Referindo-se ao atendimento a idosos, qual sua visão em relação às práticas educativas desenvolvidas na Escola? Quais foram os ganhos, avanços e desafios em relação a esse público?”

P. Oswaldo Cruz 1: [...] Esse público é bem derivado, então focamos nos alunos que têm dificuldade principalmente no aprendizado, na questão de escrita também; pois muitos chegam aqui, e não escrevem da forma correta além de serem insuficientes na leitura. Tentamos iniciar um aperfeiçoamento nesse quesito de primeiro ele entenderem aquilo que estamos passando (conteúdo), desde a questão do conteúdo porque muitos têm dificuldade principalmente na leitura. Os ganhos foram que eles buscam entender mais a vivência da realidade deles, pois trazemos para a sala de aula e isso é um ganho que eu acredito que eles observam que as vivências e experiências de vida que eles têm também são utilizadas em sala de aula. Até para o aprendizado daqueles um pouco mais novos. Vivem, portanto, uma troca de experiências é isso, acredito que Educação de Jovens e Adultos o principal ganho. Os desafios são mais com uma certa deficiência de escrita de leitura, mas acredito que o desafio maior é que ele saia com um mínimo de conhecimento dentro do que é proposto pelo ensino na EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS. Quando absorvem os conteúdos e passam a entender até da melhor forma, como colocamos esses conteúdos, eles acabam evoluindo mais na aquisição de conhecimento. Considero isso importante para a vida deles. Para que eles sejam inseridos na sociedade, pois muitas vezes se sentem excluídos por não ter tal conhecimento, principalmente do Ensino Médio.

P. Cesar Lattes 1: [...] Acredito que a Escola recebe sempre o seu público de portas abertas e procura atender todas as suas necessidades de aprendizagem. A escola ganha muito porque eles trazem muito as suas experiências de vida para professores e para a escola. Eles (mais velhos) trazem muitas ideias. Claro que têm problemas e a escola deve ter todo o cuidado de acompanhar mais de perto os idosos. Muitas vezes os próprios alunos que têm mais facilidade muitas vezes ajudam como monitores e de certa forma vamos melhorando cada vez mais esse processo. Temos desafios em relação a melhorar a qualidade da aprendizagem. O tempo de aula é limitado e muitas vezes não conseguimos dar atenção especial a esse público; o desafio também é buscar novas metodologias para atender esse público.

P. Santos Dumont 1: [...] A escola não tem um atendimento específico para os idosos. Não há espaços adequados e nem metodologia. A dificuldade não se refere

apenas à escola, mas ao sistema EJA da forma como está desenhado, pois nem mesmo material didático os alunos têm acesso. Inclusive, as condições de infraestrutura da escola apresentam uma imposição ao desconforto maior para esta faixa etária, visto que somente há ventiladores nas salas, os quais são barulhentos e não tem a capacidade de melhorar, termicamente, os ambientes da forma como seria necessário.

Percebe-se claramente na fala de **P. Santos Dumont 1**, a realidade das Escolas brasileiras principalmente nas turmas de EJA que possuem um público com várias gerações, em afirmar que, embora haja ganhos com as experiências trazidas por eles, o maior desafio é fazer com que o velho saia da turma de EJA com, no mínimo, um aprendizado dentro do que é proposto, uma vez que a dificuldade encontrada por ele enquanto professor no ensino formal, com esse público, encontra-se na defasagem da escrita e leitura e acredita ser importante para a vida deles esse conhecimento, para que não se sinta tão excluído pela sociedade.

O **P. Cesar Lattes 1** acredita, também, no ganho com a experiências deles, e define como desafio, melhorar a qualidade da aprendizagem, acrescenta ainda que o tempo de aula é pouco ,e a busca por novas metodologias devem ser constantes.

Santos Dumont 1 apresenta em suas percepções a dificuldade que vai além da parte pedagógica, envolve fatores como o próprio espaço físico, que é inadequado, a estrutura não é apta para receber o público de idosos, fala ainda do sistema de Educação de Jovens e Adultos na qual está fora do contexto de atendimento seja com materiais didáticos coerentes, metodologias dentre outras práticas necessárias.

Ao citar o currículo escolar, cujas definições e concepções são muitas, mas que para várias instituições de ensino são tratadas como um documento normatizador, no qual as ações pedagógicas se baseiam para a realização de suas práticas. Foi perguntado de que forma o currículo poderia ser analisado para de fato vislumbrar a possibilidade de uma formação para a conquista da identidade e do reconhecimento do idoso no contexto escolar. Seguem trechos das entrevistas, os quais são destacados:

P. Oswaldo Cruz 2: Isso é interessante porque quando ele se identifica, de acordo com o que ele traz de experiência de vida; que ele tem essa identidade dentro da sala de aula que a gente vê que a experiência de vida que ele possui tem um valor. Acredito que isso soma ao currículo que sendo trabalhado voltado para experiência de vida da realidade do aluno velho, ele acaba aprendendo até mais porque a experiência de vida dele soma-se ao aprendizado. O professor tem que adequar por meio de pesquisas porque há uma variedade de ideias que esses alunos trazem, por isso, temos que nos adaptar de acordo com o alunado. Nesse ponto, dificilmente temos um material específico para esse público, isso realmente é uma falta ainda na Educação de Jovens e Adultos. Isso depende do professor que faz a pesquisa e traz para essa realidade da sala de aula, pois muitos materiais não abrangem esse trabalho diretamente com o idoso ou velho em si, ele abraça todo o alunado desde os 18 até os 60 anos de idade. Material específico ainda não tem.

A percepção do **P. Oswaldo Cruz 2** de que o currículo tem que ser baseado na realidade do aluno compartilha com a ilustração de Loch (2009, p. 25):

Muitas vezes (os alunos da EJA) não alcançam o que desejam porque na EJA os conteúdos trabalhados são vazios de significados para eles, distantes das suas realidades e necessidades. A EJA deve constituir-se, assim como espaço acolhedor, instigando-lhes a criticidade e não visando apenas à formação técnica / profissionalizante. Justifica-se assim (...) ser condizente e fornecer-lhe o acesso ao conhecimento e a cultura.

O **P. Oswaldo Cruz 2** ainda destaca que não é apenas uma questão teórica e prática do ensino, demonstra preocupação no sentido de que todo o material é concebido de forma geral, tanto aos velhos, como aos jovens. Destaca que as experiências vividas por esses velhos devem ser consideradas.

P. Cesar Lattes 2: Acredito que este seja mais um desafio para a escola buscar formas de adaptar o currículo para atender melhor a este público. Mas o primeiro passo é ouvi-los e identificar as reais necessidades deles e suas reivindicações e a partir daí construir o currículo de acordo com o que realmente eles precisam ou o que desejam da escola. Mas nesta escola, acredito que ofereçamos esta possibilidade com um ambiente participativo, inclusive eu, procuro escutá-los bastante e nas minhas aulas é permitida a troca de experiências. Costumo pedir para os alunos sugestões até sobre o método das aulas e com isso tenho alcançado algum sucesso.

P. Santos Dumont 2: Primeiramente, poderíamos pensar em um diagnóstico das competências e habilidades que os idosos já possuem. Suas profissões, seu universo lexical, para melhor construir processos de ensino aprendizagem próprios. Entretanto, as turmas de EJA não são específicas para eles, sendo que a maior parte dos alunos são jovens que estão querendo apenas terminar o ensino médio para ingressar ou se manter no mercado de trabalho com melhores possibilidades. Não vislumbro nem mesmo a ambição de frequentar o nível superior na maior parte dos alunos. A infrequência é a regra e a aprovação é a maior motivação.

O **P. Cesar Lattes 2** enfatiza a necessidade e o desafio de se ter justamente um currículo que atenda o público idoso de forma mais específica e que procura, em suas aulas, contextualizar suas experiências e realizar as trocas até mesmo para que tenha um ambiente mais participativo. **P. Santos Dumont 2** comunga da mesma ideia de que as turmas de Educação e Jovens e Adultos precisam ser revistas nesse sentido de atendimento a pessoas mais velhas.

O currículo é um recurso fundamental no contexto da Educação, tendo em vista que os alunos da EJA, quando estão em sala de aula, percebem que muitas abordagens curriculares não estão de acordo com realidade que vivenciam e nem atendem suas expectativas profissionais. Em consonância com a fala dos participantes, Gadotti (2014, p. 17) ressalta que é preciso “respeitar o educando adulto, utilizando-se uma metodologia apropriada, que resgate a importância de sua biografia, da sua história de vida” e não a sua humilhação “por uma metodologia que lhes nega o direito de afirmação de sua identidade, de seu saber, de sua cultura”.

Diante do aumento da expectativa de vida das pessoas, ou seja, da longevidade, os idosos estão, gradativamente, a ganhar mais visibilidade e interagem no meio social, além de ocuparem espaços em ambientes profissionais. Atualmente, embora muitos dos idosos encontram-se aposentados, isso não é um fator limitante de desejo de retorno a exercer algumas atividades, como o retorno a ambientes educacionais, seja por motivo de realização pessoal ou anseio de qualificação profissional. Muitos, ainda, se sentem aptos para realizar uma função social, encontram-se em pleno vigor de suas funções cognitivas, intelectuais e físicas e só necessitam de uma atenção especial para que programas e projetos possam incluí-los de forma que continuem desenvolvendo suas potencialidades e habilidades.

Diante disso, foi feita a 3ª pergunta: A Legislação pertinente à educação que o Sr (a) utiliza para desenvolver suas aulas atende de forma plena o perfil dos alunos mais velhos da EJA? De que maneira? O presente questionamento trouxe aos participantes reflexões relevantes, uma vez que esse público encontra-se presente nas salas de aulas. Conforme apontam os depoimentos:

P. Oswaldo Cruz 3: Estamos utilizando um material que é um Reordenamento Curricular, no entanto ele não garante e não atende de forma plena o perfil dos alunos velhos porque é um documento adaptado do Ensino Médio. Assim, carecemos muito de documentos que venham a ter uma legislação voltada a esse público.

P. Cesar Lattes 3: Quanto à legislação acredito que não tenha, ou eu pelo menos não tenho conhecimento de uma legislação específica em relação à EJA. Mas conhecemos bem sobre a questão de idade, que é a partir de 18 anos que pode ingressar na EJA. Há algum tempo essa idade era um pouco mais acima, a partir dos 25 anos. Acredito que seja um ganho. Quanto à legislação, seguimos a legislação geral da educação. Temos todo um cuidado especial de acompanhar mais de perto, com relação às notas sempre tentamos identificar as dificuldades. Em relação às atividades temos que sempre diversificar com atividades de avaliação de exposição oral dos idosos pois alguns têm dificuldade para a escrita. Então temos que nos adaptar, facilitar as coisas para eles. Acredito que de forma geral, mas nós podemos nos adaptar e assim atender o perfil dos alunos.

P. Santos Dumont 3: Não há ou não conheço uma legislação específica para essa faixa etária junto ao EJA.

As informações acima demonstram claramente que a temática do idoso não consta nos projetos pedagógicos, como menciona Tardif (2002, p.37 a 39) explica que “[...] a prática docente não é apenas um objeto de saber das ciências da educação, ela é também, uma atividade que mobiliza diversos saberes que podem ser chamados de pedagógicos”.

O autor destaca, ainda, que “os docentes, no exercício de suas funções e na prática de sua profissão, desenvolvem saberes específicos, baseados em seu trabalho cotidiano e no conhecimento de seu meio [...] os quais resultam da experiência e são por ela validados”. Desse modo, faz-se necessário que os docentes fundamentizem suas práticas e busquem amparo para elas, principalmente, quando se trata de educação para um grupo tão

diversificado quanto o da Educação de Jovens e Adultos e a população idosa. Assim, **P. Oswaldo Cruz 3** ressalta que os documentos norteadores das práticas educacionais em turmas de EJA não garantem e nem atendem os velhos, mesmo porque esses documentos utilizados são adaptações do Ensino Médio, enfatiza, ainda, que é preciso construir documentos fundamenta os na legislação para que possam trabalhar com esse público.

Os participantes **Cesar Lattes** e **Santos Dumont 3** desconhecem, na Legislação, uma educação direcionada apenas a pessoas mais velhas. Sabemos que os Artigos 1 e 3 da Constituição Federal declara que todo cidadão brasileiro, tem seus direitos garantidos, independentemente de cor, raça, sexo e idade. Em relação à Educação, o Art. 205 afirma que a *educação* é um direito de todos e dever do Estado. Embora seja direitos garantidos, a realidade das Escolas brasileiras, não funcionam atendendo esses termos.

O velho encontra-se inserido em legislações específicas da modalidade da educação de jovens e adultos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos - Parecer CEB nº 11/2000 - e o velho é referido, porém, dentro desta modalidade. Contudo, ainda que as Leis nº 8.842/1994 e a nº 10.741/2003 alude o direito à educação, é percebido a ausência de uma legislação mais contemplativa ao velho no âmbito educacional. "Pode-se reconhecer que há poucas leis relacionadas à defesa dos idosos" (Apud Debert, 1999, p. 92). Tratando desse direito no âmbito escolar, a legislação precisa progredir.

Sobre as práticas em sala de aula, foi pedido aos participantes que colocassem as dificuldades encontradas no exercício de sua prática profissional em trabalhar com turmas de Educação de Jovens e Adultos.

P. Oswaldo Cruz 4: Exatamente a questão que foi dita antes. O aluno chega com dificuldade principalmente na leitura e na escrita, e isso traz um problema pois se não aprender a escrever da melhor forma e não avançar na leitura, essa dificuldade irá durar durante todo o período que ele passar na Educação de Jovens e Adultos, durante os três períodos. A maioria chega com essa dificuldade de leitura e escrita, até porque é uma deficiência que eles trazem por falta de oportunidade de terem frequentado melhores escolas que trabalhassem leitura e escrita. Muitos dividem a realidade de vida no trabalho e não tiveram oportunidade. Quando retornam para a escola voltam com mais dificuldade na leitura e na escrita.

P. Cesar Lattes 4: As dificuldades, embora existam, não são tantas assim. Uma das dificuldades é que alguns alunos mais velhos têm deficiência na aprendizagem, principalmente em relação à alfabetização; não conseguem escrever e o tempo de ensino de EJA é muito curto para poder suprir essa deficiência. Por outro lado, trazem muita experiência na parte da oralidade e procuramos aproveitar essa facilidade, e por meio desta, dentro das possibilidades de tempo que temos, aproveitar para desenvolver alfabetização, leitura e escrita. Outra dificuldade está em acompanhar os diversos níveis de aprendizagem já que os mais jovens são mais apressados e querem avançar mais com o conteúdo; e quanto às pessoas mais idosas temos que acompanhar mais de perto e tentar fazê-los acompanhar. Temos conseguido resolver, de certa forma, esses problemas com atividades extras para os alunos mais avançados. Importante mencionar que esse ambiente de jovens e adultos não pode ser limitado à aprendizagem formal dos conteúdos, mas também de

socialização e eles aproveitam muito isso, o que reflete na melhoria da qualidade de vida deles.

P. Santos Dumont 4: O ritmo de aprendizagem deles é diferente e não há o aproveitamento de suas experiências vivenciais. Consegui, em algumas aulas, de maneira empírica, fazer uma análise dessa questão, com resultados positivos, mas de forma incipiente, sem muito planejamento ou avaliação. Caso houvesse um trabalho mais sistemático em relação a isso, talvez tivéssemos resultados interessantes.

As evocações justificam a importância de a educação retomar os projetos pedagógicos para a inserção de conteúdos afins, cumprindo com o Estatuto do Idoso, não somente por dever legal, mas por respeito e solidariedade.

Destarte, Silva (2013, p. 3) destaca que:

Há décadas que se busca métodos e práticas adequadas para serem aplicadas na EJA. O uso de cartilhas e metodologias inadequadas sempre preocupou os educadores. Porém, infelizmente essa problemática ainda permeia os tempos atuais. Uma das formas de modificar esta realidade é que o professor entenda.

Tendo em vista a diversidade existente nas salas de aulas das turmas da EJA, onde há vivências, e gerações diferentes o que podem propiciar interação e conflitos, cabe a ao professor tentar lidar da melhor forma possível. Com isso, a quinta questão enfatizou a opinião dos professores em relação às práticas metodológicas desenvolvidas em sala de aula, em turma de Educação de Jovens e Adultos que possui alunos acima de 40 anos, e se devido a isso, apresenta um nível de dificuldade maior, ou menor trabalhar nessas turmas.

P. Oswaldo Cruz 5: Tenta-se adaptar à realidade de sala de aula porque existe uma certa dificuldade maior no aprendizado como eu falei, por conta da leitura e escrita. A partir do momento em que o professor adapta e o aluno começa a fluir na compreensão, no aprendizado mais pela explicação, então tentamos adaptar a dinâmica que facilite esse aprendizado. A partir dessas dinâmicas eles passam a entender melhor o conteúdo. Mesmo com muita dificuldade, mas acabam assimilando. Tem que ser diferente, voltado para a explicação, mais resumida e mais direta, sempre trabalhando a realidade deles, fazendo comparativos, principalmente na área de História porque a partir do momento em que tratamos teorias, estas não são tão compreensíveis assim como para os jovens que já vem no ritmo de evolução durante os anos. Assim, acabamos adaptando de forma resumida e mais direta de forma que ele acabe entendendo o conteúdo.

P. Cesar Lattes 5: Acredito que dificuldade é menor porque no geral eles são mais interessados do que os mais jovens, pois já têm uma experiência de vida e trazem consigo bastante experiência e conhecimento e isso facilita de certa forma. Até compensa, por outro lado, as dificuldades que eles apresentam de deficiência de aprendizagem em algumas outras áreas. Então acredito que facilita a questão do interesse e na dedicação e por isso, acaba sendo mais fácil aplicar as práticas metodológicas.

P. Santos Dumont 5: As turmas são muito heterogêneas, com mais jovens que velhos. São poucos os alunos com mais de 40 anos, apesar de termos exemplos de alunos com 60 anos ou mais. Não há práticas metodológicas específicas para esse grupo na escola, apesar de haver algumas aulas com experiências empíricas com resultados melhores (sem medição ou qualquer método estatístico), mas com avaliações muito subjetivas e parciais. As metodologias utilizadas, que se consubstanciam em esquemas no quadro, explicações e leitura de materiais trazidos pelo professor, apresentam, em alguns momentos, bons resultados, mas esbarram, principalmente, na infrequência e na conseqüente descontinuidade.

Segundo o **P. Cesar Lattes 5** não há muita dificuldade em trabalhar com velhos, visto que eles são mais interessados em aprender o que supera a dificuldade e a deficiência, principalmente, na aplicação das práticas metodológicas. Em contrapartida, **P. Oswaldo Cruz 5** enfatizou a dificuldade em trabalhar com os mais velhos, na leitura e escrita, por estas estarem defasadas, mas percebe que aprendem assim como os mais jovens.

P. Santos Dumont 5 explica que não é aplicado práticas metodológicas específica para o público de pessoas mais velhas nas turmas de EJA, mas a prática que melhor atende esse grupo é aproveitar conhecimentos empíricos, mas não é algo que se mensure para avaliação, mesmo porque estas são muito subjetivas e parciais. O professor ainda afirma que muitas metodologias utilizadas pelos professores funcionam, no entanto, ainda existe muita infrequência e descontinuidade dos estudos. Cita ainda que não há um número expressivo de alunos acima de 40 anos nas turmas, mas sempre tem alguns até acima de 60 anos. Os idosos que são a minoria nas salas de EJA, necessitam de professores comprometidos com a educação dessa população idosa, que promovam atividades pedagógicas que lhes proporcionem a compreensão do próprio mundo, ampliando a sua capacidade de aprender e responder aos desafios (FREIRE, 2005).

Diante do processo formativo e social, a presente pesquisa quis saber, na visão dos participantes, como a escola tem lidado, diariamente, na interação de um grupo tão diversificado: jovens, adultos e velhos com vivências no mesmo ambiente escolar. O **P Oswaldo Cruz 6** salienta:

[...] A escola por meio dos Projetos Políticos e Pedagógicos trabalha essas vivências e experiências, assim como em sala de aula tentamos trazer a experiência de vida deles e mostrar que é importante para a escola, assim como o convívio com mais alunos, muitas vezes mais novos. É uma bagagem que eles trazem que é importante para a educação. Muitos jovens respeitam os mais velhos, no entanto existe uma certa resistência na questão cultural dos jovens em relação às ideias que os mais velhos têm. Estes vêm mais com foco de conclusão, de aprender. Já os jovens vêm com o foco de concluir, mas nem todos têm o foco de concluir o curso. Os mais velhos levam mais a sério o ensino.

Destaca-se que o participante **Oswaldo Cruz 6** enfatiza a importância da experiência de vida dos velhos no contexto da sala de aula. Elucida que nessa modalidade de ensino, a convivência de jovens e pessoas mais velhas pode ser desenvolvida pela escola, por meio de projetos como forma de regaste e valorização dessa troca intergeracional, considerando, ainda, que o tempo e as gerações mudaram. Os focos de objetivos de aprendizagem são diferenciados. Como recomenda Rabelo e Neri (2014), há necessidade de construir um ambiente favorável a trocas entre gerações, que estimula atitudes positivas, reduzindo o preconceito pela idade e promovendo o equilíbrio cognitivo e emocional do estudante velho.

A troca de experiências entre gerações serve para desfazer paradigmas preconceituosos sobre a velhice e construir uma imagem positiva do envelhecimento. Veja-se o que diz **P. Cesar Lattes** 6:

“[...] A Escola tem que ouvir mais esse público diferenciado e acaba que essa diversificação em termo de faixa etária e experiências acabam por enriquecer o ambiente escolar. Os mais jovens acabam ajudando os mais velhos que tem dificuldades. Vejo isso bastante na sala de aulas e às vezes até eu peço que os mais jovens ajudem aos mais velhos como uma forma de trabalho de aluno monitor e isso tem funcionado muito bem. Nos trabalhos que passamos alguns mais velhos têm dificuldades e os jovens ajudam; participam em trabalhos em grupo e acabam se misturando. Isso é muito enriquecedor para as culturas de jovens e velhos. Esse encontro de gerações traz novos aprendizados que nem sempre são contemplados nos conteúdos de sala de aula. Precisamos criar mecanismos para ampliar e explorar ainda mais esse encontro de gerações de forma positiva. A escola procura oferecer meios para estimular a integração entre jovens e velhos, como por exemplo, em grupos de trabalho.

O participante **P. Santos Dumont** 6 apresenta em sua declaração a percepção dos conflitos existenciais que cada estudante traz consigo, na perspectiva de formação, para o ambiente escolar e que, conseqüentemente, reflete no seu aproveitamento estudantil

“[...] Entendo que a escola tem lidado bem com essa questão, pois o convívio tem se mostrado tranquilo e, apesar de perceber-se claramente uma não aderência por parte de muitos alunos a regras básicas que fazem parte do ambiente escolar, como manter-se em sala, respeitar a fala do outro no momento em que há essa fala e frequentar a escola, há uma sensação de segurança, sem que, pelo menos em relação a mim, perceba-se conflitos subjacentes. O que se percebe, com clareza, é que são pessoas em conflito com sua formação e, com exceções, possuem muitas dificuldades para se manter no ambiente escolar, com aproveitamento.

É imprescindível que a Escola, através de seu Projeto Pedagógico, ou pelos professores em sala de aula, por meio de suas aulas, busque criar estratégias que permitam aos alunos romper barreiras, preconceitos, Muitos dos problemas apresentados ocorrem devido a diversos fatores sociais que vão desde à violência, ao abandono familiar, aos estereótipos e a própria ausência de qualidade de vida. É preciso considerar, ainda, outros aspectos na tentativa de trabalhar esses conflitos, uma vez que questões arraigadas na vivência do indivíduo são levadas para a sala de aula.

Segundo Gohn (2002, p. 67),

Nos anos 90, Freire destaca ainda mais a dimensão cultural nos processos de transformação social e o papel da cultura no ato educacional. Além de reforçar seus argumentos em defesa de uma educação libertadora que respeite a cultura e a experiência anterior dos educandos, Freire alerta para as múltiplas dimensões da cultura, principalmente a cultura midiática. Ele chama atenção para o fato de que ela poderá despertar-nos para alguns temas geradores que o próprio saber escolar ignora, ou valoriza pouco, como a pobreza, a violência, etc.

É possível, por meio das falas, evidenciar que a relação das diferenças é presente na reflexão pedagógica, em que as diferenças individuais são privilegiadas no contexto da sala de aula sob a ótica do professor que considera os fatores sociológicos, percebe as diferenças de

classe social, idade, bem como outros pontos determinantes e seu impacto nos processos escolares, e assim busca ao seu modo adequar-se a essa realidade.

A intergeracionalidade vivenciada por diferentes gerações, no contexto da Educação de Jovens e Adultos, possui uma dualidade enraizada, com variantes positivas e negativas, como apontada de forma unânime na visão dos participantes em que a realidade das diferentes faixas etárias de seus alunos interfere, de alguma forma, na aprendizagem ou interação deles,

P. Oswaldo Cruz 9: Interfere porque o velho vem com foco no aprender e desenvolver e muita das vezes, não generalizando, o jovem ele não tem tanto respeito pelos idosos, não dão a mesma importância que os idosos dão ao ensino e isso é estão em diferencial muito grande, porque acabam não acabam não se aproximando, vão formando grupos de jovens e velhos. Isso é uma realidade dentro de sala de aula em que cada um tem o interesse próprio.

P. Cesar Lattes 9: Tem uma interferência principalmente porque os mais jovens conversam mais na sala de aula, fazem mais barulho e isso incomoda. Às vezes eles reclamam, mas o Professor precisa trabalhar para evitar conflitos. Outra interferência também é que os mais jovens são mais acelerados. Não todos, mas alguns querem agilidade com o conteúdo. Neste momento quando procuramos levar atividades extra para os mais jovens. Essa é uma forma de lidar com a situação embora não seja fácil trabalhar com diferentes atividades para a mesma sala de aula, mas tem dado certo.

P. Santos Dumont 9: Sim. Os mais velhos tem como demanda o silêncio e a tranquilidade. As aulas expositivas, mais lentas e com mais exemplos, quando se utilizam também de exemplos ou de léxico próximo a eles, são as que eles mais gostam. Já os mais novos as acham mais chatas e querem mais dinamismo.

Os entrevistados concordam ao afirmarem que essa intergeracionalidade no mesmo ambiente de sala de aula, de certa forma, interfere no aprendizado dos velhos, tendo em vista que, embora não se possa generalizar, é perceptível que os mais velhos têm mais interesse, e dão importância aos estudos, enquanto os mais jovens, muitos não demonstram respeito e nesse ambiente, forma-se grupos e o velho fica isolado.

O **P. Cesar Lattes** 9 apresenta ainda o ritmo de aprendizagem que é diferente, além do barulho que fazem, os mais velhos gostam do silêncio, e o professor tem que lidar para que não haja conflitos. O que vem em acordo com os autores: (FERNANDES; FREITAS, 2007, p. 14). É essencial, por meio de um processo formativo, voltado para a aprendizagem dos/as educandos/as, superar práticas pedagógicas seletivas, excludentes, segregadoras e classificatórias que “impossibilitam que jovens, adultos e idosos sejam respeitados em seu direito a um percurso contínuo de aprendizagem, socialização e desenvolvimento humano”.

Ao serem solicitados que fizessem algumas outras considerações em relação às práticas educacionais de atendimento aos velhos, os participantes destacaram que:

P. Oswaldo Cruz 10: Se tivesse um material direcionado para o idoso, para faixa etária dele iria facilitar não só para o professor, mas para o aprendizado do velho. E com isso, acredito que o ensino iria fluir com mais nitidez. Acredito que um projeto que venha capacitar, levantar a autoestima desse velho, para que ele possa saber que tem valor. Porque o jovem vem cursar a Educação de Jovens e Adultos, mas muitas vezes ele não tem uma proximidade, um respeito algumas vezes em relação ao mais velho. Quando se trata do potencial do velho é gigante porque ele tem muita bagagem; muita experiência de vida e isso tem que ser aproveitado em projetos na própria escola. A questão da informática também que tivesse algum tipo de projeto que venha trabalhar as tecnologias isso seria facilitar muito o ensino e o aprendizado dos mais velhos. Acredito que seria por aí o caminho para que tivéssemos uma melhoria e para que ele saísse sabendo mesmo o conteúdo; para que não fosse algo que viesse apenas para cumprir tabela. Porque muitas vezes os estudantes participam, mas o conteúdo em si os estudantes mais velhos não levam uma bagagem tão grande por conta de dificuldades que eles encontram e se adaptar à realidade dos jovens ali que estão ali do lado dele. Esta é uma das barreiras que encontramos. Seria importante um projeto que venha trabalhar, olhar com mais carinho para o velho porque eles têm muito a oferecer ainda para nossa sociedade como um todo. Isso mesmo, mais abrangentes que venham a trabalhar as dificuldades que eles têm, por exemplo, se tem dificuldade em tecnologia que tenham projetos com mais tecnologia; um material mais claro não só ligado ao ensino médio, pois estão tratando com outro tipo de clientela. Pois o velho já vem com experiência, mas muita dificuldade para estar em sala de aula, então ele vem para cumprir, focado, mas se tivermos um material ou projeto que direcionem esse conhecimento para eles, conseqüentemente absorverão tranquilamente o que for passado. Isso ajudaria muito, com projetos em que a gente tente identificar essas dificuldades e levar a frente para que eles tenham autoestima e para que saibam que são importantes ainda para nossa sociedade.

P. Cesar Lattes 10: Acredito que poderia ser bastante melhorada a questão do atendimento das pessoas mais velhas. A escola poderia participar de um projeto maior, com mais desenvolvimento de políticas públicas e mais inclusiva para as pessoas mais idosas, por exemplo, poderiam incluir no currículo atividades de Educação Física para pessoas idosas e que podem fazer atividade física; Educação relacionada à saúde para pessoas idosas (isso poderia melhorar a qualidade de vida deles); A questão da convivência, criando mais espaços de convivência na escola; Oferecer meios para que as pessoas idosas possam lidar com a tecnologia para facilitar o aprendizado pois as tecnologias não fazem parte da geração dos idosos – precisam se integrar ao mundo dos mais jovens; Também é importante ouvir as sugestões deles, assim como os mais jovens precisam se integrar ao mundo dos mais velhos e aprender com essa convivência. Percebemos que existe muita discriminação dos mais jovens com os mais velhos, de certa forma. Muitos jovens não gostam de conversar com os mais velhos, mas a escola pode minimizar esse distanciamento entre jovens e idosos, pois há preconceito de que os mais velhos não servem mais para nada e que por isso tem que ser deixados de lado quando na verdade eles têm muito a oferecer. E a escola pode contribuir inserindo no currículo práticas que incluam os mais velhos e os torne mais ativos no meio social e integrado com os mais jovens.

P. Santos Dumont 10: A escola não nos dá acesso a instrumentos tecnológicos adequados (há apenas uma sala de vídeo). Nem mesmo material escrito adequado. Eu mesmo imprimo todo o meu material (quase sempre na minha casa, apesar da escola ter equipamento para isso, mas as cópias são de qualidade inferior ao necessário). Não há debates acerca disso. Talvez fosse injusto falar dessa forma, mas não vejo práticas educacionais específicas para esse grupo.

Os professores informaram que sentem necessidade de uma legislação específica que atenda a seus anseios em trabalhar e que a escola, também, se dispusesse de programas ou

projetos que valorizassem e, ao mesmo tempo, integrassem esse velho para o desenvolvimento de seu potencial.

Destacaram que as políticas públicas não são inclusivas e, no âmbito escolar, é preciso criar um espaço e ambiente propício de vivências e trocas, para que haja mais interação entre as gerações, uma vez que muitos jovens têm preconceito e mantêm um distanciamento, ou conversam pouco com os idosos.

Sugeriram que, no currículo, fossem inseridas práticas que incluíssem os mais os velhos, e que a escola não possui equipamentos tecnológicos adequados para suas práticas, além de outros materiais. Desse modo, sugere-se que proposta curricular e o processo avaliativo considerem a educação popular e a diversidade dos sujeitos; acolham os/as educandos/as; adéquem-se aos tempos e espaços e proponham atividades e recursos didáticos diversos. (FERNANDES; FREITAS, 2007, p. 14).

6.3.2 Percepção dos estudantes da EJA

Segundo a projeção da população divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas IBGE, no ano de 2018, o Brasil possui mais de 28 milhões de pessoas na faixa etária de 60 anos, o que representa 13% da população, e nessa projeção a tendência é de que ocorra duplicação nesse percentual nas próximas décadas.

Ressalta-se que as práticas educativas, no contexto da aprendizagem, é um processo que acontece de forma gradativa, em uma construção conjunta e bilateral entre professor e aluno. Existem diversas modalidades de ensino, no entanto, nesta pesquisa, dar-se-á ênfase na modalidade da Educação de Jovens e Adultos. O público dessa modalidade é diversificado, com alunos oriundos de diferentes classes sociais e idade. A maioria desses estudantes está ausente do ambiente escolar há um tempo além do esperado, porém assume uma nova postura, ao regressar à escola, como uma forma de recuperar o tempo outrora perdido.

É preciso salientar que não podemos generalizar, mas também, é preciso estar ciente de que esse público possui peculiaridades em razão da idade, vivências arraigadas de outros contextos, sejam históricas, sociais, ou culturais. Por esta razão, utilizar uma nova proposta metodológica faz toda diferença na construção do ensino, afinal, é dever da escola promover um ambiente que propicie ao estudante o desenvolvimento de suas potencialidades.

Com a intenção de alcançar as pessoas que não tiveram escolaridade na idade prevista, foi criada a modalidade de Educação para Jovens e Adultos - EJA, por meio da Lei nº

9394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, prevendo o atendimento à EJA, dando autonomia e, por ora, determinando aos estados e municípios o cumprimento das cláusulas mensuradas na referida legislação.

Em meio a esse cenário de mudanças constantes, muitos velhos têm retornado aos ambientes escolares seja com o propósito de realização pessoal ou profissional, dentre outros fatores inerentes a cada um, e sua história de vida.

Assim, neste estudo em relação às perguntas direcionadas aos estudantes da turma de EJA, buscou entender qual o sentido e percepção da velhice que cada um deles tem, partindo assim, pra a seguinte questão: o Sr (Sr^a) se considera uma pessoa velha ou idosa? O que pensa sobre a velhice? Justifique.

P. Carlos Drumont 11: A pessoa só é velha quando ela quer. A velhice chega para todos, porém, estou com 61 anos fiz agora um dia 13 de maio, mas não me considero uma pessoa velha pois estou apto para assumir, qualquer função dentro da minha aprendizagem. Qualquer função ainda consigo assumir e de administrar qualquer empresa ainda como administrava. Então não considero a velhice como “fim do mundo” para o cidadão pois a velhice, só chega a partir dos 80 e poucos anos para lá, mas nas idades de 60, 70 e 75 ainda é uma pessoa apta para exercer qualquer função.

P. Cora Coralina 11: Não me considero velha e nem idosa. É muito bom ser uma pessoa de terceira idade. Cheguei nela e acho muito legal.

P. Hilda Hilts 11: Me considero uma pessoa jovem. Eu penso que a velhice é muito ruim. Até hoje, com 54 anos e me considero uma pessoa jovem.

Para os três entrevistados, a velhice é um ponto de vista, e cada um deles se considera fisicamente e mentalmente jovem potencialmente, capaz de exercer funções diversas, pois o fato de ter chegado à terceira idade não anula as condições que ainda possuem de ser útil. Desta maneira, salienta San Martín e Pastor (1996) que não existe um consenso sobre o que se nomeia velhice, porque as divisões cronológicas da vida do ser humano não são absolutas e não correspondem sempre às etapas do processo de envelhecimento natural. A velhice não é definida por simples cronologia, mas pelas condições físicas, funcionais, mentais e de saúde das pessoas, o que equivale a afirmar que podem ser observadas diferentes idades biológicas e subjetivas em indivíduos com a mesma idade cronológica.

Os velhos, ao retornarem à escola na idade avançada, relatam vários fatores que os incentivaram realizar esse retorno somente nessa sua nova fase da vida. Ao tratar da inserção deles, na EJA, questionaram-lhes quando ocorreu o ingresso deles na modalidade de Educação de Jovens e Adultos e o que lhes motivaram a começar ou retomar aos estudos. Cada um esclareceu seus motivos:

P. Carlos Drumont 12: Comecei a estudar na EJA em 2019. Parei, e em 2021 retornei e o que me motivou a retornar foi falta de oportunidade de emprego por não ter os estudos completos. Isso me motivou a ser um aluno presente nas aulas.

Pesquisadora O Sr tem uma pretensão futura?

P. Carlos Drumont 12: Tenho, inclusive já fiz inscrevi para fazer as provas do ENEM. E vou tentar uma faculdade.

P. Cora Coralina 12 : Já havia estudado sim, dos 07 até os 14 anos estudei até quarta série. Quando ingressei na Escola Beatriz Rodrigues foi na quinta série hoje. Estou completando o terceiro ano.

Pesquisadora: O que é que motivou a senhora a retornar aos estudos?

P. Cora Coralina 12: Por incentivo da minha filha, porque ela queria que eu fosse estudar mais. Quando eu era mais nova eu queria ser professora, mas não tinha chance de estudar pois tinha que trabalhar, mas me deu uma vontade de estudar e eu achei muito bom.

P. Hilda Hiltz 12: Ingressei quando eu me senti sozinha sem a minha mãe e resolvi estudar. Já havia estudado antes, mas eu não dava valor ao estudo, só agora percebi que o estudo é tudo na vida. Fui motivada a voltar para a escola para eu aprender mais e ser alguém na vida.

Diante da análise, percebeu-se que cada um possui motivos diferentes para o ingresso ou retorno aos estudos, seja pela falta de oportunidades de emprego, por incentivo familiar ou por perdas familiares, ou seja, em algum momento cada um sentiu a necessidade de buscar mais uma vez a escola, de continuar no período em que parou, porque, de alguma forma, os estudos tornaram-se indispensáveis. Nessa perspectiva:

A visão de mundo de uma pessoa que retorna aos estudos na fase adulta, após um tempo afastada da escola, ou mesmo daquela que inicia sua trajetória nessa fase da vida é bastante peculiar. Protagonistas de histórias reais e ricas em experiências vividas, os alunos jovens e adultos configuram tipos humanos diversos. Homens e mulheres que chegam à escola com crenças e valores já constituídos (BRASIL, 2006, p. 4).

Pautado, ainda, nesse retorno aos estudos, segundo a antropóloga Goldenberg (2015), que estuda o envelhecimento há mais de 25 anos, relata que esses indivíduos acima de 60 anos estão dispostos a voltarem para a sala de aula e reaprender a aprender.

Eles enfatizam o desejo de continuar estudando e trabalhando em algo que lhes dê prazer. Querem ser produtivos, úteis e ativos nessa fase da vida. O tempo para eles é algo extremamente valioso e não pode ser desperdiçado. Não querem se aposentar de si mesmos. (GOLDENBERG, 2015, p. 17).

De modo geral, os alunos que frequentam as turmas de EJA possuem muitas histórias de vida por não terem tido oportunidade de concluir os estudos na idade regular. Diante disso, foi perguntado a eles quais dificuldades encontradas que lhe impediram o acesso à escola em idade regular. Eles responderam:

P. Carlos Drumont 13: Nenhuma.

Pesquisadora: Então o senhor não pôde estudar mais cedo, por quê?

P. Carlos Drumont 13: Por falta de tempo pois eu dirigia uma empresa e meu tempo era muito ocupado.

P. Cora Coralina 13 Eu só pensava em trabalhar, eu tinha uma panificadora e não me deixava tempo para estudar. Mas quando a vendi foi possível que eu estudasse.

P. Hilda Hiltz 13: Sempre fui criada na roça. Quando eu começava a estudar, meu

pai me tirava da escola e me levava para a roça. Eu cresci uma menina quase sem saber de nada, muito pouco eu estudei.

Carlos Drumont e Coralina 12 vivenciaram o mesmo tipo de situação por, precisarem dedicar ao trabalho e, com isso, tiveram que se afastar dos estudos ou não conseguiram conciliar suas responsabilidades pessoais com a vida escolar. A **Hilda 13** teve uma vida simples, na qual o pai priorizava o trabalho na roça e deixava a vida escolar para depois. Por essa razão, ela aprendeu pouco dos conhecimentos formais.

Narciso (2015, p. 221) argumenta sobre motivos que induzem educandos ao abandono escolar:

Os fatores que contribuem com o abandono escolar são de diversas ordens, dentre eles destacam-se: reprovação, notas baixas, problemas com a instituição, conflitos na relação aluno-professor e aluno-aluno, problemas pessoais e familiares, problemas de saúde, dificuldade financeira, necessidade de trabalhar, desinteresse pelo curso, ausência de perspectivas futuras, conhecimento limitado dos componentes curriculares das séries anteriores, dificuldade de acesso à instituição, estrutura física da escola deficitária, indisciplina, incompatibilidade de horário entre trabalho e estudo, violência, dentre outros.

Em referência ao que os participantes entendem sobre práticas educativas para velhos, e a visão em relação às práticas educativas desenvolvidas na escola, destacaram os avanços e desafios sob a ótica de suas visões enquanto aluno velho inserido na educação formal.

P. Carlos Drumont 15: A escola precisa trazer projetos para os idosos que venham acompanhar o desenvolvimento do aluno de forma que o aluno se sinta acompanhado para que tenha um bom desempenho. Quando começamos a estudar passamos a ter outra mentalidade e para que a aprendizagem aconteça temos que dar prioridade ao nosso estudo, temos que renunciar a outras coisas e fazer isso é um desafio. Quanto aos avanços posso dizer que os estudos renovam as nossas cabeças na medida em que temos novas aprendizagens e assim ficamos mais jovens. Tudo isso acontece.

P. Cora Coralina 15: Não entendo muito não, mas eu acho assim a educação para terceira idade quando a pessoa tem condições de estudar mais é muito bom, pois tem diálogo, tem amizade, conhece pessoas etc.

Pesquisador: O que a senhora acha das práticas educativas desenvolvidas na escola?

P. Cora Coralina 15: Muito bom, não tenho queixas, eram muito legal dos professores, tinham paciência com as pessoas eles são muito legais as pessoas.

P. Hilda Hiltz 15: Eu entendo que educativo é sobre a escola, ser mais educado, e, enfim, um desenvolvimento da escola para ser alguém, eu entendo assim. A escola desenvolve sim, práticas educativas para os velhos e assim a gente aprende mais, ficamos mais atentos e aprendemos muitas coisas. E com certeza teve mais avanços e mais ensino. As pessoas sempre falavam que iríamos estudar, mas que não iríamos aprender por estarmos velhos, mas acho que não há idade para estudo.

Na concepção de ambos os entrevistados, o estudo é visto como um divisor de águas, capaz de instruir, formar, tornar o cidadão um ser mais crítico, reflexivo e, conseqüentemente, mais atuante na escola e em sua vida. As práticas educativas têm grande influência no bom desempenho das ações em sala de aula, porque são elas responsáveis pelo planejamento,

organização e operacionalização dos espaços que oportunizam uma melhor qualidade do ensino/aprendizagem.

Souza (2012, p.28) afirma que práticas pedagógicas são:

Processos educativos em realização, historicamente situados no interior de uma determinada cultura, organizados, de forma intencional, por instituições socialmente para isso designadas implicando práticas de todos e de cada um de seus sujeitos na construção do conhecimento necessário à atuação social, técnica e tecnológica.

Os estudantes da EJA possuem relações e circunstâncias que os levaram a não frequentar a escola em idade prevista e, diante de sua trajetória ao longo de sua vida educativa, vão tentando adaptar-se à nova realidade em que estão vivendo, buscam oportunidades que, para muitos, o ideal é frequentar turmas de EJA, e, nesse contexto, vão encontrar gerações diferentes das suas no mesmo ambiente. Os participantes da entrevista opinaram sobre a ampla diferença de idade dos alunos na mesma sala e se há interferência e, de alguma forma, em seu aprendizado ou interação entre si:

P. Carlos Drumont 16: Interfere sim, pois nós que já temos uma idade bem avançada e quando resolve estudar, vem com vontade, pois a gente vem com grande arrependimento de não ter estudado na juventude. Já os mais novos não demonstram esse interesse como eu fiz no meu passado. Seria bom separar os mais novos em uma sala e os mais velhos em outra sala. Isso traria benefícios. Muitas conversas; os alunos novos conversam tanto que não sei de onde acham tantas conversas que nem atenção para os professores eles dão. Já os idosos, não. Ficam tentando escrever e aprender alguma coisa, mas os jovens sempre interferem com barulhos. Mas eles interagem bem conosco.

P. Cora Coralina 16: Não interfere, eles gostam da nossa ajuda, pois já temos experiência de vida o que torna tudo muito bom porque a gente vive junto, um ajuda o outro. uma troca.

P. Hilda Hilts 16: Não senti muita diferença. É verdade que os jovens são mais barulhentos, mas me sinto normal em estar junto com eles, me sinto até jovem estando com eles. Eles acolheram bem. Amei estudar depois dessa idade que estou com os mais jovens.

Para **Carlos Drumont 16** a diferença de idade entre educandos interfere bastante na qualidade do processo de aprendizagem. Ele salienta que os mais velhos optam em recuperar o tempo em que não conseguiram estudar enquanto os mais novos não tem tanta preocupação. Contudo, essa relação de interesses divergentes dificulta a aprendizagem. Em contrapartida, **Coralina e Hilda 16** não demonstram essa dificuldade com os mais novos, conseguem interagir muito bem e se sentem acolhidas por eles.

Os alunos de diferentes classes ou grupos sociais que compõem o conjunto social que dirige um sistema curricular que apresenta diversidades da cultura e diferentes formas de entrar em contato com ela. Nessa mesma medida, partem com oportunidades que a escolaridade obrigatória não-seletiva deve considerar em seus conteúdos e em seus métodos (SACRISTÁN, 2000, p. 62).

Ao serem perguntados se o espaço educacional atende os mais velhos de forma adequada e se valorizam as experiências dos mais velhos, responderam:

P. Carlos Drumont 17: Não, pois entendo que a EJA precisa melhorar mais a sala de aula, até porque os idosos já estão cansados de viver e ainda vão enfrentar uma sala de aula. Então, tinha que ser uma sala de aula climatizada, para ficar mais à vontade e ter ânimo de realmente querer e alcançar objetivos dos seus estudos.

Pesquisadora: E em relação ao ensino, a escola em si, valoriza o que o senhor trouxe de experiência?

P. Carlos Drumont 17: Valorizam sim. Os professores dão muita atenção para os alunos.

P. Cora Coralina 17: Nos estudos sim, poderia ter mais diversões, brincadeiras, história, músicas, danças, mas não tenho queixas, tudo estava bom.

P. Hilda Hilts 17: Com certeza, atende muito e valoriza muito os idosos em sala de aula e com respeito. Todos respeitam e são muito educados conosco na idade em que estamos.

De modo amplo, os entrevistados concordam que suas experiências e vivências são reconhecidas e valorizadas no âmbito escolar, o respeito vigora e eles são felizes e satisfeitos pela forma que são tratados. Entretanto, Carlos Drumond preconiza que o aspecto físico poderia estar em melhores condições, para que os educandos tivessem um ambiente mais favorável ao aprendizado.

No ensino de EJA faz-se necessário entender e valorizar a diversidade cultural dos educandos, suas raízes são sua identidade, tudo isso os leva a sua história de vida. Segundo ARBACHE (2001, p.22) “visualizar a educação de jovens e adultos levando em conta a especificidade e a diversidade cultural dos sujeitos que a elas recorrem torna-se, pois um caminho renovado e transformador nessa área educacional”.

Ao serem chamados a falar se mudaria, ou manteria na sala de aula/ou na própria escola algo para favorecer uma aprendizagem significativa no atendimento aos alunos mais velhos. Estes deram suas opiniões:

P. Carlos Drumont 18: Eu mudaria o horário, o tempo de aula teria que ser reduzido para pelo menos às 9h30. Nesta saída às 10:10 já estamos cansados. Manteria os professores pois não temos o que reclamar deles. Dividiria as turmas entre alunos mais jovens e mais velhos colocando em salas separadas.

P. Cora Coralina 18: Se tivesse turma para fazer uma sala única, seria bom, mas não tem, na minha sala, por exemplo, só tem duas pessoas de terceira idade, por isso a escola tem dificuldade de montar uma turma apenas com faixa-etária mais avançada.

P. Hilda Hilts 18: Eu mudaria para que tivéssemos uma aula diferente, de culinária, por exemplo. Eu gostaria muito.

O relato exposto acima, acerca do atendimento educacional aos mais velhos, a P. Hilda Hilts demonstra o que corrobora com Arena (2011) que enfatiza: ensinar para os idosos deve contemplar materiais que circulem o cotidiano do aluno, como: folhetos de supermercado, tabelas de preços de materiais de construção, revistas de corte e costura que ensinam a traçar molde, ou até mesmo livros de receitas de culinária, pois, podem ser textos propulsores do desenvolvimento da

leitura, por serem da vivência deles. A partir dessa contextualização, possibilita aos alunos atribuírem sentido ao processo de ensino e aos atos de leitura, por corresponderem a sua realidade.

Nesse sentido, essa abordagem remete ao desejo de aulas que condizem com as preferências e realidade da **P. Hilda Hilts 18**, uma vez que, em um de seus relatos, afirmou que era dona de padaria, havendo, assim, uma relação com o seu trabalho diário.

Segundo **Drummond** e **Coralina18**, um dos quesitos que deveria mudar em relação ao atendimento do educando e que possibilitaria uma melhor qualidade no desempenho individual do aluno, seria a divisão de turmas, entre “alunos mais novos” e “alunos mais velhos”. Para eles, o processo de aprendizagem teria mais eficácia. **Drumont** enfatiza a questão da redução da hora aula, para ele, ao diminuir o tempo das aulas, os educandos ficariam menos cansados e o rendimento seria bem maior. Por outro lado para **Hilda**, se a escola ofertar atividades diversificadas como práticas experimentais, seria muito bom, traria mais benefícios.

As expressões aqui expostas são contempladas no texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que assegura em seu Art. 37 que declara:

a Educação de Jovens e Adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

As considerações feitas em relação às práticas educacionais ao longo da vida, no que se refere ao atendimento a pessoas velhas, nos espaços educacionais e sociais, os entrevistados sugeriram:

P. Carlos Drumont 19: A educação de jovens e adultos vem ajudando muito e muitas pessoas idosas na educação, mas faltam projetos na área de música, na área da informática também que poderiam ter aulas desse assunto duas ou três vezes na semana. Assim o aluno da EJA sairia do colégio totalmente qualificado, desde a informática até o ensino médio completo. Assim sairia um aluno direto para o mercado de trabalho.

Pesquisadora: Então no caso seriam programas, projetos diferenciados?

P. Carlos Drumont 19: Sim, que viessem qualificar ainda mais o aluno e oferecer mais oportunidades.

P. Cora Coralina 19: Nesta escola aqui é muito bom, porque todo mundo foi bem acolhido. Os professores são bons, eles explicam bem, eles têm paciência com as pessoas de terceira idade. Poderia melhorar sim, fazendo mais atividades direcionadas ao público mais velho; criar mais de diversão, por exemplo. Se tivesse mais pessoas idosas, seria muito bom porque facilitaria. E mesmo assim fomos muito bem assistidos sempre pois a escola não pode se omitir privilegiando apenas os mais jovens. Aprendemos muita coisa e fazemos muita amizade.

P. Hilda Hilts 19: Acho que quando ficamos mais velhos tem que haver um pouco mais de respeito, de descanso, temos que ser bem atendidos pela sociedade, ter os

direitos dos idosos reconhecidos. Os espaços precisam melhorar muito em relação ao atendimento do público idoso.

De acordo com os entrevistados, embora a EJA seja uma modalidade que contribui para o processo de inserção do idoso no processo escolar e que possui características acolhedoras, ainda faltam projetos que enriqueçam o ensino, como aulas diversificadas, mais atrativas que integrem às condições dos seus atores.

Desta forma, acredita-se que eles estariam bem mais preparados para o mercado de trabalho. Além disso, os profissionais da escola deveriam ser mais qualificados no acolhimento com o idoso, para que todos pudessem sentir-se parte integrante do processo de escolarização. Diante disso, Tedesco (1995) enfatiza:

A inovação, além de exigir uma predisposição pessoal para encará-la, requer modalidades e incentivos que devem estar presentes no modelo de gestão educacional. Nesse sentido, será preciso aceitar que não há uma maneira única de resolver os problemas. Promover a inovação pressupõe aceitar que existe mais de uma solução possível.

Os entrevistados foram motivados a sugerir ações que contribuíssem para a melhoria do ensino e aprendizagem dos mais velhos, no contexto escolar, na condição de aluno da Educação de Jovens e Adultos:

P. Carlos Drumont 20: Sugiro que tenha programa de música, informática e desenho – para que o idoso possa ser um desenhista e assim a escola conquistar os idosos por meio das matérias que não existiam antigamente.

P. Cora Coralina 20: Já fazendo educação desde o início, desde o primário, desde a primeira série já ensinando, valorizando, respeitando e dando bastante atenção às pessoas de idade porque estes já têm bastante experiência. Sugiro que pudessem educar as crianças desde o início para que aprendam a conviver com as pessoas de idade. Melhoraria. Pois assim os mais jovens não diriam que porque é mais velho tem que sentar-se isolado.

P. Hilda Hiltz 20: Seria melhor que dessem um conteúdo mais fácil para nós; nos manter mais calmos em sala de aula. Penso que a Educação é muito boa, mas eles tinham que dar uma matéria mais leve para nós. Por exemplo, estavam nos dando aula de matemática, e nós não estávamos conseguindo realizar as atividades, então eles tinham que fazer de forma mais leves. Chegamos a doer a cabeça tentando fazer e não estávamos conseguindo.

Uma inovação nas diretrizes curriculares da EJA com alteração de disciplinas segundo Drumont seria um avanço e uma conquista para o grupo da terceira idade. Coralina destaca que o respeito aos mais velhos deve ser ensinado na infância para que, na vida adulta, todos saibam reconhecer o valor de cada idoso. Por sua vez, Hilda preconiza que o ensino de EJA deveria ser mais descontraído, e mais leve, pois os educandos vem de uma realidade na qual não conseguem acompanhar tudo o que ensinado ao mesmo tempo ou com a mesma facilidade, de quando eram jovens.

Para Moran (2007, p. 2)

Avançaremos mais se aprendemos a equilibrar planejamento e criatividade, a organização e a adaptação a cada situação, a aceitar os imprevistos, a gerenciar o que podemos prever e a incorporar o novo, o inesperado, Planejamento aberto, que prevê, que está pronto para mudanças, para sugestões, adaptações. Criatividade, que envolve sinergia, pôr as diversas habilidades em comunhão, valorizar as contribuições de cada um, estimulando o clima de confiança, de apoio

Evidencia-se através das falas dos participantes, o desejo de aulas que atendam seus anseios, mas que apresentem, também, o novo, o atual, a exemplificar o uso de ferramentas digitais e o desenvolvimento de atividades que despertem suas habilidades, ou que lhes tragam conhecimentos diferentes do que já vivenciaram no passado.

6.4 Práticas desenvolvidas no Período Pandêmico 2020 e 2021/ Colegio Estadual Criança Esperança

Com o surgimento da Pandemia da Covid- 19 que se intensificou nos anos de 2020 e 2021, em âmbito mundial, possibilitaram e evidenciaram a necessidade de discussões relevantes nas mais diversas áreas, sejam na educação, economia, sistemas de saúde, demandas sociais, entre outras questões inerentes à realidade do período, em que a sociedade mudou seu modo de vida e adaptou-se à nova realidade. No que se refere ao Brasil, a modificação de atendimento educacional passou por todo um processo desafiador, no formato híbrido e remoto.

Nesse contexto pandêmico, a rotina administrativa da educação na rede Estadual de Ensino do Estado do Tocantins sofreu alterações no planejamento e, também, no calendário escolar, para atender tanto as normativas legais da educação no cumprimento da carga horária e dos dias letivos, bem como adaptação às novas legislações elaboradas em detrimento da realidade da Covid- 19.

Em meio a essas mudanças de rotinas escolares e, aos formatos adotados pelas instituições de ensino, a presente pesquisa busca, em um de seus objetivos conhecer as práticas desenvolvidas nesse período, que além das orientações contidas nos documentos norteadores e estratégias que as entidades adotaram. Realizou-se entrevistas semiestruturadas para professores e estudantes das instituições pesquisadas para melhor compreender a relação de atendimento nessa situação e, principalmente, o velho inserido no contexto educacional, também, nesse período de pandemia.

6.4.1 Relatos dos Professores da EJA

Os professores, participantes da pesquisa, responderam ao questionamento: No processo de construção do plano de aula, com vistas às práticas educativas, o Sr (Sr^a) constatou dificuldades de acesso, entendimento e aplicação diferenciadas no comparativo de antes e durante a pandemia?

P. Oswaldo Cruz 7: [...] Antes da Pandemia tínhamos mais acesso pois o público estava presente e isso facilitava no passar do conhecimento. Com a Pandemia tivemos que nos adaptar a essa realidade indo em busca de novas tecnologias, tentando aperfeiçoar mais o ensino a distância que é algo que não fazíamos; tivemos esse desafio para aprender o novo e para os velhos quando se trata de tecnologia a dificuldade aumenta mais ainda. Mesmo assim, muitos superaram, pois além do material a distância em plataformas tivemos que imprimir esse material e muitos vinham buscar na escola, respondiam e traziam de volta. Foi um período difícil, mas houve um nível de superação muito bom por parte dos mais velhos também.

O profissional, mencionado, fez comparações com o antes e depois da pandemia, considerando que, com os estudantes presentes em sala de aula, a relação teoria e prática era algo mais acessível, com possibilidades de uma construção conjunta, com vistas de que o aprendizado deles ocorria melhor. Destaca, ainda, a utilização das tecnologias como um dos desafios enfrentados nesse período, não somente por alunos, mas também, pelos profissionais que tiveram que se adaptar e buscar novas formas de ensinar com o uso de ferramentas digitais e sistemas. Nesse contexto, em que foi necessária uma modificação do atendimento educacional presencial para o remoto, a tecnologia teve papel primordial, embora permeada de desafios a serem superados para sua utilização, conforme apontado por Moran (2007, p. 103) que “as tecnologias nos ajudam a encontrar o que está consolidado e a organizar o que está confuso, caótico, disperso”.

Segue o depoimento do partícipe:

P. Cesar Lattes 7: [...] Constatei sim, bastantes dificuldades e bem diferentes. Antes da pandemia os alunos tinham total acesso ao professor com aulas expositivas para tirar dúvidas, explicar, repetir explicação, acompanhar bem de perto e durante a pandemia mudou totalmente pois a escola ficou de portas fechadas e os alunos tiveram que se tornar autodidatas porque os professor sempre que podia explicar de uma forma, explicada por meio da forma escrita, principalmente, porque os alunos da EJA, principalmente as pessoas mais velhas têm dificuldades de trabalhar com a tecnologia, muitos deles, e nesse caso são muitos mesmo. A escola até tentou trabalhar com tecnologia. Fizemos reuniões com os professores para tentar buscar uma forma de facilitar o uso da tecnologia no caso da Educação de Jovens e Adultos, porém decidimos que era melhor trabalhar de forma convencional com atividades escritas. A nossa metodologia durante a pandemia foi: os professores preparavam as atividades escritas, preparavam um material explicativo e às vezes colocavam links de acesso para pesquisa na internet. Sabemos que os alunos, muitos deles, não utilizavam estes recursos (links), mas talvez alguns tivessem facilidade de utilizá-los. Porém, os alunos reclamavam muito, ligavam e mandavam mensagens reclamando das dificuldades que encontravam para resolver as atividades porque não tinham o auxílio do professor e como não estavam acostumados com este tipo

de metodologia com aulas a distância. Ocorria que o professor simplesmente deixava a atividade na escola, os alunos retiravam essas atividades e tinham que “se virar” sozinhos com a explicação que estava no próprio material. Foi bastante complicado esse período. Acredito que pode até ter tido algum aprendizado, mas houve muita reclamação.

Nessa pesquisa, o participante **P. Cesar Lattes 7** relatou todo o processo de adequação que a escola fez para atingir seus objetivos e atender com eficiência o público da EJA, embora não se tenha evidência, se esse aprendizado ocorreu efetivamente.

Na escola não foi diferente, novos conceitos de metodologias tiveram que dar lugar às necessidades do período pandêmico. Para buscar cumprir as regras do distanciamento social e preservar o direito do educando de ter uma educação de qualidade, os recursos tecnológicos foram essenciais para a atuação dos profissionais da educação.

O participante, a seguir, muito claramente coloca sua percepção:

P Santos Dumont 7: [...] Sim, as diferenças são grandes. A forma como trabalhamos durante a pandemia envolve preponderantemente atividades em papel. Tentei trabalhar com tecnologia no início, com atividades feitas pelo google, mas não obtive resultado algum, visto que os alunos, apesar de quase todos terem celular, não possuem o hábito de estudar por ele e também tem dificuldades de acesso a internet.

Tardif (2002, p.37 a 39) explica que:

[...] a prática docente não é apenas um objeto de saber das ciências da educação, ela é também, uma atividade que mobiliza diversos saberes que podem ser chamados de pedagógicos”. O autor destaca, ainda, que “os docentes, no exercício de suas funções e na prática de sua profissão, desenvolvem saberes específicos, baseados em seu trabalho cotidiano e no conhecimento de seu meio [...] os quais resultam da experiência e são por ela validados.

Assim, faz-se necessário que os docentes fundamentalizem suas práticas e busquem amparo para elas, principalmente, quando se trata de educação para um grupo tão diversificado quanto o da Educação de Jovens e Adultos e a população idosa.

Vale destacar que o acesso à Internet foi um dos grandes entraves educacionais durante a pandemia, haja vista que alguns fatores sociais foram evidentes, no caso, a exclusão de muitos alunos que não tinham não somente as ferramentas necessárias para estudar, mas não possuíam condições de acesso à Internet para realização das atividades propostas, bem como acesso às aulas. Além de ser uma prática desconhecida por muitos, principalmente, por não exercerem essa prática de estudo nesse formato.

Na busca de conhecer essas práticas educativas de atendimento a velhos, nesse período pandêmico inesperado e para entender, na concepção dos professores, se houve dificuldades de atendimento educacional aos mais velhos nesse contexto. Assim, emergiu a pergunta: Durante a pandemia, quais as dificuldades encontradas no exercício da prática profissional em trabalhar com turmas de Educação de Jovens e Adultos que possuem velhos?

De acordo com o depoimento do **P. Oswaldo Cruz**

P. Oswaldo Cruz 8: No período da pandemia foi exatamente essa questão do material que teve que ser readaptado à realidade da pandemia em que tentávamos esclarecer o que era necessário ser feito em cada atividade, um direcionamento, para que eles tivessem um resultado melhor nas avaliações, mas foi grande dificuldade, porque por se tratar de pessoas idosas, mais velhas, eles acabavam tendo muita dificuldade para responder, para devolver esse material, tínhamos dificuldade na devolutiva porque muitos não conseguiam responder. Isso foi uma grande barreira durante o período pandêmico.

O participante **Oswaldo Cruz** enfatiza a questão da dificuldade pautada em fatores inerentes não somente ao fato da velhice em si, mas algumas questões de interação, como alguém para acompanhar as atividades, bem como o uso das ferramentas digitais, como relata:

P. Oswaldo Cruz 8 reforça ainda em sua fala que : A dificuldade maior é porque eles acreditam que o ensino presencial seja mais direto e seguro para tirarem suas dúvidas e muitas vezes quando levam o material (para entregar) eles não tinham com quem tirar essas dúvidas, porque estavam a distância; a questão do domínio sobre a tecnologia que poderia facilitar esse contato (entre aluno e professor), muitos não têm esse domínio em tecnologia em relação a utilização do smartphone e computador. Então eles ficavam mesmo a depender do material impresso e isso foi um obstáculo grande para que eles viessem a ter uma melhor desenvoltura no conhecer e no aprender. Portanto, isso foi uma barreira muito grande durante o período da pandemia.

P. Cesar Lattes 8: Bastantes dificuldades, em relação principalmente ao isolamento dessas pessoas, pois os mais velhos foram os principais afetados nesta pandemia. Muitos nem podiam vir à escola buscar atividades porque já era um risco para eles. A escola foi tentando acompanhar cada caso porque também não podíamos ir lá levar atividades para eles, considerando os riscos de contaminação. No começo foi bem complicado, principalmente antes de chegar a vacina. Durante a pandemia eles acabaram se afastando bastante. Não perderam totalmente o contato pois falávamos por telefone, mas ficaram totalmente isolados durante um período mesmo quando a escola voltou a realizar atividades. Teve uma época que a escola fechou totalmente, mas mesmo depois disso os mais velhos demoraram a vir para a escola. Na própria escola os funcionários tinham medo de contaminá-los na entrega das atividades, mas com o tempo isso foi sendo contornado embora bastante difícil.

Um dos pontos relevantes apresentados no depoimento do **P. Cesar Lattes 8**, foi de evidenciar o reflexo da Covid 19 na vida dos velhos, uma vez que além da mudança de rotina, estes se encontravam no grupo de risco. Além do período de isolamento social, o medo, a angústia deles os colocaram em distanciamento físico. Percebeu-se que ocorreram entraves e resistência ao retorno das atividades, aos estudos dentre outros.

P. Santos Dumont 8: A pandemia gerou um distanciamento muito grande e uma homogeneização das práticas pedagógicas, pois eram mandados conteúdos e exercícios em papel para todos os alunos. Por isso, não há muito o que relatar acerca dessa questão.

O **P Santos Dumont 8**, destaca a questão do distanciamento entre professores e alunos e a homogeneização das atividades entregues aos alunos que, no caso, não adotaram as aulas online, mas sim, através da entrega de atividades impressas.

O ensino remoto foi uma alternativa que as instituições de ensino buscaram para evitar paralisação do ano letivo, uma das formas de desenvolver as atividades com seus alunos. Além disso, modificaram rotinas e demonstraram preocupação em relação à importância da interação no processo ensino e aprendizagem, perceptível e relatado pelos professores pesquisados. Nesse contexto, Valle e Marcom (2020, p. 141) afirmam que:

Os profissionais da educação precisam repensar as formas de interação e mediação a serem utilizadas no processo ensino-aprendizagem, uma vez que foram obrigados a reinventar e promover alternativas capazes de proporcionar aos alunos o acesso ao conhecimento, numa tentativa de salvar o ano letivo.

Assim, esse reinventar em alguns aspectos com as turmas de Educação de Jovens e Adultos, principalmente, devido à diversidade do seu público. A dinâmica desenvolvida também se deu em outros formatos, conforme relatados nas falas dos participantes, deixando em evidência não apenas a dificuldade de uso das mídias, como acesso à Internet por parte de muitos alunos, mas também, a padronização de atividades impressas enviadas, o distanciamento, o feedback positivo, ou seja, sanar as dúvidas de forma individual tornou-se algo desafiador.

6.4.2 Relatos dos Estudantes da EJA

Considera-se que a velhice é um processo natural que acontece na vida do ser humano, havendo mudanças biológicas, sem que a atividade cognitiva apresente a idade cronológica, contribuindo, assim, ao desejo do indivíduo em participar, ativamente, da sociedade.

O aumento de temas voltados à terceira idade, cada vez mais, tem sido uma prioridade e revelou seu caráter emergencial durante a pandemia (SEABRA *et al.* 2019; HAMMERSCHMIDT; SANTANA, 2020). Entretanto, é essencial salientar que as ações devem contemplar temáticas que envolvam lazer, trocas de experiências populares e culinárias, dentre outras (SEABRA *et al.*, 2019).

Diante do contexto da Covid 19, é notório o quanto esse momento pandêmico afetou os diversos segmentos da sociedade, principalmente, os idosos. As discussões sobre medidas de segurança, como o isolamento social, para esse grupo, foram relevantes no campo científico. Na área educacional, foi preciso toda uma reconfiguração de práticas no atendimento a estudantes e profissionais. Visto que este trabalho visa conhecer práticas educativas nesse contexto também.

O Parecer CP/CNE nº05/2020 de 28/04/2020, que trata da Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19, apresenta

no que diz respeito à Educação de Jovens e Adultos o seguinte texto:

- Enquanto perdurar a situação de emergência sanitária que impossibilite as atividades escolares presenciais, as medidas recomendadas para o ensino fundamental e para o ensino médio, na modalidade EJA, devem considerar as suas singularidades na elaboração de metodologias e práticas pedagógicas, conforme Parecer CNE/CEB nº 11, de 10 de maio de 2000 e a Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de julho de 2000 que estabeleceu as DCN's para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), e a Resolução CNE/CEB nº 3, de 15 de junho de 2010, que institui Diretrizes Operacionais para a EJA.
- Isso significa observância aos pressupostos de harmonização dos objetivos de aprendizagem ao mundo do trabalho, a valorização dos saberes não escolares e as implicações das condições de vida e trabalho dos estudantes. Recomenda-se que, respeitada a legislação e observando-se autonomia e competência, as instituições dialoguem com os estudantes na busca pelas melhores soluções, tendo em vista os interesses educacionais dos estudantes e o princípio normativo de “garantia de padrão de qualidade”. Pedagogia de projetos, incremento de apoio à infraestrutura das aulas e acesso à cultura e às artes, pode ensejar estímulos às atividades, considerando-se ainda as especificidades do ensino noturno.

Para isso, consideram-se os relatos dos estudantes que vivenciaram esse momento enquanto velhos, e também estudantes. Assim, na busca de conhecer as práticas de atendimento desenvolvidas nesse período, elaborou-se a presente questão: 14- Durante a pandemia, como o Sr. (Sr^a) se sentiu, enquanto idoso (a) e aluno (a)? Teve dificuldades de acesso e entendimento ao novo formato de funcionamento remoto do sistema educacional nesse contexto pandêmico? Explique.

P. Carlos Drummond 14: Não tive dificuldade nenhuma. Nesse contexto pandêmico a escola adaptou dois sistemas. Poderia ser presencial ou então ficava em casa pegando as apostilas na escola para responder em casa. Eu assinei um termo que eu queria presencial e assim finalizei o bimestre todo. Muitas vezes ficava sozinho com o professor, ou no máximo 2 ou 3 pessoas. Não tive dificuldade nenhuma e nunca tive medo dessa pandemia também.

Pesquisador: O senhor optou pelo presencial porque achava que era melhor e mais fácil?

P. Carlos Drummond 14: Estudar com a presença do professor facilita e aprendemos mais.

P. Cora Coralina 14 Nesse contexto de pandemia não tive problema nenhum porque que eu moro pertinho da escola e eu sempre estava em ordem com as minhas tarefas, eu gostava realmente de realizar as tarefas em casa. Mas na sala de aula é muito melhor estar presente com professor pois facilita com as explicações.

Os participantes Carlos e Cora concordam no sentido de não terem tido dificuldades na realização das atividades escolares, eles afirmam que era mais cômodo realizar diretamente

na Escola, com o auxílio do professor.

P. Hilda Hilst 14: Eu tive muita dificuldade sobre a pandemia. Eu fiquei fechada. A minha situação era de risco. Fiquei estudando em casa só indo à escola buscando os roteiros. Encontrei muita dificuldade na escola. Tive que pagar particular um professor para mim e para minhas colegas para poder concluir os estudos.

No entanto, para **P. Hilda Hilts 14**, o período pandêmico foi vivenciado de forma diferente, principalmente, por apresentar comorbidades e está no grupo de risco, o que dificultou ainda mais o desenvolvimento na realização das atividades diárias. Diante ao momento vivenciado, novas metodologias aumentaram as probabilidades de diálogo e informação entre sujeitos/idosos em díspares circunstâncias.

Houve um acesso instantâneo e eficaz que acontecia de forma remota, por meio de ações pedagógicas dirigidas, que finalizaram no cumprimento das medidas de prevenção e combate a Covid-19 e que automaticamente, mantinha cautela na prevenção da saúde do educando idoso, sem negligenciar o direito à educação e à vida saudável, como citado por **P. Carlos Drummond 14**, em que assinou o Termo para fazer as atividades na escola e, muitas vezes, ficava só ele e o professor em sala de aula

Diante das medidas adotadas pelas instituições de ensino, em cumprimento das exigências de medidas preventivas, e de segurança, conforme preconizada pela (OMS, 2020) a questão do momento pandêmico, trouxe algumas discursões e reflexões. Esta preocupação é demonstrada por Fonseca (2002, p. 47) ao afirmar que:

Uma proposta educativa precisa indagar seus alunos sobre suas próprias expectativas, demandas e desejos para indagar-se a si mesma sobre a sinceridade de sua disposição e a disponibilidade de suas condições para atendê-las ou com elas negociar. Pergunte-se, pois, a alunos e alunas da EJA: o que motiva seu próprio investimento na Educação do adulto que é ele mesmo?

A Instituição Escolar para o velho abrange significados além do apenas estudar, para eles, conforme percepções das entrevistas, a escola representa um espaço para fazer amizades, interagir e ocupar-se. Visões decorrentes da história de vida de cada um.

Diante do momento educacional proposto ao atendimento das turmas da EJA na referida escola pesquisada, trouxe outras preocupações e formas de atendimento a esse alunos que não fariam uso da internet, Valle e Marcon (2020, p. 147) afirmam que:

A maior preocupação diante da pandemia é exatamente encontrar possibilidades e estratégias para reduzir os efeitos negativos do isolamento temporário, mas precisamos ficar atentos às evidências que nos indicam lacunas de diversas naturezas que certamente serão criadas pela falta da interação presencial.

Os velhos entrevistados deixaram evidente em suas falas que, o distanciamento da

Escola não foi bom, pois sentiram faltas não apenas de estudarem, mas também, dos relacionamentos vivenciados na Escola, seja com colegas, ou servidores da Instituição. Esse fato pode ser comparado ao que foi observado por Sarreta (2011) em uma de suas pesquisas realizada com mulheres que voltaram aos estudos na velhice, de acordo com o autor:

Esse movimento de sair de casa e voltar a estudar aos 60 anos é repleto de significados. Para muitas é vontade de ler e escrever; para outras é a fuga da solidão; para outras é a convivência. Sob esse aspecto, a escola torna-se para essas alunas um lugar tanto para a aprendizagem quanto para o encontro com pessoas da mesma idade, com as mesmas histórias de vida e, com os jovens. Nesse contexto, essas alunas desfrutam e partilham as mesmas salas de aula, corredores, pátio, tornando, dessa maneira, a escola num lugar de construção de uma qualidade melhor de vida (SARRETA, 2011, p. 322).

Sendo assim, está na escola vai muito além de apenas escolarização, ou da preparação para ingresso no mercado de trabalho, essa demonstração de contentamento em participar ativamente das atividades da escola, e de construir relações, ficaram evidentes nesse estudo, e foram descritos pelos participantes, ou seja, a pandemia cortou esse movimento de ir e vir até a escola, impedido que os alunos tivessem esse contato direto, houve o distanciamento físico e consequentemente das vivências coletivas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo apresentado nesta pesquisa, versa sobre o conhecimento das práticas educativas desenvolvidas com velhos do Município de Palmas-TO que estão inseridos no contexto da Universidade da Maturidade, e velhos, estudantes da modalidade de Educação de Jovens e Adultos, da rede estadual de ensino.

Ao pesquisar como as práticas educacionais têm sido utilizadas para atender velhos em espaços institucionais, percebemos que as discussões do envelhecimento da população, embora tenha ampliado a visibilidade no campo científico, com legislações, e iniciativas que prevê a educação para esse público, a realidade não consegue, de fato, superar algumas expectativas para outros fins além da escolarização, como no caso, dos velhos que retornam à escola de educação formal.

Podemos afirmar que alguns dos fins que dizem respeito à garantia de seus direitos como preconizada na própria Constituição Federal de 1988, não podemos nos esquecer de que a dignidade humana baseia-se em um conjunto de normas que visam garantir a proteção e a promoção de igualdade. Desse modo, o acesso à educação escolarizada, não é garantia de permanência, e atendimento dentro das condições do sujeito, é preciso que haja a universalização das diferentes formas de saber.

As práticas educativas são importantes aliadas no enfrentamento do envelhecimento da população. Nessa perspectiva, por oportunizar aos velhos, condições de perceber o mundo com um novo olhar, o de sentir-se valorizado, e útil à sociedade, além de relacionar-se com novas gerações para compartilhar experiências, vivências, mudanças de conceitos e paradigmas, consideram o poder viver de maneira consciente, em que os estereótipos de que velho não tem utilidade, não aprende, é doente e não serve para nada, seja desmistificado.

Ao apresentar o trabalho educativo da Universidade da Maturidade da UFT, de Palmas-TO, conforme proposto em um dos objetivos deste estudo, evidência se nas antologias, nos documentos norteadores, bem como nos depoimentos dos participantes, que esta Instituição desempenha um papel social relevante, por ser considerada uma tecnologia social, e viver o ensino, pesquisa e extensão de forma que viabiliza um envelhecimento saudável, e consciente, e embora, em alguns momentos, apresentaram algumas dificuldades, a exemplificar no período da pandemia, ocorridas nos anos de 2020 e 2021, a situação não impediu a proposta de desenvolvimento das suas atividades, mas sim um momento de desafio

e mudança de estratégias no atendimento, que para solucionar tais demandas, foi criado o Projeto Humanizando, dentre tantos outros concretizados.

Por meio dessa tecnologia social UMA, é possível desenvolver ações com velhos, dentro do proposto, sempre se reinventando para o alcance de promover um envelhecimento ativo e com qualidade aos velhos, motivando-os a buscar mudanças significativas, seja em relação a si mesmo, ou ao outro.

Nas percepções dos participantes da pesquisa há um reconhecimento da sua própria identidade social e que as suas expectativas em relação a UMA são positivas, o que envolve conhecimentos, vínculos afetivos, novas amizades, interação, valorização e autonomia e tem transformado vidas, além da elevação, ou reconhecimento de autoestima.

De acordo com depoimentos dos participantes, os velhos passaram a ter vida social, e independência, o que tem melhorado as suas relações interpessoais, ou seja, são velhos participativos, e críticos, que entendem a importância de ser velho, e da inclusão em sociedade. Reconhecem se uma pessoa com potencial, e tem seu valor, o que independe da idade.

Ao analisar o levante de pesquisas, conforme apresentado no item 5.4, estudos realizados na Universidade da Maturidade, foi possível evidenciar que, embora as pesquisas sejam ricas na diversidade das temáticas, como a questão do envelhecimento e da intergeracionalidade entre crianças, jovens e adultos, observou-se que não há muitas pesquisas, no que diz respeito a discussão dessa relação entre velhos de outras instituições, como fator preponderante nessa relação de diálogo, vivências e trocas de experiências de seus pares.

Visto que o envelhecimento não é um fenômeno passageiro, e que as estatísticas têm nos demonstrado que a população idosa tem projeção de aumentar, a educação deve trazer as suas preocupações para o idoso do futuro. Vale destacar que com base nas percepções dos entrevistados do CECE da referida pesquisa, os participantes em suas informações demonstraram o desejo de que sejam elaborados programas, projetos e ações que englobam e valorizam suas experiências, que tratem também de sua qualificação para o mercado de trabalho, pois consideram se aptos a exercerem funções, independente da idade, almejam ainda, um currículo que abrangem os seus interesses como a culinária, música, informática, dança, dentre outros.

Sabemos que, os velhos, além de terem seus direitos reconhecidos, primam por práticas que visam à formação de atitudes de respeito com si mesmo e com o outro, bem

como reflexão das suas próprias atitudes. Considera, ainda, como é importante trabalhar questões relacionadas ao velho desde a infância, para quando chegarem à fase adulta tiver uma compreensão de respeito e valorização para com este. Ainda nessa perspectiva, os professores anseiam por uma legislação mais específica para trabalhar com velhos em turmas de EJA, visto que o referencial utilizado, o reordenamento curricular, não atende de forma plena o perfil dos alunos, pois é um documento adaptado do Ensino Médio regular. Além de melhorias na estrutura física, e materiais didáticos coerentes com a realidade destes. Ao relatarem sobre o período pandêmico, ficou nítido que trabalhar com as turmas de educação de Jovens e Adultos, foi preciso criar mecanismo em um formato diferente para que pudessem ser atendidos.

Diante da realização desta, e mediante a percepção dos participantes, espera-se que este estudo possibilite as Instituições de Ensino, foco da pesquisa, bem como a Secretaria de Educação do Estado do Tocantins e outras instituições, a análise dos dados e resultados sob a ótica de todos os envolvidos no processo, gestor educacional, professores e alunos.

Espera-se que, a partir dos resultados dessa pesquisa, os docentes que ministram aulas na EJA, sejam motivados a construir processos metodológicos que atendam aos anseios dos discentes para o alcance de um aprendizado significativo e eficaz, que, dentre os possíveis resultados a serem alcançados, seja considerada a especificidade dos alunos da educação de jovens e adultos, em especial, os velhos, possibilitando assim, reflexão, na relação, teórico-prática, com relevante atenção à diversidade do sujeito dentro de sua temporalidade e espaço. Conforme relatado por participantes do CECE, sugere se pensar num diagnóstico de identificação das reais necessidades dos alunos de Educação de Jovens e Adultos, para construção de um currículo adequado.

Assim, com este estudo realizado em dois ambientes distintos, um que envolve a rede estadual de ensino, na educação formal e outro não formal. A Universidade da Maturidade nos possibilitou conhecer pontos de vistas de velhos enquanto estudantes e professores em contextos diferentes. Diante dos resultados, teremos apontadores para servir de base tanto para a Educação de Jovens e Adultos que atua com velhos, quanto para pesquisadores que estudam sobre a temática de educação para velhos. Sendo este, um estudo específico do Estado do Tocantins.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. M. O. de & Cunha, G. G. Representações sociais do desenvolvimento humano. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 16 (1), 147-155, 2003.
- ALVARENGA, A.T de *et al.* **Histórico, fundamentos filosóficos e teórico- metodológicos da interdisciplinaridade**: Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia e inovação. Barueri: Manole, p. 3-68, 2011.
- ARANHA, M. L. de A. **História da educação**. 2 ed. São Paulo: Moderna, p.209, 1996.
- ARBACHE, Ana Paula. **A Formação de educadores de pessoas jovens e adultos numa perspectiva multicultural crítica**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro. Papel Virtual Editora, 2001.
- ARAUJO, F. J. O. *et al.* Impact of Sars-Cov-2and itsreverberation in global highereducation and mental health. **Psychiary Res.** 288:1-2, 2020.
- ARENA, A. P. B. A leitura de jornal e a exclusão de idosos. **Revista ACOALFA**. São Paulo, ano 5, n.9,p.9-23, 2011.
- ARGENTA, C. *et al.* Distanciamento social do idoso saudável durante a pandemia COVID-19: possibilidades e desafios. In: SANTANA, R. F. *et al.* **Enfermagem Gerontológica do cuidado do idoso em tempo da COVID-19**.Disponível em: <http://www.abennacional.org.br/site/wp-content/uploads/2020/05/E-BOOK-GERONTO.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2022.
- ARROYO, M.G. A Educação de Jovens e Adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. *In*: SOARES, Leôncio; (Org.). **Diálogos na Educação de Jovens e Adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p.19-50.
- ARROYO, M. Formar educadoras e educadores de jovens e adultos. *In*: SOARES, Leôncio (org.). **Formação de educadores de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, p.22- 23. 2006.
- ASSUNÇÃO, M. A. de. **Encarar o luto na Velhice: Uma perspectiva Educacional**. 2020.
- BALTES, P. B. Theoreticalpropositionsofthelifespandevelopmentalpsychology: Onthe dynamics betweengrowthand decline. **DevelopmentalPsychology**, 23, 611-696. 1987.
- BAUER, M.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto imagem e som**. Petrópolis, Vozes: 2002.
- BEHAR, P.A. **O Ensino Remoto Emergencial e a Educação a Distância**. Jornal da Universidade UFRGS, Porto Alegre, p.1-1, 2 jul. 2020.
- BEISIEGEL, C. de R. **Estado e Educação Popular: Um Estudo Sobre a Educação de Adultos**. São Paulo: Ática, 2004.
- BERT, G. G. (Orgs.). **Velhice e Sociedade**. Campinas-SP: Papyrus, 1999, p. 113-140.
- BEAUVOIR, S. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BRANDÃO, C. R. **O que é o método Paulo Freire**. 24. Ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

BRANSKI, R. M., FRANCO, R. A. C., & LIMA JÚNIOR, O. F. **Metodologia de Estudo de Casos Aplicada à Logística**. XXIV ANPET Congresso de Pesquisa e Ensino Em Transporte. http://www.lalt.fec.unicamp.br/scriba/files/escrita_português, 2010.

BRASIL. Declaração de Brasília sobre envelhecimento. *In*: **Seminário Mundial do Envelhecimento**: Uma Agenda para o Século XXI. 1 a 3 de julho de 1996, Brasília.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. Parecer CNE/CEB No 11/2000. Relator Conselheiro Carlos Roberto Jamil Cury. Diário Oficial da União, Brasília, 19 jul. 2000. <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002630.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2022.

BRASIL, **Ministério da Educação**. Coleção trabalhando com a educação de jovens e adultos, Caderno 5: O processo de aprendizagem dos alunos e professores. Brasília, 2006.

BRASIL. **Ministério da Educação e do Desporto**. Diretrizes Curriculares para Educação de Jovens e Adultos. Brasília, DF, 2000.

BRASIL. **Lei nº 8.842, de 04 de janeiro de 1994**. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF. 1994. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8842.htm. Acesso em: 2 de agosto 2022.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Referenciais de Qualidade para Educação Superior à Distância. Brasília: MEC, 2006.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília, DF, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/2003/L10.741.htm. Acesso em: 2 ago. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020**. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. Diário Oficial da União: Brasília, DF., edição 27, seção 1, 2020a. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.979-de-6-de-fevereiro-de-2020-242078735>. Acesso em: 2 de ago. 2022.

BRASIL. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 21 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 10 jul. 2022.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB n.º 1, de 5 de julho de 2000**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Diário Oficial da União, Brasília, 5 jul. 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf> . Acesso em: 10 jul. 2022.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB n.º 3, de 15 de junho de 2010**. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos à duração dos

cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA; idade mínima e certificação nos exames de EJA; e Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jun. 2010, seção 1, p. 66. Disponível em: <http://confinteabrazilmais6.mec.gov.br/images/documentos/resolucao032010cne.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2022.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB n.º 3, de 13 de maio de 2016**. Define Diretrizes Nacionais para o atendimento escolar de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. Diário Oficial da União, Brasília, 16 maio 2016, seção 1, p. 6. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=41061-rceb003-16-pdf&category_slug=maio-2016-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 11 jul. 2022.

BRASIL. Secretaria de Educação do Estado da Bahia. **Plano Plurianual de Alfabetização**. Salvador/BA, 2007. Disponível em: http://www.sec.ba.gov.br/topa/ppalfa_2007. Acesso em: 29 set. 2009.

BRASIL. LDB. **Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n.º 9394 de 20 de dezembro de 1996. Ministério da Educação. Brasília, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm Acesso em: 14 de jun. 2021.

BRASIL. **Parecer n.º 11, de 10 de maio de 2000**. Contempla as funções da Educação de Jovens e Adultos: reparadora, equalizadora e qualificadora. Brasília: 2000. Disponível em: http://www.uff.br/ejatrabalhadores/arquivos-agosto-2008/diretorF_parecer11_2000_resolucao1_00.pdf Acesso em: 10 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Departamento de Atenção Básica. Envelhecimento e saúde da pessoa idosa**. Ministério da Saúde, 2010.
BRASIL. Declaração de Brasília sobre envelhecimento. *In: Seminário Mundial do Envelhecimento: Uma Agenda para o Século XXI*. 1 a 3 de julho de 1996, Brasília.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Plano de Contingência Nacional para Infecção Humana pelo novo Coronavírus COVID-19**. Brasília: Ministério da Saúde; 2020. Disponível em: <https://portalquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2020/fevereiro/13/plano-contingencia-coronavirus-COVID19.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2020.

BRASIL. Declaração de Brasília sobre envelhecimento. *In: Seminário Mundial do Envelhecimento: Uma Agenda para o Século XXI*. 1 a 3 de julho de 1996, Brasília. Disponível em: <http://www.ufsm.br/antartica/Palestra%206.htm>. Acesso em: 05 jan. 2005.

BRASIL. **Artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: <http://www.unidosparaosdireitoshumanos.com.pt>. Acesso em: 12 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **O que é o Coronavírus? (COVID-19)**. 2020. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/>. Acesso em: 3 mar. 2022.

BURATTI, J. B. B; FACHINETTO, J.M; SILVA, J. A. G; COLET, C.F; STUMM, E.M.F. Vivências de uma Mestranda em Tempos de Pandemia. **Revista Brasileira de Pós-Graduação – RBPG, ISSN (on-line): 2358-2332**. Brasília, v.17, n. 37, jan./jun., 2021.

- CALDAS, C. P.; THOMAZ, A. F. A velhice no olhar do outro: Uma perspectiva do jovem sobre o que é ser velho. **Revista Kairós Gerontologia online**, 13 (2), p.217, 244, SP: Brasil. Nov. 2010. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/5367>. Acesso em: jun.2015.
- CALDAS, C. P. Envelhecimento com dependência: responsabilidades e demandas da família. **Cadernos de Saúde Pública**, 19(3), 773-781.2003.
- CACHIONI, M. **Quem educa os idosos?** Um estudo sobre professores de Universidade da Terceira Idade. Campinas, SP: Editora Alínea, 2003.
- CACHIONI, M; NÉRI, A. L. Educação e Gerontologia: Desafios e Oportunidades. **Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano**, Passo Fundo, v. 1, n. 1, p. 99-115, jan./jun. 2004.
- CARVALHO FILHO, E. T. & Papaléo Netto, M. **Geriatrics: fundamentos, clínica e terapêutica**. 2 ed., São Paulo: Atheneu, 2006.
- CASCAIS, M. das G. A. TERÁN, A. F. Educação formal, informal e não formal na educação em ciências. **Ciência em Tela**. V. 7, n. 2. P. 1-10. 2014. Disponível em: <http://www.cienciaemtela.nutes.ufrj.br/artigos/0702enf.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2020.
- CANDAU, Vera Maria (Org.). **Rumo a uma nova didática**. 14. Ed. Petrópolis: Vozes, 2002. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- Delors, J. ; Mufti. *et al.* **Educação: um tesouro a descobrir**. Brasília: UNESCO, 2001.
- CASTIONI, R. Universidades Federais na Pandemia da Covid-19: acesso discente à internet e ensino remoto emergencial. Ensaio Aval. Pol. Públ. Educ., Rio de Janeiro, v.29, n.11, p.399-419, abr/jun. 2021.
- CAVALCANTE, S.P. *et al.* . Educação Superior em Saúde: a educação a distância em meio à crise do novo coronavírus no Brasil. Av. **Revista de Enfermagem**.38(supl):52-60, 2020.
- CERICATTO, S. K. **Universidade da Maturidade: Uma Alternativa de Prática Educativa para Redução da Exclusão Social na Velhice dos Tocantinenses**. 2018.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; DA SILVA, R. **Metodologia científica**. 6 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- CHARLOT, B. **Da relação com o saber as práticas educativas**. Cortez editora. 2013.
- COHEN, L., Manion, L., & MORRISON, K. **Research Methods in Education**. 8th ed. Routledge, 2018.
- COOPER, K. O programa aeróbico para o bem estar total. Rio de Janeiro: Nórdica. 1982.
- COSTA, S. Q. B. G. da. **A Educação Intergeracional como Tecnologia Social: uma vivência no âmbito da Universidade da Maturidade** - UFT. 2015.

COSTA, A. F. **Era uma vez: A história de velhos com base freiriana para promoção da intergeracionalidade na Educação Infantil.** 2019.

CRESWELL, J. W., & POTH, C. N. *Qualitative Inquiry & Research Design: Choosing Among Five Approaches* (4th ed.) SAGE Publications, *In: Diretrizes para Educação Básica*, 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12992-diretrizes-para-a-educacao-basica_Acesso em: 12 mar. 2020.

DERNTL, A. M. As muitas autonomias e o autocuidado. **Gerontologia**, São Paulo, v.6, n.4, p.197-199, 1998.

DOURADO, Simone Pereira da Costa. “A pandemia de COVID-19 e a conversão de idosos em ‘grupo de risco’”. *Cadernos de Campo*, vol.29, suplemento. São Paulo, p. 153- 162, 2020.

EISENHARDT, K.M. Building theories form case study research. **Academy of Management Review**. New York, New York, v. 14 n. 4. 1989.

FAUNDEZ, A. Alfabetização, Pós-Alfabetização e cultura Oral na Educação Africana. *In: GADOTTI, Moacir: História das Ideias Pedagógicas*. São Paulo: Ática, p.213-214, 2002.

FERNANDES, G.P. CONTIERO, L. Educação de idosos: um novo olhar sobre EJA. **Anais III CONEDU - Congresso Nacional de Educação**. 2021.

FERNANDES, G.P. SIRAICHI, J.T. **Um novo olhar para EJA: educação de idosos**. GT18 – Educação de Pessoas jovens e Adultas – Trabalho 601. *Democracia em risco: pós-graduação em contexto de resistência*. 2017.

FERNANDES, A. P. Leitura e Construção da Escrita: Sabores e Saberes Na Sala de Jovens e Adultos. *In: Educação de Jovens e Adultos: uma possibilidade de aprendizagem ao longo da vida*. IV SIMPÓSIO GEPEJA, 2012.

FERRARI, M. A. C. O envelhecer no Brasil. **O mundo da saúde**, São Paulo, v.23, n.4, p.197- 203. 1999.

FLORES SOBRINHO, M. H. de J. **A Universidade da Maturidade: O Reflexo das Práticas Sociopedagógicas Desenvolvidas em Araguaína - TO**. 2020.

FONTANA, F. Técnicas de pesquisa. *In: MAZUCATO, T. (org.). Metodologia da pesquisa e do trabalho científico*. Penápolis, SP: FUNEPE, 2018. p. 59-78.

FONSECA, M. da C. dos R. **Educação matemática de jovens e adultos - especificidades, desafios e contribuições**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

FRANÇA, L. C. M. **Caos, espaço, educação**. Annablume, 1994.

Freire A.S. Envelhecimento bem-sucedido e bem-estar psicológico. *In: Néri A.L. e Freire*

A.S.(Orgs). **E por falar em boa velhice**. Campinas, Papirus; 2000.

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000.

FREIRE, P. **Conscientização**: teoria e prática da libertação. 3. ed. São Paulo: Centauro, 1980.

FREIRE, P.; GUIMARÃES, S. **Sobre educação**: lições de casa. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 24. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 32 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. M. D. **Alfabetização**: leitura do mundo, leitura da palavra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

FREIRE, P. **A Importância do Ato de Ler**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 1989.

FREIRE, P. A educação é um quefazer neutro? In: GADOTTI, Moacir, **História das Ideias Pedagógicas**. São Paulo: Ática, 2002, p. 254.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**. São Paulo: Cortez; 1997.

FREIRE, P. **Política e Educação**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação**. 3ed. São Paulo: Centauro, 1980.

FREIRE, P.; GUIMARÃES, S. **Sobre educação**: lições de casa. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

FUCK, I.T. **Alfabetização de Adultos**: Relato de uma experiência construtivista. 8. Ed. Petrópolis: 2002.

GARCIA, M. A. A. *et al.* Atenção à saúde em grupos sob a perspectiva dos idosos. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**; 14(2),175-182, 2006.

GAMA, T. C. da C.L. Práticas educativas para o idoso: um estudo comparativo. **Revista Travessias**. V.10, n-2, 27 ed. 2016.

GADOTTI, M. Educação popular e educação ao longo da vida. In: NACIF, Paulo Gabriel Soledade *et al.* (org.). **Confitea Brasil +6: tema central e oficinas temáticas**. Brasília: MEC, p. 50-69. 2016.

GADOTTI, M. **Convite à leitura de Paulo Freire**. São Paulo: Scipione, 1989.

GASPARI, J.C.; SCHWARTZ, G.M. O idoso e a ressignificação emocional do lazer. **Psicol.**

Teor. Pesq., v.21, n.1, p.69-76, 2005.

GIL, A. C. **Como Elaborar projetos de Pesquisa**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GÓES, E. H. S. **Minecraft como Mediados de Aprendizagem Intergeracional**. 2018.

GOLDANI, A. M. “Ageism” in Brazil: what is it? who does it? what to do with it?. **Rev. bras. estud. Popul**, 2010.

GOLDEMBERG, Mirian. **A bela velhice**. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

GORDILHO, A. *et al.* **Desafios a serem enfrentados no terceiro milênio pelo setor saúde na atenção integral ao idoso**. Rio de Janeiro, UnATI / UERJ, 2000.

GOMES, Lucy; LOURES, Marta Carvalho; ALENCAR, Josélia. Universidades abertas da terceira idade. **Revista Dialogos**, v. 4, 2004.

GRACIANO, M. (Org.). **A educação entre os direitos humanos**. Campinas, SP: Autores Associados; São Paulo, SP: Ação Educativa, 2006.

GUTZ, L; CAMARGO, B. V. Espiritualidade entre idosos mais velhos: um estudo de representações sociais. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 16, p. 793- 804. 2013.

HAMMERSCHMIDT, K. S. A.; SANTANA, R. F. Saúde do idoso em tempos de pandemia COVID-19. **Revista Cogitare Enfermagem**, Curitiba/PR, v. 25, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/72849/pdf>. Acesso em: 21 maio 2021.

HORTA, A. L. M.; FERREIRA, D. C. O.; ZHAO, L. M. Envelhecimento, Estratégias de enfrentamento do Idoso e repercussões na Família. **Revista brasileira de enfermagem**. V.63, n.4, p.523-528, 2010.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística** - Brasília, DF: Censo Demográfico Brasileiro, 2001.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. População residente de 60 anos ou mais de idade. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 21 maio 2021.

LAKATOS, E. M. e MARCONI, M. de A. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LAZZARETTI, V. P. Os Métodos Autocompositivos de Solução de Conflitos no Ambiente da Universidade da Maturidade de Palmas/TO. 2018.

LIMA, José Carlos. O uso do Whatsapp como ferramenta pedagógica no processo de ensino-aprendizagem na EJA. 140 fl. Dissertação (Mestrado em Educação) – Departamento de Pós-graduação, Universidade do Estado da Bahia. Salvador, 2020.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos para quê**. São Paulo: Cortez. 7 ed. 2004.

LYRA, C. **As Quarenta horas de Angicos**: uma experiência pioneira de Educação. São Paulo: Cortez, 1996.

LÜDKE, M. E.D.A. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MAANEN, J. V. **Reclaiming Qualitative Methods for Organizational Research**: a preface. **Administratives ciencequaterly**, v. 24, n. 4, p. 520-6, dec. 1979.

MARQUEZAN, A. L. C. O. **Avaliação do potencial criativo em crianças no contexto de aprendizagem no Ballet Clássico**. 2016.

MATOS, L.ígia F. P. **Aprendizagem significativa da língua inglesa para velhos: um estudo de caso na Universidade da Maturidade Polo Palmas Tocantins**. 2018.

MELO, C.B. *et al.* Ensino Remoto nas Universidades Federais do Brasil: desafios e adaptações da educação durante a pandemia. **Research. Society and Development**, v. 9, n. 11, e4049119866, 2020.

MENDES, M.R.S.S.B. *et al.* A situação social do idoso no Brasil: uma breve consideração. **Acta Paulista de Enfermagem**. V.18, São Paulo, out./dez. 2005.

MORAIS, C. de S. **Educação para o trânsito**: uma pesquisa-ação com os acadêmicos da Universidade da Maturidade de Araguaína -TO. 2019.

MORAES, R. A.; PEREIRA, E. W. A política de educação a distância no Brasil e os desafios na formação de professores na educação superior. In: **SEMINÁRIO DO HISTEDBR. EIXO2. HISTÓRIA, POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO**. 2009. Disponível em: <https://histedbrnovo.fe.unicamp.br/pfhistedbr/seminario/seminario8/files/mBv36y8F.doc>.

Acesso em: abril, 2020.

MORAN, J. M. **Novas tecnologias e mediações pedagógicas**. 13. ed. São Paulo: Papirus, 2007.

MORAN, J. M. **A educação que desejamos**. Modificar a forma de ensinar. A aprendizagem de ser educador. As etapas de aprendizagem a ser docente. Educar o educador. Disponível em: www.eca.usp.br/ Acesso em: dez./2007.

MORÁN, J. Mudando a educação com metodologias ativa. In: SOUZA, C. A. de, MORALES, O. E. T. (orgs). PG: Foca Foto. **PROEX/UEPG**, p. 15-33, 2015.

MORBECK, N. B. M. **Abordagem Educativa para o Uso de Medicamentos em Remanescentes Quilombolas: Uma Perspectiva Freiriana**. 2014.

MORIN, Edgar. Ensinar a compreensão. In: **Os saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.p.93-104.

MOZZATO, A.R; SGARBOSSA, M; MOZZATO, F.R. O que aconteceu com os que

ensinam? O impacto da Covid-19 sobre a rotina e a saúde dos professores universitários. **Revista Sustinere**, Rio de Janeiro, v.9, suplemento 2, p.487- 508, setembro, 2021.

MURILLO, E. N.; CORREA, M. P. C.; AGUIRRE, O. L. C. Representaciones de la vejez em relación con el proceso salud e nfermidad de un grupo de ancianos. **Hacia Promoción Salud**. V.11, p. 107-18, 2006.

NARCISO, L. G. de S. **Análise da evasão nos cursos técnicos do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (Câmpus Arinos): exclusão da escola ou exclusão na escola?** 2015. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/159413/337100.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 17 jul. 2022.

OKUMA, S. S. **O idoso e a atividade física**. Campinas, São Paulo: Papirus, 1998.

NERI, A. L., CACHIONI, M. Velhice bem-sucedida e educação. *In*: NERI, A. L.; DE-OLIVEIRA, R. C. S, SCORTEGAGNA, P. A., OLIVEIRA, F. S **Extensão universitária: perspectivas e ações para a terceira idade**. *In*: OLIVEIRA, R. C. S, SCORTEGAGNA, P. A. **Universidade Aberta para a Terceira Idade: o idoso como protagonista na extensão universitária**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2015.

NETO, L. S. S. et al. Educação e Saúde para Idosos: um relato de experiência do projeto UMANIZANDO em tempos de COVID-19. **Revista Observatório**, v. 6, n. 3, p. 13, 2020.

NUNES, F. A. F. **Rede EnvelheSer, uma proposta tecnológica à disposição dos mais velhos: estudo de caso na Universidade da Maturidade**. 2018.

OLIVEIRA, J. de. **Tanatopedagogia na Escola: Práticas Educativas Intergeracionais da Universidade da Maturidade de Araguaína** - TO. 2016.

OLIVEIRA, SCORTEGAGNA, OLIVEIRA. Universidades Abertas a Terceira Idade: delineando um novo Espaço educacional para o idoso. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, nº 64, p. 343-358, set. 2015.

OLIVEIRA, R. P. de. O Direito à Educação na Constituição Federal de 1988 e seu restabelecimento pelo sistema de Justiça. **Revista brasileira de educação**, v. 11, p. 61-74, 1999.

OLIVEIRA, M. C.G. M de, *et al.* **Individuals in multi generational house holds: family composition, satisfaction withlife and social involvement**. *Estud. psicol.* (Campinas), 2020.

OMS. **Organização Mundial da Saúde**. 2002.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Plano de ação internacional sobre o envelhecimento**. Tradução de Arlene Santos, revisão de português de Alkmin Cunha; revisão técnica de Jurilza M.B. de Mendonça e Vitória Gois. – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003.

ORDONEZ, T. N.; CACHIONI, M. Universidade aberta à terceira idade: a experiência da Escola de Artes, Ciências e Humanidades. **Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano**, Passo Fundo, v. 6, n. 1, p. 74-86, jan./abr. 2009.

OSÓRIO, N. B.; SILVA NETO L. S.; SOUSA, J.M. Educação era dos avós contemporâneos na educação dos netos e relações familiares: um estudo de caso na Universidade da Maturidade da Universidade Federal do Tocantins. **Revista Signos**, Lajeado, ano 39, n. 01, 2018.

OSÓRIO, N. B.; SOUZA, D. M.; SILVA NETO, Luiz Sinésio. **Universidade da Maturidade: ressignificandovidas**.2013. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo8-direitosepoliticaspUBLICAS/universidadedamaturidade-ressignificandovidas.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2019.

ONU. Organização das Nações Unidas. **A ONU e as pessoas idosas**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/acao/pessoas-idosas/>. Acesso em: 1º maio 2020.

OPAS. Organização Panamericana De Saúde. **Prevenção e controle de infecção durante os cuidados de saúde quando houver suspeita de infecção pelo novo Coronavírus (nCoV)**. Diretrizes provisórias 25 de janeiro 2020.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno. Texto 1 – Educação de jovens, adultos e idosos. *In*: BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação à distância. Educação ao longo da vida. Ano XIX**, nº 11. Brasília: MEC, 2009.

PAPALÉO NETTO, M. O estudo da velhice no séc.XX: histórico, definição do campo e termos básicos. *In*: FREITAS, E. *et al.* (Orgs.). **Tratado de geriatria e gerontologia**, 4ª edição. Rio de Janeiro: Guanabara Kroogan, 2018, p. 2-12.

PAIVA, V. Educação de popular e educação de adultos. São Paulo, Edições Loyola, 1987.

PAIVA, V. P. **Educação popular e educação de jovens e adultos**. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 1973.

PAIVA, V. P. **Educação Popular e Educação de Adultos**. São Paulo: Loyola, 1983. Disponível em: <https://fazerpedagogia2.webnode.com.br/pensadores/paulo-freire/> . Acesso em: 18 abr. 2022.

PASCHOA, S.M.P. Autonomia e Independência. *In*: Papaléo-Netto M., editor. **Gerontologia**. São Paulo: Editora Atheneu, p.313-23, 1996.

PASCOAL, M.; SANTOS, D. S. A.; BROEK, V. V. Qualidade de vida, terceira idade e atividades físicas. **Motriz**, v.12, n.3, p.217-228, Rio Claro, 2006.

PEREIRA, S. dos R. B. **A intergeracionalidade por meio da contação de histórias na Universidade da Maturidade da Universidade Federal do Tocantins**. 2020.

PERES, M. A. C. Velhice, educação e exclusão: a educação de jovens e adultos e o analfabetismo entre idosos, **Verinotio**, n. 11, Ano VI, abr. 2010.

PHILIPPI JUNIOR, A; SILVA NETO, A J. Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia e inovação. *In: Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia e inovação*. p. 229- 325, 2011.

PINTO, A.V. **Sete lições sobre a educação de adultos**. São Paulo: Cortez; 1989.

PLATON, **Oeuvres complètes**. Paris: Gallimard, 1970.

PPP/UMA/UFT. **Projeto Político Pedagógico da Universidade da Maturidade de Palmas - TO**. Universidade Federal do Tocantins. UMA/UFT: 2021.

PPP/CECE. **Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual Criança Esperança**. Secretaria de Estado da Educação. Seduc: 2022.

PINHO, M. J. M.; M. J.da S. SANTOS, J. S. dos. Índícios de inovação e criatividade no processo de formação continuada *In: Revista Conjectura: Filos. Educ.*, Caxias do Sul, v.20, n. 2, p. 129-150, maio/ago. 2015. Disponível em:http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/viewFile/2485/pdf_427. Acesso em: 3 maio 2017.

PRADA, L. E.A. **Formação participativa de docentes em serviço**. Taubaté: Cabral Editora Universitária, 1997.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Universidade FEEVALE. 2 ed. Novo Hamburgo, RS, 2013.

SÁ, J. M. **Extensão universitária na área de Gerontologia** - a Produção das Instituições Brasileiras de Ensino Superior. PUC Campinas, 1999.

SACRISTÁN, J. G. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Tradução Ernani F. da Fonseca Rosa. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SALTINI, C. **Afetividade e inteligência**. Rio de Janeiro: Wak, 2008.

SALGADO, M. A. Os grupos e a ação pedagógica do trabalho social com idosos. A terceira Idade: Estudos sobre o envelhecimento. **SESC SP**, v. 18, n. 39, 2007.

SAMPAIO, M. A. P. *et al.* A construção da avosidade na literatura científica Brasileira: uma revisão integrativa de literatura. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 3, p. 24565-24576, 2021.

SAN MARTÍN, H., & PASTOR, V. **La epidemiologia de la vejez**. Rio de Janeiro: Atheneu, 1996.

SANTANA, H. B; SENA, K. L. O idoso e a representação de si. **A terceira idade**, São Paulo, v. 14, n. 28, p. 44-53, set. 2003.

SANTOS, E. **Pesquisa-formação na cibercultura**. Santo Tirso: White Books, 2014.

SANTOS, A. T.; SÁ, M. A. A. S. De volta às aulas: ensino e aprendizagem na terceira idade. In: NERI, A. L.; FREIRE, S. A. (Orgs.). **E por falar em boa velhice**. Campinas-SP: Papirus, p. 91-100, 2000.

SANTOS, A. de P. M. dos; MARTINS, C. D. Qualidade de vida de idosos participantes do grupo de ginástica em fortuna de minas, Minas Gerais. **Revista Brasileira de Ciências da Vida**, v. 5, n. 4, p. 20-20, 2017.

SARRETA, E. O idoso na sala de aula: um novo ator. In: Simpósio Internacional de Ensino de Língua Portuguesa – SIELP, 1., 2011, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: EDUFU, 2011.

SEABRA, C. A. M. *et al.* Educação em saúde como estratégia para promoção da saúde dos idosos: uma revisão integrativa. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Maracanã/RJ, v. 22, n. 4, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S180998232019000400301&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 25 maio 2020. Recebido em: 06 de junho de 2020. Versão corrigida recebida em: 12 de agosto de 2020. Aceito em: 12 ago. de 2020. Publicado online em: 03 de agosto de 2022.

SILVA, H. T. R da; MOURA, T. M. S. Educação de Jovens e Adultos - EJA: Desafios e Práticas Pedagógicas. 2013. Disponível em: <http://revista.univar.edu.br/index.php/interdisciplinar/article/view/53>. Acesso em: 10 mar. 2020.

SILVA, A.F. *et al.* Saúde Mental de Docentes Universitários em Tempos de Pandemia. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 30(2), e300216, 2020.

SILVA, A. C. da. **Velhos em Tempos de Pandemia de Coronavírus (Covid- 19) Em Palmas -Tocantins**. 2020.

SOARES, L. **Educação de Jovens e Adultos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SOUZA, J. F.de. **Prática Pedagógica e Formação de Professores**. Recife: ed. Universitária da UFPE, 2012.

SOUZA, J. M. de. **Estereótipos de Velho Representados em Contos da Literatura Brasileira**. 2020.

SOUZA, J.B *et all.* Vivências do Trabalho Remoto no Contexto da Covid-19: reflexões com docentes de enfermagem. **Cogit. Enferm.**, v. 26: e77243. 2021.

SOUZA, R. F.; SKUBS, T.; BRÊTAS, A. C. P. Envelhecimento e família: uma nova perspectiva para o cuidado de enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem**. v.60, n.3, p.263-267, 2007.

STELLA, F. Ansiedade no idoso. *In*: O. V. Forlenza (Ed), **Psiquiatria Geriátrica: do diagnóstico precoce à reabilitação** p. 97-106, São Paulo: Atheneu, 2007.

TAVARES, M. M. K.; SOUZA, S. T. C. de. Os idosos e as barreiras de acesso às novas tecnologias da informação e comunicação. **Novas tecnologias na Educação**, v.10, n.1, jul.2012.

TEDESCO, J. C. **O Novo Pacto Educativo, Educação Competitividade e Cidadania na Sociedade Moderna**. Ed. Ática, 4ª impressão, 1995.

TOCANTINS, UMA. **Universidade da Maturidade da Universidade Federal do Tocantins: Uma Proposta Educacional para o Envelhecimento digno e ativo no Tocantins**. Tocantins: UFT, 2006.

TOCANTINS, **Reordenamento Curricular da Educação de Jovens e Adultos, 3º Segmento**. Palmas, 2021.

TOMASEVSKI, K. Por que a educação não é gratuita? *In*: HADDAD, Sérgio; TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

TORALES, J. *et al.* A. The outbreak of COVID-19 coronavirus and its impact on global mental health. *Inst. J. Soc. Psychiatry*. 66 (94): 317-320, 2020.

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: A pesquisa qualitativa em educação. São Paulo, SP: Atlas. YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 4 ed. Porto Alegre: Bookman, 1987.

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UMA- UNIVERSIDADE DA MATURIDADE. Site. Disponível em: <http://sites.uft.edu.br/uma/>. Acessado em: 5 mar. 2021.

UNESCO. **Educação para Todos, 2000-2015**: progressos e desafios; relatório de monitoramento global de Educação para Todos (EPT); relatório conciso. Brasília: UNESCO, 2015.

UNESCO. **Incheon Declaration: Education 2030**. Paris: UNESCO, UNICEF, World Bank Group, UNFPA, UNDP, UN Women, UNHCR, 2015.

VIRGENTIN, A. **Impactos da Pandemia da Covid-19 na Educação e o Uso das Tecnologias Educacionais**. **Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação**. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à Faculdade de Educação da UNICAMP, para obtenção do título de licenciatura em Pedagogia, 2020.

WANG, J. ; WANG, F. Strengths, Weaknesses, opportunities and threats (SWOT) Analysis of China's prevention and control strategy for the COVID-19 epidemic. *Int. J Environ Res Public Health*. 17 (7):1-17, 2020.

VALLE, P. D.; MARCOM, J. L. R. Desafios da prática pedagógica e as competências para ensinar em tempos de pandemia. *In*: PALÚ, J.; SCHÜTZ, J. A.; MAYER, L. (org.). **Desafios da educação em tempos de pandemia**. Cruz Alta: Ilustração, 2020.

VON, H. J, MELO W.V. de. **Compreensão da morte e desenvolvimento humano: contribuições à psicologia hospitalar**. Estud. pesqui. Psicologia. 2009.

WALDOW, V.R. **Cuidado Humano: O resgate necessário**. Rio Grande do Sul: Sagra Luzzatto, 1998.

YIN, R. K. **Pesquisa Estudo de Caso - Desenho e Métodos**. 2 ed. Porto Alegre: Bookman. 1994.

ZAYAS, E.L. **O Paradigma da Educação Continuada**. Porto Alegre: Penso; 2012

APÊNDICES

APÊNDICE A - Modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

podem ser: inibição pelo uso do gravador, constrangimentos ao relatar situações correspondentes a sua vivência diária em sala de aula, ou em ambiente educacional, social, mal-estar, nervosismo, tristeza, ansiedade, cansaço ao responder às perguntas, ou, até, reviver experiências impresumíveis como o do resgate de memórias.

Caso seja identificada pelo pesquisador, a presença de qualquer um desses danos ou mesmo de algum outro aqui não mencionado, a entrevista será imediatamente suspensa e, se possível, realizada em outro horário, quando a/o entrevistada/o sentir-se mais à vontade e em condições de continuar a entrevista, em que as mesmas perguntas serão respondidas somente as que forem adequadas e em comum acordo. Durante o processo de entrevistas, em qualquer momento, se o (a) Sr. (Sr.ª) sofrer algum dano prejudicial a sua integridade física e/ou psicológica seja ele de cunho físico, psíquico, moral, intelectual ou financeiro o candidato terá direito à assistência médica, psicológica ou de qualquer outra especialidade clínica gratuitamente pelo tempo que for necessário, mesmo que esta tenha retirado seu consentimento, independente do motivo. E o fato será imediatamente comunicado ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Tocantins- UFT, para adequação ou mesmo suspensão dessa pesquisa. Destacando ainda que se Srº tiver algum gasto que seja devido à sua participação na pesquisa, será ressarcido, caso solicite. E em qualquer momento, venha sofrer algum dano comprovadamente decorrente desta pesquisa, terá direito a indenização.

O (a) Sr. (Sr.ª) não obterá nenhuma despesa e também não receberá nenhum pagamento ou qualquer outro tipo de benefício. Aceitando participar, o (a) Sr. (Sr.ª) estará colaborando para o fomento de discussões acerca da temática, e ampliação do quantitativo de trabalhos acadêmicos, bem como contribuindo para as possíveis políticas públicas direcionadas ao grupo dos mais velhos, além de preservar a identidade, e valorização das experiências e vivências dos mais velhos sob o recorte da história da educação do qual o (a) Sr.(Sr.ª) fez parte e partilhará fatos, vivências e acontecimentos nessa pesquisa.

Em relação aos benefícios, a pesquisa pretende propiciar à/ao participante o conhecimento acerca das práticas educativas desenvolvidas, evolução e políticas públicas para esse grupo, além de conhecer as principais dificuldades, facilidades e desafios enfrentados pelos mesmos, durante o processo de busca pela educação em um contexto diferente da sua realidade de anos anteriores, o período pandêmico, além da interação com novas gerações.

AUTONOMIA

É assegurado ao (à) Sr. (Sr.^a) independente do motivo e sem nenhum prejuízo desistir de continuar participando desta pesquisa, Mesmo após consentir com sua participação o (a) Sr. (Sr.^a), terá o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes, durante ou depois da entrevista, terá, também, o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências e receberá uma cópia deste TCLE, que será produzido em duas vias.

SIGILO E PRIVACIDADE

A confidencialidade dos seus dados será de inteira responsabilidade do pesquisador. Se desejar anonimato de sua identidade ou qualquer tipo informação que a identifique, estas não serão divulgadas. O método proposto será o estudo de caso, que consiste na coleta de dados, por meio de entrevistas que depois serão transcritas, integralmente, pelo pesquisador que devolverá a transcrição de sua entrevista para que o (a) Sr. (Sr.^a) possa autorizar sua utilização.

CONTATO

Em qualquer fase do estudo para eventuais esclarecimentos, ou críticas de qualquer tipo ou dúvidas sobre as informações prestadas e seus dados, o Sr. (Sr.^a) poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável, Elizangela Fernandes Pereira Evangelista, aluna regularmente matriculada, matrícula de nº 2020233963 no Programa de Pós-Graduação Acadêmico em Educação da Universidade Federal do Tocantins/UFT, no endereço: Rua SE 05, Quadra 104 Sul, lote 36, Condomínio Vascone, localizado na cidade de Palmas- Tocantins, telefone (63) 98429-5646, no e-mail elizzfernandes@hotmail.com ou elizangelaevangelista@seduc.to.gov.br. Em caso de dúvidas quanto aos aspectos éticos da pesquisa o(a) Sr (a) poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFT. O Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) é composto por um grupo de pessoas que estão trabalhando para garantir que seus direitos como participante de pesquisa sejam respeitados. Ele tem a obrigação de avaliar se a pesquisa foi planejada e se está sendo executada de forma ética. Se você achar que a pesquisa não está sendo realizada da forma como você imaginou ou que está sendo prejudicado de alguma forma, você pode entrar em contato com o CEP da Universidade Federal do Tocantins pelo telefone 63 3229 4023, pelo email: cep_uft@uft.edu.br, ou Quadra 109 Norte, Av. Ns 15, ALCNO 14, Prédio do

Almoxarifado, CEP-UFT 77001-090 - Palmas/TO. O (A) Sr. (a) pode inclusive fazer a reclamação sem se identificar, se preferir. O horário de atendimento do CEP é de segunda e terça das 14 as 17 horas e quarta e quinta das 9 as 12 horas.”

APÊNDICE B - Modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido-TCLE



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TECLE -
ASSINATURA DE PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA

Mestranda/ pesquisador: Elizangela Fernandes Pereira Evangelista

Matrícula: 2020233963

COLÉGIO ESTADUAL CRIANÇA ESPERANÇA: Práticas Educativas no
Atendimento a velhos.

UNIVERSIDADE DA MATURIDADE: Práticas Educativas no Atendimento a velhos.

Participante voluntário da UMA () Participante voluntário da Escola ()
)

Pesquisador Responsável: Elizangela Fernandes Pereira Evangelista (63)98429-5646

Universidade Federal do Tocantins. Telefones para contato: (63) 3229-4201

Nome do (a) voluntário (a): _____

Sexo: () Masc. () Fem.

Endereço: _____

Data de nascimento: ___/___/___

RG ou CPF _____

Situação atual: () efetivo (a) () outro (s) _____

Situação atual: () aposentado (a) () outro (s) _____

Sobre a Pesquisa Científica:

O Sr. (Sr.ª) está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa “Práticas Educativas no atendimento a velhos”, sob responsabilidade da pesquisadora Elizangela Fernandes Pereira Evangelista, aluna devidamente matriculada no Programa de Pós-Graduação Acadêmico em Educação da Universidade Federal do Tocantins-UFT

matrícula nº 2020233963.

Este projeto tem como objetivo analisar práticas educativas desenvolvidas no atendimento a estudantes velhos, em turmas de Educação de Jovens e Adultos do Colégio Estadual Criança Esperança, e na turma de estudantes da Universidade da Maturidade (UFT). Será utilizada a pesquisa de campo, com metodologia estudo de caso, de abordagem qualitativa e caráter exploratório. A pesquisa consiste em ser desenvolvida nas dimensões bibliográfica e documental. A técnica para coleta será por meio de entrevistas e, para registro dos relatos, será feito o uso de gravador de voz, pelo celular ou por algum programa/aplicativo de gravação de voz e/ferramentas digitais. Posteriormente, as entrevistas serão desgravadas e documentadas. O entrevistado terá acesso ao texto integral, resultado da desgravação das entrevistas, para esclarecimento de quaisquer dúvidas sobre seus relatos e caso queira retirar alguma parte do texto, será-lhe-á concedido esse direito.

Eu, _____,
declaro ter sido informado (a) e concordo em participar, como voluntário (a), do projeto de pesquisa acima descrito.

Palmas, ____ de _____ de

Assinatura do (da) participante

Elizangela Fernandes Pereira Evangelista

Pesquisador Responsável

DECLARAÇÃO

Este documento é emitido em duas vias, rubricadas em todas as suas páginas e assinadas, ao seu término, pela convidada a participar da pesquisa, assim como pela pesquisadora responsável, ficando uma via original com cada uma.

Eu fui informada sobre o que a pesquisadora quer fazer e porque precisa da minha colaboração e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não receberei nenhum tipo de compensação financeira pela minha participação neste estudo e que posso sair quando quiser.

APÊNDICE C – Roteiro da Entrevista Semiestruturada



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

TÍTULO: ERA UMA VEZ: A história de velhos com base freiriana para promoção da intergeracionalidade na educação infantil

OBJETIVO GERAL: Narrar as memórias das histórias de vida de velhos da Universidade da Maturidade na cidade de Palmas - TO.

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

As perguntas serão feitas de acordo com a/o entrevistada/o pertencente ao contexto de aluno/acadêmico e docentes de ambas as Instituições.

Roteiro de Entrevista para Professores /participantes da pesquisa no Colégio Estadual Criança Esperança

1. Referindo-se ao atendimento a idosos, qual sua visão em relação às práticas educativas desenvolvidas na Escola? Quais foram os ganhos, avanços e desafios em relação a esse público?
2. De que maneira o currículo escolar poderia ser analisado para de fato vislumbrar a possibilidade de uma formação para a conquista da identidade e do reconhecimento do idoso no contexto escolar?
3. A Legislação pertinente à educação que o Sr (a) utiliza para desenvolver suas aulas atende de forma plena o perfil dos alunos mais velhos da EJA? De que maneira?
4. Quais as dificuldades encontradas no exercício de sua prática profissional em trabalhar com turmas de EJA que possui velhos?

5. Em sua opinião, as práticas metodológicas desenvolvidas em sala de aula de turma de EJA que possui alunos acima de 40 anos, apresenta um nível de dificuldade maior, ou menor? Explique?
6. Diante do processo formativo e social, como a escola tem lidado, diariamente, na relação de um grupo tão diversificado: jovens, adultos, e velhos com vivências no mesmo ambiente escolar?
7. No processo de construção do plano de aula, com vistas às práticas educativas, o Sr (Sr^a) constatou dificuldades de acesso, entendimento e aplicação diferenciadas no comparativo de antes e durante a pandemia?
8. Durante a pandemia, quais as dificuldades encontradas no exercício da prática profissional em trabalhar com turmas de EJA que possuem velhos?
9. Na sua percepção, a realidade das diferenças faixas etárias de seus alunos interfere de alguma forma na aprendizagem ou interação deles? De que forma?
10. Que outras considerações Sr (Sr^a) faria em relação às práticas educacionais de atendimento aos velhos?

Roteiro de Entrevista para Estudantes /participantes da pesquisa no Colégio Estadual Criança Esperança

11. O Sr (Sr^a) se considera uma pessoa velha ou idosa? O que pensa sobre a velhice? Justifique.
12. Quando o Sr (Sr^a) ingressou seus estudos na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, já havia estudado antes? O que lhe motivou começar ou retomar aos estudos? Descreva.
13. Quais dificuldades encontradas pelo Sr^o (Sr^a) que lhe impediram o acesso à escola em idade regular?
14. Durante a pandemia, como o Sr. (Sr^a) se sentiu, enquanto idoso (a) e aluno (a)? Teve dificuldades de acesso e entendimento ao novo formato de funcionamento remoto do sistema educacional nesse contexto pandêmico? Explique.
15. O que o Sr (Sr^a) entende ser práticas educativas para velhos? Qual sua visão em relação às práticas educativas desenvolvidas na escola? Quais foram os avanços e desafios?

16. Em sua opinião, a ampla diferença de idade dos alunos na mesma sala interfere, de alguma forma, em seu aprendizado ou interação entre si? Explique.
17. Para o Sr (Sr^a), o espaço educacional atende os mais velhos de forma adequada? Valoriza sua experiência? Explique.
18. O que Sr (Sr^a), mudaria, ou manteria na sala de aula/ou na própria escola para favorecer uma aprendizagem significativa no atendimento aos alunos mais velhos?
19. Que outras considerações o Sr (Sr^a) faria em relação às práticas educacionais ao longo da vida, no que se refere ao atendimento a pessoas velhas, nos espaços educacionais e sociais?
20. Enquanto aluno da Educação de Jovens e Adultos, que sugestões daria para melhorar o ensino e aprendizagem dos mais velhos no contexto escolar?

Roteiro de Entrevista para professores/participantes da pesquisa da Universidade da Maturidade/Polo de Palmas /TO

21. Como surgiu a ideia de criação da Universidade da Maturidade no Estado do Tocantins?
22. Como o Sr (Sr^a) entende sobre as práticas educativas ao longo da vida no atendimento a velhos?
23. Como o Sr (Sr^a) percebe o posicionamento da comunidade acadêmica em relação às práticas educativas desenvolvidas no Projeto de extensão UMA? Houve ou há alguma resistência? Se afirmativo, qual ou quais?
24. Em relação às práticas educativas desenvolvidas na UMA? Quais foram os ganhos, os avanços e desafios?
25. De forma geral, Como o Sr (Sr^a) percebe o atendimento a velhos nos espaços educativos e sociais de forma geral?
26. Como é analisado o Plano Político e Pedagógico -PPP- da Universidade da Maturidade para a execução dos projetos desenvolvidos com os velhos?
27. Qual a dinâmica utilizada na UMA, para, de fato, vislumbrar a possibilidade de uma formação para a conquista da identidade e do reconhecimento dos velhos?
28. De que forma é realizado o Processo de Pesquisa e Extensão da UMA?
29. Durante a pandemia, quais foram as dificuldades encontradas para desenvolver as atividades contínuas de pesquisa e extensão com os velhos? Quais foram as práticas

adotadas diante desse contexto pandêmico?

30. Que outras considerações Sr (Sr^a) faria em relação às práticas educacionais de atendimento aos velhos, na UMA e em outros espaços educacionais.

Roteiro de Entrevista para estudantes/participantes da pesquisa Universidade da Maturidade/Polo de Palmas/ TO

31. Como Sr.º (Sr^a) tomou conhecimento do Projeto de Extensão da UMA? E O que lhe motivou a participar?

32 O Sr.º (Sr^a) se considera uma pessoa velha, ou idosa? Justifique

33. Quais foram as novidades que Projeto de Extensão UMA trouxe para o seu cotidiano? Trouxe expectativas futuras em relação a sua participação na sociedade? Explique

34. Durante a pandemia como o Sr.º (Sr^a) se sentiu, enquanto idoso e aluno? Teve dificuldades de acesso e entendimento ao novo formato remoto de funcionamento do sistema educacional nesse contexto pandêmico? Explique

35. Houve mudanças de visão ou comportamento de sua parte depois que começou a participar das atividades desenvolvidas na UMA? De que maneira?

36. O que a UMA representa para Sr. (Sr^a)?

37. Para o Sr.º (Sr^a), o espaço da UMA atende os velhos de forma adequada? Valoriza sua experiência? Explique.

38. Dentre as práticas educativas desenvolvidas na UMA, qual você participa/ou participou, e qual definiria mais importante e por quê?

39. O que o Sr (Sr^a) entende serem práticas educativas para velhos?

40. Que outras considerações você faria, em relação às práticas educacionais de atendimento aos velhos, na UMA e em outros espaços educacionais e sociais?